

INFORMS

**INFORMATIVO
MERCO SHIPPING**

**RESUMO INFORMATIVO
COM AS PRINCIPAIS
NOTÍCIAS DOS SETORES
PORTUÁRIO E DE
NAVEGAÇÃO**

**Edição 046/2026
Data: 13/03/2026**



ÍNDICE

PARA ACESSAR RAPIDAMENTE O ARTIGO, POSICIONE O CURSOR NA MANCHETE, E SIGA AS INSTRUÇÕES.

A TRIBUNA DIGITAL (SP).....	4
GESTORA DO PORTO DE SANTOS TEM LUCRO RECORRENTE ACIMA DE R\$ 930 MILHÕES EM 2025; VEJA OS NÚMEROS.....	4
EVENTO DISCUTE DIVERSIDADE E SUSTENTABILIDADE NO SETOR PORTUÁRIO	4
GOVERNO FEDERAL ASSINA CONCESSÃO INÉDITA DO CANAL DE ACESSO AO PORTO DE PARANAGUÁ	6
RELATÓRIO DO NOVO MARCO LEGAL DOS PORTOS DEVE SER APRESENTADO EM ABRIL; SAIBA OS DETALHES	8
LICITAÇÃO DO CANAL DO PORTO DE SANTOS TERÁ CONSULTA PÚBLICA ABERTA	10
PARANÁ RECEBE PACOTE DE R\$ 2 BILHÕES EM PORTOS, RODOVIAS E AEROPORTO.....	11
STF RESTABELECE RESOLUÇÃO DA ANTAQ SOBRE TAXA PORTUÁRIA	11
ME – MOVIMENTO ECONÔMICO	13
EMPRESA ACA APRESENTA PROPOSTA DE R\$ 312,8 MI PARA OBRA DA TRANSNORDESTINA EM PE	13
CONAB ESTIMA SAFRA RECORDE DE 353,4 MILHÕES DE TONELADAS COM FORTE AVANÇO DO NE.....	14
ANTAQ – AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIARIOS	16
PRIMEIRO MÊS DO ANO COM NÚMEROS POSITIVOS NO ESTATÍSTICO AQUAVIÁRIO DA ANTAQ	16
ANTAQ VALIDA ATUALIZAÇÕES DA AGENDA PLURIANUAL DE ESTUDOS 2025-2028.....	17
GOV.BR – MINISTÉRIO PORTOS E AEROPORTOS - DF	18
REGIÃO SUL TEM A MAIOR MOVIMENTAÇÃO DE PASSAGEIROS AÉREOS EM JANEIRO DESDE O ANO 2000.....	18
MINISTRO SILVIO COSTA FILHO PARTICIPA DA INAUGURAÇÃO DAS OBRAS DE MODERNIZAÇÃO DO AEROPORTO DE JACAREPAGUÁ (RJ).....	20
PORTOS BRASILEIROS MOVIMENTARAM 104 MILHÕES DE TONELADAS EM JANEIRO	20
CURSOS DE CAPACITAÇÃO ABREM CAMINHO PARA MULHERES NA CONSTRUÇÃO NAVAL DO AMAZONAS	22
AEROPORTO DE MARINGÁ (PR) VAI RECEBER R\$ 129 MILHÕES DE INVESTIMENTOS PARA OBRAS DE MODERNIZAÇÃO	23
CONCESSÃO DO CANAL DE ACESSO AO PORTO DE PARANAGUÁ (PR) TERÁ INVESTIMENTO DE R\$ 1,23 BILHÃO	25
GOV.BR – MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES - DF.....	26
NOVAS PONTES NA BR-158 AMPLIAM SEGURANÇA E REFORÇAM LOGÍSTICA NO SUDESTE DO PARÁ	26
PRESIDENTE LULA E MINISTRO RENAN FILHO ANUNCIAM INVESTIMENTOS DE R\$ 730 MILHÕES EM RODOVIAS NO PARANÁ..	27
BE NEWS – BRASIL EXPORT	28
EDITORIAL – A NOVA BÚSSOLA DO PROGRESSO: INOVAÇÃO E SUSTENTABILIDADE COMO EIXOS DE ESTADO	28
INSIGHT - ESTRATÉGIA - POR QUE HORMUZ NÃO VAI REABRIR MESMO QUE OS BOMBARDEIOS PAREM	29
POLÍTICA - PROTEÇÃO PARA MULHER: CÂMARA APROVA VENDA DE SPRAY DE PIMENTA	32
NACIONAL - HUB – CURTAS.....	33
<i>Ação arquivada.....</i>	<i>33</i>
<i>Banco Master: pedido negado.....</i>	<i>34</i>
<i>Convocação aprovada</i>	<i>34</i>
<i>Decisão “pequena”.....</i>	<i>34</i>
<i>Brasil, Colômbia e EUA</i>	<i>34</i>
POLÍTICA - CPMI DO INSS VAI CONVOCAR O CUNHADO E A EX DE VORCARO.....	34
POLÍTICA - IBANEIS ROCHA SE RECUSA A IR AO SENADO PARA FALAR SOBRE CASO MASTER	35
POLÍTICA - ERIKA HILTON SE TORNA A 1ª PRESIDENTE TRANS DE COMISSÃO	36
POLÍTICA - DEPUTADA DIZ QUE VAI PROCESSAR APRESENTADOR RATINHO, DO SBT, POR TRANSFOBIA	37
POLÍTICA - SIMONE TEBET VAI DISPUTAR O SENADO POR SÃO PAULO.....	37
POLÍTICA - HADDAD DEIXARÁ MINISTÉRIO NA PRÓXIMA SEMANA DE OLHO EM SÃO PAULO.....	39
TRANSPORTES - GOVERNO CONCEDE CANAL DE ACESSO AO PORTO DE PARANAGUÁ POR R\$ 1,23 BI	39
TRANSPORTES - AEROPORTO DE MARINGÁ PASSARÁ POR OBRAS DE AMPLIAÇÃO E MODERNIZAÇÃO	40
TRANSPORTES - OBRAS DE CONTOURNO EM MARINGÁ E DA ESTRADA BOIADEIRA AVANÇAM NO PR	42
TRANSPORTES - RODOVIAS - OGMO SANTOS DIPLOMA 23 TRABALHADORES PORTUÁRIOS	43
TRANSPORTES – PORTOS - NORTE EXPORT DISCUTE DESAFIOS LOGÍSTICOS E INFRAESTRUTURA NA REGIÃO	44
TRANSPORTES – PORTOS - APS FECHA 2025 COM LUCRO RECORRENTE DE R\$ 938,9 MILHÕES.....	45
BRASIL EXPORT - LULA ZERA IMPOSTO SOBRE O DIESEL PARA CONTROLAR O PREÇO	46
PETRÓLEO E GÁS - GOVERNO PEDE ÀS DISTRIBUIDORAS REPASSE IMEDIATO DO ‘ALÍVIO’	47
PETRÓLEO E GÁS - PARA ABICOM, MEDIDA É POSITIVA DIANTE DO RISCO DE PETRÓLEO SUBIR MAIS	48
PETRÓLEO E GÁS - REAJUSTE ESCOLAR PESA E INFLAÇÃO VAI A 0,70% EM FEVEREIRO	49
FINANÇAS - SAQUES DE DINHEIRO ‘ESQUECIDO’ SOMAM R\$ 403,29 MILHÕES EM JANEIRO	50



FINANÇAS - DÓLAR DISPARA E ATINGE R\$ 5,24 COM AVERSÃO AO RISCO	51
FINANÇAS - IBOVESPA INTERROMPE SÉRIE DE RECUPERAÇÃO E CAI 2,55%.....	52
JUSTIÇA - MORAES VETA VISITA DE ASSESSOR DE TRUMP A BOLSONARO	52
JUSTIÇA - PGR PEDE CONDENAÇÃO DE RAMAGEM POR CRIMES DO 8/1.....	54
JUSTIÇA - MORAES AUTORIZA BUSCAS DA PF CONTRA ACUSADO DE PERSEGUIR FLÁVIO DINO	55
JUSTIÇA - LÍDER DO PCC QUER O MESMO TRATAMENTO DADO A VORCARO	56
JUSTIÇA - ZANIN NEGA PEDIDO PARA DETERMINAR CRIAÇÃO DA CPI DO BANCO MASTER	57
INTERNACIONAL - “NÃO ABANDONAREMOS A BUSCA POR VINGANÇA”, DIZ LÍDER DO IRÃ	58
INTERNACIONAL - IRÃ MOSTRA TRUMP CONTROLADO POR ‘DIVERTIDA MENTE’ DO MAL	59
INTERNACIONAL - “ELES SÃO REALMENTE UMA NAÇÃO DE TERROR E ÓDIO”, DIZ PRESIDENTE DOS EUA.....	60
ESPECIAL - PERNAMBUCO EXPORT - MINISTRO DESTACA INVESTIMENTOS EM INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA EM PE.....	61
ESPECIAL - PERNAMBUCO EXPORT - REFINARIA ABREU E LIMA TERÁ USINA SOLAR PARA REDUZIR CONSUMO DE ENERGIA.....	62
ESPECIAL - PERNAMBUCO EXPORT - PAINEL DEBATE SUSTENTABILIDADE E INOVAÇÃO EM TRANSPORTE E ENERGIA	63
ESPECIAL - PERNAMBUCO EXPORT - PERNAMBUCO EXPORTA MAIS AUTOMÓVEIS DO QUE AÇÚCAR PELA PRIMEIRA VEZ NA HISTÓRIA	64
ESPECIAL - PERNAMBUCO EXPORT - MULHERES DEBATEM PROTAGONISMO EM INFRAESTRUTURA E INSTITUIÇÕES	65
JORNAL O GLOBO – RJ.....	66
EUA ABREM INVESTIGAÇÃO COMERCIAL SOBRE TRABALHO FORÇADO CONTRA 60 PAÍSES, INCLUSIVE BRASIL.....	66
PETROBRAS ELEVA PREÇO DO DIESEL EM 11,6% PARA AS DISTRIBUIDORAS A PARTIR DESTE SÁBADO	69
MAIOR PARTE DE IMPOSTO DE EXPORTAÇÃO DO PETRÓLEO SERÁ PAGO POR EMPRESAS PRIVADAS. ENTENDA	71
PORTAL PORTOS E NAVIOS.....	71
IMO CONVOCA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA PARA DISCUTIR SITUAÇÃO NO ORIENTE MÉDIO.....	72
PROPOSTA DA ECOVIX PARA NAVIOS MR1 DA TRANSPETRO FOI DE US\$ 267 MILHÕES, APÓS EQUALIZAÇÃO DE CUSTOS.....	72
PANAMÁ INICIA PROCESSO DE 2 TERMINAIS DE TRANSBORDO E GASODUTO	73
CONSULTA SOBRE CONCESSÃO DO CANAL DO PORTO DE SANTOS VAI ATÉ 2 DE MAIO.....	74
PORTO DO AÇU MOVIMENTOU 89 MILHÕES DE TONELADAS EM 2025	75
MOVIMENTAÇÃO PORTUÁRIA CRESCE 12,8% E CHEGA A 104 MILHÕES/T EM JANEIRO	75
LOG-IN ANUNCIA RECEITA LÍQUIDA DE R\$ 3,08 BILHÕES EM 2025.....	76
ASSINADO CONTRATO DE CONCESSÃO DA DRAGAGEM DO ACESSO DO PORTO DE PARANAGUÁ	76
MERCOS SHIPPING MARÍTIMA LTDA	77
ESTE INFORMS TAMBÉM ESTÁ DISPONÍVEL NA MERCOSHIPPING.COM E NO LINKEDIN.COM	77



A TRIBUNA DIGITAL (SP)

GESTORA DO PORTO DE SANTOS TEM LUCRO RECORRENTE ACIMA DE R\$ 930 MILHÕES EM 2025; VEJA OS NÚMEROS

Resultado representa crescimento de 22,3% para a Autoridade Portuária em relação a 2024
Da ATribuna.com.br 13 de março de 2026



Lucro líquido da estatal, com todos os eventos contábeis, encerrou o ano em R\$ 724,6 milhões (Divulgação/APS)

A Autoridade Portuária de Santos (APS) encerrou o ano de 2025 com um lucro recorrente de R\$ 938,9 milhões, marca que representa um crescimento de 22,3% em relação ao exercício de 2024. O balanço financeiro foi divulgado pela gestora do Porto. A estatal disse também alcançou R\$ 1 bilhão em geração de caixa (Ebitda).

“O crescimento constante do lucro recorrente demonstra a solidez estrutural do Porto de Santos. São resultados que fortalecem nossa capacidade de investimento e garantem a manutenção do papel estratégico do Porto para a economia do Brasil”, avalia Anderson Pomini, presidente da APS.

O avanço do indicador exclui efeitos financeiros extraordinários ou pontuais para revelar o desempenho real das atividades e demonstra a evolução contínua da empresa, acumulando alta de 74,6% desde 2023. “O desempenho confirma que os resultados do Porto de Santos são estruturais, consistentes e sustentáveis no tempo, e não fruto de eventos pontuais”, complementa Pomini.

O resultado operacional do período também impulsionou fortemente a geração de caixa da estatal. O Ebitda recorrente, que mede o potencial de geração de recursos a partir das atividades principais da empresa, alcançou R\$ 1 bilhão, com uma margem de 59,1%.

A margem líquida recorrente, por sua vez, registrou 54,5%. Para a APS, “tais resultados demonstram um patamar de eficiência financeira alinhado às principais referências do setor privado”.

Já o lucro líquido do exercício, que engloba todos os eventos contábeis do período, encerrou o ano em R\$ 724,6 milhões. “O balanço reflete a estabilidade financeira e a sustentabilidade da empresa”.

“Com a consolidação do balanço de 2025, o Porto de Santos inicia o ciclo de 2026 com recursos para investimentos estratégicos nas áreas de infraestrutura e logística, a exemplo da construção do túnel Santos-Guarujá, das obras nas avenidas perimetrais, do VTMS (Sistema de Gerenciamento e Informações do Tráfego de Embarcações) e outros”.

Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 13/03/2026

EVENTO DISCUTE DIVERSIDADE E SUSTENTABILIDADE NO SETOR PORTUÁRIO

Workshop O Porto é Delas reúne profissionais para debater carreira, liderança e inclusão feminina.
Por Bárbara Farias 13 de março de 2026



Debates, palestras e histórias de vida marcaram o evento O Porto é Delas, realizado ontem pela Santos Brasil no auditório do Grupo Tribuna (Vanessa Rodrigues/Santos Brasil)

Sustentabilidade e o papel da mulher na transformação dos setores portuário e marítimo nortearam os debates no workshop O Porto é Delas, realizado nesta quinta-feira (12) pela Santos Brasil. O encontro, em sua terceira edição, reuniu representantes dos setores público e privado no auditório do Grupo Tribuna.

A diretora de Planejamento de Operações da Santos Brasil, Evelyn Santo de Lima, destacou que o workshop tem se consolidado como um espaço importante para ampliar o debate sobre diversidade e fortalecer a presença feminina no setor portuário. Segundo ela, o objetivo é reunir profissionais de diferentes áreas — empresas, governo e entidades do setor — interessadas em discutir carreira, liderança e oportunidades para as mulheres.

“O mais interessante do workshop é que ele cria um ambiente para falar daquilo que a gente faz bem, da nossa parte técnica e dos temas ligados ao porto e à navegação”.

Para Evelyn, além de promover discussões qualificadas, o encontro também permite a troca de experiências entre profissionais. “Nesses eventos, a gente ouve relatos de mulheres que chegaram a posições de liderança, e isso inspira outras profissionais. É uma troca constante”.

A diretora também ressaltou o crescimento do interesse pelo evento ao longo das edições. “Hoje conseguimos lotar uma sala para falar sobre a indústria portuária, mesmo sabendo que o setor ainda tem apenas cerca de 17% de participação feminina no Brasil”, observou. Para ela, esse cenário reforça a necessidade de as empresas avançarem nas políticas de diversidade e inclusão.

Evelyn defende que o debate vá além da criação de programas institucionais e alcance a cultura das organizações. “Diversidade é um motor de novas ideias e de inovação, mas o grande desafio é reter esses talentos dentro das empresas”, afirmou, reiterando que “a diversidade precisa fazer parte da cultura da empresa, da alta gestão até os níveis mais operacionais”.

Diálogo

Primeira comandante de navio da Marinha Mercante brasileira, a capitã de longo curso e idealizadora do Grupo Mulheres Aquaviárias do Brasil, Hildelene Bahia, destacou a importância de espaços de diálogo sobre diversidade no setor marítimo.

“Fiquei feliz em participar dessa edição do O Porto é Delas e poder compartilhar um pouco da minha experiência. Hoje, falar de diversidade é extremamente importante”, afirmou.

Para Hildelene, encontros como o workshop fortalecem o networking e mostram que a presença feminina no setor é cada vez mais consistente. “A mulher tem capacidade de atuar em qualquer área da atividade marítima. Esse potencial fica claro quando a gente se reúne e troca experiências”.

Ela ressaltou ainda que o avanço da participação feminina na navegação já pode ser percebido ao longo dos anos. “Na minha época quase não havia mulheres comandando navios. Hoje já vemos várias comandantes. Esse avanço é muito significativo”.

Ela defende que o debate sobre diversidade e sororidade (conceito que se refere à empatia, solidariedade e acolhimento entre mulheres) precisa continuar para ampliar oportunidades.

“O importante é que as mulheres sejam valorizadas pela competência. Não se trata de dividir espaço entre homens e mulheres, mas de ter as mesmas condições para disputar uma vaga ou um cargo”, afirmou.

Formada há 26 anos, Hildelene lembra que integrou a primeira turma com presença feminina na formação. Ela assumiu o comando de um navio em 2009 e se tornou uma das referências para novas gerações de profissionais do setor. “O mais importante é abrir caminhos para que cada vez mais mulheres possam chegar a esses espaços”, concluiu.



A escritora, velejadora, ativista ambiental e fundadora do Instituto Voz dos Oceanos, Heloisa Schurmann, compartilhou experiências pessoais (Vanessa Rodrigues/Santos Brasil)

Desafios e decisões

A escritora, velejadora, ativista ambiental e fundadora do Instituto Voz dos Oceanos, Heloisa Schurmann, compartilhou experiências pessoais e falou sobre os desafios enfrentados pelas mulheres para equilibrar vida familiar e profissional. Segundo ela, assumir riscos e tomar decisões difíceis faz parte da trajetória de quem escolhe caminhos pouco convencionais. “As pessoas falam muito de coragem, mas a coragem vem da vulnerabilidade. Eu costumo dizer que vou com medo

mesmo, porque não tem outro jeito”, disse ela à Reportagem pouco antes do início de sua palestra.

Heloisa tem 79 anos e disse que tem orgulho de ser uma “mulher diferente”, mesmo tendo sofrido muitas cobranças da sociedade ao longo de sua vida. Ela comentou que reunir mulheres para discutir liderança e carreira no ambiente portuário já representa uma mudança significativa.

“Quando você vê um evento só de mulheres falando de porto e liderança, percebe o quanto isso já mostra uma transformação em um espaço que sempre foi masculino”, afirmou.

A ativista também abordou sua atuação na expedição Voz dos Oceanos, que percorre o mundo alertando sobre a poluição marinha e os impactos das mudanças climáticas. Apesar das preocupações ambientais, ela destacou o protagonismo feminino na defesa do planeta.

“Em muitos lugares, quem está na linha de frente da proteção dos oceanos são mulheres. Ver esse engajamento me dá esperança de que ainda podemos transformar esse cenário”, concluiu.

Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 13/03/2026

GOVERNO FEDERAL ASSINA CONCESSÃO INÉDITA DO CANAL DE ACESSO AO PORTO DE PARANAGUÁ

Investimento de R\$ 1,23 bilhão prevê dragagem e ampliação da profundidade para 15,5 metros

Da ATribuna.com.br 13 de março de 2026



Aumento superior a dois metros na profundidade do canal representa um salto expressivo na capacidade (Claudio Neves/Portos do Paraná)

O Governo Federal assinou nesta quinta-feira (12) o contrato de concessão do canal de acesso ao Porto de Paranaguá, no Paraná. O investimento previsto é de R\$ 1,23 bilhão ao longo de 25 anos. O valor é destinado à dragagem, manutenção e gestão da infraestrutura aquaviária que conecta o porto ao mar aberto.

A cerimônia de assinatura ocorreu no Palácio do Planalto e contou com a presença do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Essa é a primeira concessão de canal de acesso do Brasil.



A assinatura do contrato marca um avanço relevante para a logística portuária brasileira. Com a iniciativa, o canal terá a profundidade ampliada para 15,5 metros, permitindo a operação de navios de maior porte e aumentando a capacidade operacional do complexo portuário. Atualmente, canal tem 13,3 metros.

“A medida tende a reduzir custos logísticos e fortalecer o escoamento da produção agrícola do Sul e do Centro-Oeste do País”, afirma o Governo Federal.

O Porto de Paranaguá (PR) é um dos principais corredores logísticos do País, com forte atuação no escoamento de grãos e outras commodities agrícolas, conectando a produção nacional aos mercados internacionais.

Modelo

Segundo a Portos do Paraná, empresa do Governo do Estado que administra o Porto, o modelo econômico-financeiro foi estruturado com regras rígidas de controle. Entre as melhorias previstas estão o alargamento, a derrocagem e o aprofundamento, até que seja atingido o calado desejado.

Em paralelo, serão executadas as dragagens de manutenção para garantir a navegabilidade com total segurança, além da implantação do sistema de sinalização.

Ao final dos cinco primeiros anos de concessão, a concessionária deverá realizar o aprofundamento do canal para garantir a profundidade de 15,5 metros.

O aumento superior a dois metros no calado representa um salto expressivo na capacidade de embarque de mercadorias, com um adicional de até mil contêineres ou 14 mil toneladas de grãos vegetais sólidos em um único navio.

A arrendatária fará a cobrança da tarifa de uso da infraestrutura, paga por todas as embarcações que acessam os portos. Inicialmente, a taxa sofrerá uma redução de 12,63%. A concessionária só passará a receber a tarifa completa — e poderá solicitar ajustes gradativos — após cumprir o cronograma de melhorias estipulado no edital e no contrato de concessão.

Obras melhoram escoamento em rodovias

O Ministério dos Transportes também assinou ontem duas ordens de serviço que somam R\$ 730 milhões em recursos públicos e que devem melhorar o trânsito e caminhões e o escoamento de cargas no Paraná. Uma delas autoriza o início das obras do Contorno Sul Metropolitano de Maringá (BR-376/PR), com aporte de R\$ 409 milhões, destinado a melhorar o tráfego urbano e reduzir o fluxo de veículos pesados na cidade.

A segunda ordem de serviço viabiliza a execução do quarto e último trecho da BR-487/PR, conhecida como Estrada Boiadeira, entre Serra dos Dourados e Cruzeiro do Oeste. Com investimento de R\$ 321,2 milhões, serão concluídos 37 quilômetros da rodovia que conecta regiões produtoras de grãos ao Porto de Paranaguá.

“O Paraná não tinha a Estrada Boiadeira concluída, o Paraná não tinha o contorno da cidade de Maringá, e sua região metropolitana, e essas obras começam hoje (ontem). Além disso, o estado do Paraná está recebendo o maior ciclo de investimento de infraestrutura de sua história”, destacou o ministro dos Transportes, Renan Filho.

Segundo ele, já foram realizadas seis concessões rodoviárias no estado desde 2023, de um total de 35 concessões de rodovias em andamento em todo o País.

Outra iniciativa do Governo Federal ontem foi assinatura da autorização da licitação para reforma e ampliação do terminal de passageiros e modernização da torre de controle do Aeroporto Regional de Maringá, com investimento de R\$ 129,1 milhões.

A reforma deverá fazer com que o terminal salte da capacidade atual de 855 mil passageiros para cerca de 1,4 milhão por ano. A área de passageiros do aeroporto terá o tamanho praticamente duplicado.

Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 13/03/2026

RELATÓRIO DO NOVO MARCO LEGAL DOS PORTOS DEVE SER APRESENTADO EM ABRIL; SAIBA OS DETALHES

Proposta mantém Lei dos Portos de 2013, inclui novas regras para investimentos e altera pontos da legislação trabalhista no setor

Por Maurício Martins, enviado a Brasília 12 de março de 2026



Reunião do deputado Arthur Maia com empresários do setor portuário foi realizada ontem em Brasília (Ascom FPPA/Divulgação)

O deputado federal Arthur Maia (União-BA) afirmou que pretende apresentar no dia 10 de abril o relatório final do Projeto de Lei (PL) 733/2025, que trata da atualização do marco legal do setor portuário. Segundo ele, o parecer será um texto substitutivo ao projeto em tramitação, mantendo a atual Lei dos Portos (12.815), de 2013, e incorporando a ela novas regras discutidas no Congresso Nacional.

A Tribuna acompanhou nesta quarta-feira (11) uma reunião do parlamentar com empresários do setor na sede da Frente Parlamentar Mista de Portos e Aeroportos (FPPA) e do Instituto Brasileiro de Infraestrutura (IBI), em Brasília. De acordo com o relator, a decisão de não revogar a legislação vigente foi tomada após avaliações técnicas e discussões com representantes do setor.

“Havia da parte de vários técnicos a preocupação de que, ao revogar totalmente a Lei 12.815, pudesse haver algum tipo de vazio regulatório. Então, estamos inserindo os elementos novos do projeto dentro da própria lei”, afirmou o parlamentar, que é vice-presidente da FPPA para o Nordeste.

Segundo ele, o texto foi construído com apoio da consultoria da Câmara e de reuniões com representantes do setor. “Foi um trabalho com muitas idas e vindas, com muita boa vontade e paciência. Hoje já se chegou a um texto que está pacificado entre aqueles que estão preocupados com a técnica e com o acordo que foi feito pelas várias partes”.

Entre os pontos do texto está a proposta de acabar com a exclusividade da mão de obra do trabalhador portuário avulso em determinadas atividades. “Não estou mantendo essa questão da exclusividade da mão de obra. Não acho razoável que apenas uma categoria profissional tenha esse direito de exclusividade”, afirmou Maia.

O deputado reconheceu que esse tema deve concentrar a maior parte das divergências. “O tema trabalhista é o mais complexo e representa uma bandeira histórica da categoria. Vai gerar polêmica, mas o parlamento é assim: a gente debate e enfrenta os temas”.

Investimentos

No relatório também estão medidas para facilitar investimentos em áreas portuárias, reduzir entraves burocráticos para obras e ajustar procedimentos ambientais. Como exemplo, o deputado citou a possibilidade de oferta permanente de áreas em portos organizados para projetos privados.

“Existem áreas disponíveis em vários portos do Brasil, mas muitas vezes o investidor precisa esperar o ministério abrir um processo de licitação. A ideia é que essas áreas possam estar previamente disponibilizadas para que quem tenha interesse apresente o projeto e possa investir”.

O relator também mencionou mudanças para simplificar investimentos operacionais dentro de terminais já existentes. Segundo ele, em alguns casos empresas deixam de ampliar estruturas por causa da tramitação longa entre autoridades portuárias, agência reguladora e governo federal.

Outra alteração em estudo trata do licenciamento ambiental. “Estamos colocando a licença ambiental do porto como válida também para cada terminal. Não faz sentido, por exemplo, ter que pedir nova licença para cada dragagem se a atividade já foi autorizada”, afirmou.

Estimativas

Segundo Maia, o texto está na fase final de revisão. A expectativa é concluir a redação até o fim de março e protocolar o relatório em 10 de abril. “Depois disso, haverá discussão, emendas e destaques. Não sou dono da razão. Estou disposto a convencer e a ser convencido”.

Se aprovado na comissão especial da Câmara, o projeto poderá seguir ao Senado, a menos que haja requerimento de pelo menos 51 deputados para que a matéria seja analisada no plenário da Casa.

Tramitação

O PL 733 foi apresentado em 2025 pelo deputado Leur Lomanto Júnior (União-BR) para promover uma atualização no marco regulatório portuário brasileiro.

O texto tem origem em estudos da Comissão de Juristas para Revisão Legal da Exploração de Portos e Instalações Portuárias (Ceportos), criada pela Câmara para analisar a legislação. Desde então, é discutido em uma comissão especial da Câmara.

Reduzir resistências

A apresentação do substitutivo busca reduzir resistências políticas e acelerar a tramitação no Congresso. Além disso, o projeto como está poderia esbarrar em questionamentos jurídicos por possível inconstitucionalidade por vício de origem, já que a competência sobre a política portuária e sobre a Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) é do Poder Executivo.

O texto original prevê mudanças em atribuições hoje vinculadas ao Ministério de Portos e Aeroportos (MPor) e em decisões regulatórias que cabem à Antaq.



Os deputados Arthur Maia e Paulo Alexandre Barbosa conversam sobre o PL 733 (Divulgação)

Segurança jurídica é um dos objetivos

O deputado federal Paulo Alexandre Barbosa (PSDB), presidente da FPPA e integrante da comissão especial que discute o PL 733/2025 na Câmara, avalia que o caminho mais adequado é a apresentação do texto substitutivo, preservando os avanços da lei atual. “A gente pode manter as conquistas da Lei 12.815 e fazer alterações que qualifiquem o texto que está sendo discutido”.

Ele também destacou que alguns pontos da proposta podem avançar, como medidas para ampliar a segurança jurídica e facilitar investimentos no setor. “A questão da previsibilidade e da segurança jurídica é importante. A discussão sobre ampliação de prazos de contratos e a simplificação do licenciamento ambiental são temas relevantes, porque muitas vezes investimentos deixam de acontecer devido à burocracia”.

Apesar disso, o deputado afirmou que o capítulo trabalhista tende a concentrar as maiores divergências durante a tramitação da proposta. “Vejo que o ponto do trabalhador é o mais polêmico dessa lei e é justamente o capítulo em que a gente pode evoluir mais dentro desse substitutivo”.

O objetivo é construir uma legislação que combine expansão da atividade portuária com preservação dos empregos no setor. “Defendemos uma lei equilibrada, que possa garantir desenvolvimento econômico, atração de novos investimentos, preservando os direitos do trabalhador, para ter mais empregos sendo gerados no porto”.

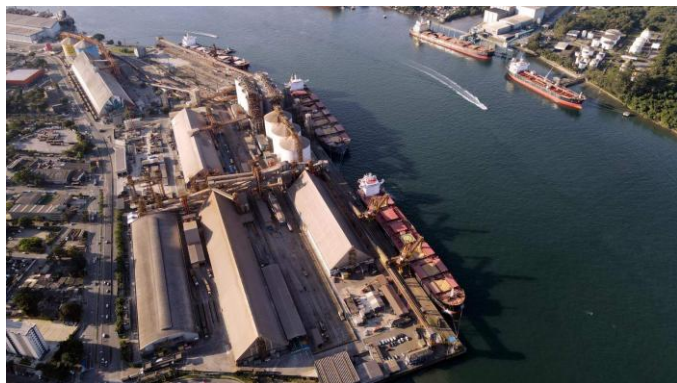
Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 12/03/2026

LICITAÇÃO DO CANAL DO PORTO DE SANTOS TERÁ CONSULTA PÚBLICA ABERTA

Antaq abre período para envio de contribuições a partir da próxima terça-feira

Por Bárbara Farias 12 de março de 2026



Projeto de concessão prevê aprofundamento para 16 e, depois, 17 metros (Alexsander Ferraz/AT)

A Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) submeterá o processo licitatório para concessão do canal do Porto de Santos à consulta pública a partir da próxima terça-feira. O aviso foi publicado nesta quarta-feira (11), no Diário Oficial da União (DOU), e os interessados poderão enviar suas contribuições à agência reguladora até 2 de maio. A data da audiência

pública será definida posteriormente.

O modelo de concessão do canal aquaviário de Santos atende aos pleitos técnicos e operacionais da Autoridade Portuária de Santos (APS), englobando dragagens de aprofundamento para 16 e 17 metros e estudo de viabilidade para 18 metros, manutenção do canal e implementação do VTMIS (sistema de controle e monitoramento de tráfego).

O projeto envolve um fluxo financeiro de R\$ 23,4 bilhões ao longo do contrato de 25 anos, prorrogável até 70 anos. O investimento mínimo obrigatório em infraestrutura, até o oitavo ano de contrato, é de R\$ 688,1 milhões.

O canal de navegação tem 24,6 quilômetros de extensão (divididos em quatro trechos), 220 metros de largura, profundidade nominal de 15 metros e calado operacional homologado entre 13,5 metros na baixa-mar e 14,5 metros na preamar.

Segundo a Antaq, interessados podem enviar contribuições, subsídios e sugestões para o aprimoramento dos documentos técnicos e jurídicos relativos ao certame. A documentação e o formulário eletrônico para envio das contribuições estão disponíveis no link.

As contribuições em texto deverão ser preenchidas no formulário eletrônico e as imagens digitais (mapas, plantas e fotos) devem ser anexadas no e-mail anexo_audiencia022026@antaq.gov.br, mediante identificação do contribuinte. O prazo para envio de contribuição encerrará às 23h59 de 2 de maio.

A contribuição também pode ser enviada pelo computador da secretaria-geral da Antaq, em Brasília, ou nas unidades regionais da agência. As contribuições recebidas serão disponibilizadas no site.

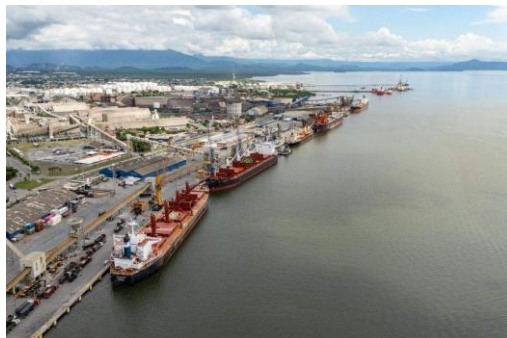
Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 12/03/2026

PARANÁ RECEBE PACOTE DE R\$ 2 BILHÕES EM PORTOS, RODOVIAS E AEROPORTO

Anúncio do governo federal inclui concessão do acesso aquaviário ao Porto de Paranaguá e obras logísticas no estado

Da A Tribuna.com.br 12 de março de 2026



Uma das medidas é a assinatura do contrato de concessão para exploração da infraestrutura do acesso aquaviário ao Porto de Paranaguá (Claudio Neves/Portos do Paraná)

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva e os ministros de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, e dos Transportes, Renan Filho, anunciam nesta quinta-feira (12), às 11h, em Brasília, investimentos federais em rodovias, portos e aeroportos do Paraná. O pacote é de R\$ 2 bilhões.

Uma das medidas é a assinatura do contrato de concessão para exploração da infraestrutura do acesso aquaviário ao Porto de Paranaguá, estimado em R\$ 1,23 bilhão. Também haverá reforma e ampliação do terminal de passageiros e modernização da torre de controle do Aeroporto Regional de Maringá.

Já entre as ordens de serviço do Ministério dos Transportes, destaque para a execução do último trecho da Estrada Boiadeira, que abrange 37 quilômetros e vai ligar Campo Mourão (PR) à divisa com Mato Grosso do Sul. A rodovia conecta áreas produtoras de grãos ao Porto de Paranaguá.

Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 12/03/2026

STF RESTABELECE RESOLUÇÃO DA ANTAQ SOBRE TAXA PORTUÁRIA

Segunda Turma decide por unanimidade que TCU não pode interferir na regulação do Serviço de Segregação e Entrega de Contêineres (THC2)

Por Bárbara Farias 12 de março de 2026



Cobrança do SSE, também conhecido no setor portuário como THC2, é cercada de polêmica há mais de duas décadas, com análise em tribunais (Vanessa Rodrigues/AT/Arquivo)

A Segunda Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu, por unanimidade, que o Tribunal de Contas da União (TCU) não pode interferir na regulação da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) em relação ao Serviço de Segregação e Entrega de Contêineres (SSE), conhecido no setor portuário como THC2. A decisão

também restabelece uma resolução de 2022 da Antaq que regula a cobrança da taxa.

Os ministros da Suprema Corte não julgaram o mérito da legalidade da cobrança da THC2 sob o ponto de vista concorrencial, regulatório ou civil. A decisão da Segunda Turma se deu a partir da análise de agravo regimental impetrado pela União a um mandado de segurança da Associação Brasileira dos Terminais de Contêineres (Abratec). O posicionamento dos ministros ocorreu em sessão virtual realizada entre 27 de fevereiro e 6 de março. O resultado do julgamento foi publicado na segunda-feira e será oficializado em acórdão nos próximos dias.

A Abratec foi ao STF após o TCU determinar à Antaq a suspensão de dispositivos da Resolução 72/2022, que regulamenta a cobrança do SSE pelos terminais portuários. A entidade argumentou que



o TCU teria ultrapassado suas atribuições ao interferir diretamente em matéria regulatória da agência responsável pelo setor. O relator, ministro Dias Toffoli, acolheu o argumento e foi acompanhado pelos ministros Gilmar Mendes, André Mendonça, Nunes Marques e Luiz Fux, consolidando a unanimidade.

Mendonça fez ressalvas em seu voto, destacando que o STF ainda não analisou a legalidade da tarifa em si. "A (i)legalidade dessa tarifa portuária, sob o enfoque da atuação do Cade (Conselho Administrativo de Defesa Econômica), não é objeto desta impetração e, portanto, não interfere nas conclusões sobre o exercício ou avanço, pelo TCU, no papel de regulador que é próprio da Antaq".

À Reportagem, a Abratec informou que a cobrança do serviço já voltou a ser permitida em 24 de outubro de 2025, data em que a Antaq cumpriu decisão monocrática de Toffoli sobre o tema. Mas, apesar do julgamento no STF, a entidade ressalta que o tema ainda envolve outros processos em diferentes instâncias do Judiciário. Ainda assim, a avaliação da Abratec é que, com a avaliação "do Supremo, a decisão está pacificada".

Recinto alfandegado

O advogado e sócio do escritório BRZ Advogados, Bruno Burini, representante jurídico da Marimex, um recinto alfandegado, afirma que "em regra, o julgamento do STF não irá interferir no debate sobre a ilegalidade da THC2".

"A decisão do STF restaura a norma da Antaq que admitia a cobrança, mas isso não significa que a discussão esteja superada na prática. Mesmo com a norma regulatória vigente, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) já reconheceu que a cobrança pode ser ilegal quando analisada sob as perspectivas concorrencial, regulatória e civil. Ou seja, há decisões judiciais que continuam apontando a incompatibilidade da taxa com o modelo tarifário portuário", declara.

Burini acrescenta que "o STJ já possui jurisprudência consolidada reconhecendo a ilegalidade da cobrança em diferentes processos, que partem da existência da regulação da Antaq, 'revivida' pela decisão do Supremo, embora o posicionamento do STJ seja pela ilegalidade da regulação. Portanto, a THC2 foi proibida pelo TCU em 2022, pelo STJ em 2024 e segue proibida por diversas decisões judiciais".

Saiba mais

O Serviço de Segregação e Entrega (SSE) corresponde a um conjunto de operações realizadas pelos terminais de contêineres após a descarga das cargas do navio, como movimentação no pátio, organização logística dos contêineres, controle de acesso, posicionamento e disponibilização das unidades para retirada por importadores ou transportadores.

A cobrança do SSE é discutida no setor portuário há mais de 20 anos e envolve a forma como os serviços logísticos prestados pelos terminais são estruturados no processo de movimentação de cargas.

Diretor de entidade faz alerta para custos logísticos

Para o diretor administrativo da Associação Brasileira de Terminais e Recintos Alfandegados de Contêineres (ABTTC), Bayard Umbuzeiro Neto, "a decisão parte da premissa de que a cobrança seria legítima porque o Cade teria mudado de opinião sobre a ilegalidade da THC2. Porém, o Cade sempre afirmou a ilegalidade da cobrança". Ele também faz um alerta para custos logísticos (leia mais adiante).

Umbuzeiro Neto menciona que o caso tramitou em segredo de Justiça, o que teria limitado a participação de partes diretamente impactadas. "Infelizmente, esse erro de premissa não pôde ser esclarecido no processo em razão do déficit democrático verificado, já que os stakeholders relevantes não puderam se manifestar".

Ele observa que entidades que representam operadores portuários tiveram participação reconhecida, enquanto associações de retroportuários, que arcam com a cobrança, não foram admitidas no

processo. Apesar da decisão do STF, o dirigente afirma que o debate jurídico sobre a legalidade da taxa permanece aberto.

“A licitude ou ilegalidade da cobrança sob a ótica concorrencial não foi objeto do mandado de segurança no STF, cujo foco foi apenas verificar se o TCU teria ultrapassado sua competência ao interferir na esfera regulatória da Antaq”. Ele também lembra que “a ilegalidade da THC2 já foi reconhecida por jurisprudência pacificada do STJ, sob as perspectivas regulatória, civil e concorrencial”.

Contudo, Umbuzeiro Neto enfatiza que “a decisão do STF em nada altera o panorama da ilegalidade da cobrança” e alerta que a retomada da cobrança poderia elevar custos logísticos no País. “Ela geraria um prejuízo ao Custo Brasil da ordem de R\$ 1 bilhão por ano, conforme cálculo do Ministério da Fazenda”.

Segundo o executivo, a ABTTC e outras entidades do setor retroportuário ainda avaliam possíveis medidas. “A decisão do STF é mais um capítulo da insegurança jurídica no País”.

Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 12/03/2026



ME – MOVIMENTO ECONÔMICO

EMPRESA ACA APRESENTA PROPOSTA DE R\$ 312,8 MI PARA OBRA DA TRANSNORDESTINA EM PE

A licitação vai resultar na retomada das obras do trecho pernambucano da Transnordestina, que vai ligar Salgueiro ao Porto de Suape

Por Ângela Fernanda Belfort - De Recife angela.belfort@movimentoeconomico.com.br



Trecho da ferrovia Salgueiro-Suape que está com as obras paralisadas desde 2016. Foto: Movimento Econômico

A empresa ACA – Alberto Couto Alves Ltda – arrematou o leilão da concorrência da Infra S.A. para fazer o projeto executivo e a infraestrutura dos 73,3 km entre Custódia e Arcoverde que faz parte do trecho pernambucano da Ferrovia Transnordestina, que vai ligar Salgueiro ao Porto de Suape. A empresa deu uma proposta de R\$ 312,8 milhões para executar o serviço. As obras da Transnordestina pernambucana estão paralisadas há mais de 10 anos. A licitação está sendo realizada pela Infra S.A.

Com sede no Rio de Janeiro, a ACA atua no Brasil desde abril de 2011, tem como atividade principal fazer obras de engenharia civil e um capital social de cerca de R\$ 40,1 milhões, segundo o site econodata. Os sócios da empresa no Brasil são companhias estrangeiras do Grupo ACA, fundado em 1982 e sediado em Portugal.

A realização da abertura das propostas já tinha sido adiada duas vezes. Inicialmente, estava previsto para 08 de dezembro e depois adiada para o dia 03 de março, quando foi postergada para esta sexta-feira (13).

Agora, as empresas concorrentes terão cinco dias para contestar o resultado, entrando com recurso. A concorrência recebeu sete propostas, sendo uma desclassificada, a da JPNR Negócios que deu uma proposta de R\$ 100 milhões, apresentada no dia 06 de novembro do ano passado. Também

apresentaram propostas as seguintes empresas que foram classificadas: TCE Engenharia Ltda (R\$387,2 milhões), Cosampa Projetos e Construções Ltda (R\$ 391 milhões), SDMT Engenharia Ltda (R\$ 415 milhões); Sultepa Construções e Comércio Ltda – em recuperação -(R\$ 441,2 milhões); Construtora Rocha Cavalcante Ltda (R\$ 475,1 milhões).

O valor de referência previsto no edital para a realização do serviço era de R\$ 415 milhões. Os recursos serão bancados pelo governo federal.



Ferrovia Transnordestina em Pernambuco no trecho entre Salgueiro e Custódia. A licitação é para fazer a infraestrutura entre Custódia e Arcoverde. Foto: Movimento Econômico

Retomada das obras da Transnordestina

A retomada das obras do trecho pernambucano da Transnordestina é apontada como fundamental para o desenvolvimento econômico de Pernambuco, Estados vizinhos e também para o crescimento das cargas, em grande escala, no Porto de Suape.

O trecho Salgueiro–Porto de Suape possui 521,5 quilômetros de extensão, passando por 27 municípios, incluindo Serra Talhada, Arcoverde, Pesqueira, Palmares, Escada e Ipojuca, onde está localizado o Porto de Suape.

As obras da Transnordestina – com o atual traçado – foram iniciadas em 2006, com lançamento oficial das obras em Missão Velha, no Ceará, com a concessionária Transnordestina Logística S.A (TLSA) à frente das obras. O projeto começava na cidade de Eliseu Martins, no Piauí, seguia até Salgueiro e depois se dividia em dois grandes ramais: Salgueiro-Pecém e Salgueiro-Suape.

O trecho pernambucano (Salgueiro-Suape) ficou sem concessionária, porque a TLSA informou não ter interesse na sua conclusão no final de 2022, devolvendo a concessão ao governo federal. Posteriormente, a Infra, que pertence ao governo federal, assumiu o projeto Salgueiro-Suape da ferrovia, que integra o Novo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

A expectativa do Ministério dos Transportes é de outros lotes do trecho Salgueiro-Suape sejam licitados este ano.

Já o trecho cearense (Eliseu Martins-Salgueiro-Pecém) teve as suas obras retomadas em 2023 e deve ter o seu primeiro trecho funcionando comercialmente em 2027. Os testes com alguns tipos de carga começaram no final do ano passado e já transportou grãos e gipsita.

Fonte: ME – Movimento Econômico

Data: 13/03/2026

CONAB ESTIMA SAFRA RECORDE DE 353,4 MILHÕES DE TONELADAS COM FORTE AVANÇO DO NE

Desempenho histórico é impulsionado pelo salto de 3,7% na colheita de soja e pela resiliência climática do Nordeste em polos estratégicos do Maranhão, Piauí e Bahia

Por Edward Pena

O Brasil deve registrar uma produção histórica de 353,4 milhões de toneladas de grãos no ciclo 2025/26, segundo dados do 6º levantamento da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab). O desempenho representa um crescimento de 0,3% com relação à safra anterior, impulsionado por um aumento de 1,7% na área plantada, que atingiu 83,2 milhões de hectares. Dentro desse cenário, o Nordeste brasileiro apresenta papel fundamental, com uma produção regional estimada em 29,5

milhões de toneladas, sustentada pela expansão das fronteiras agrícolas e condições climáticas favoráveis em estados como Maranhão e Piauí.



A soja é o principal vetor de crescimento tanto nacional quanto regional. No Nordeste, a oleaginosa deve entregar 18,9 milhões de toneladas. Foto: CNA/Wenderson Araújo/Trilux

A soja é o principal vetor de crescimento tanto nacional quanto regional. No Nordeste, a oleaginosa deve entregar 18,9 milhões de toneladas, enquanto o milho totaliza 8,7 milhões de toneladas. A região também se destaca na produção de fibras, com a Bahia projetando a colheita de 1,9 milhão de toneladas de algodão em caroço, consolidando o

estado como o segundo maior produtor desta cultura no país, atrás apenas de Mato Grosso.

Expansão de área e liderança regional

Segundo a Conab, a área destinada aos grãos no Nordeste acompanhou a tendência nacional de crescimento, sendo um fator decisivo para compensar retrações em outras culturas, como o arroz, que teve queda nacional de 12,4%.

O levantamento da Conab aponta que o avanço da tecnologia no campo e a regularidade das chuvas em polos como o Matopiba (região composta por partes do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia) permitiram que a produtividade média fosse preservada, garantindo o suprimento dos mercados interno e externo.

Atualmente, o Centro-Oeste detém 49,9% da produção nacional, com Mato Grosso liderando isolado (123,4 milhões de toneladas). No entanto, os dados da Conab destacam que o Nordeste amplia sua relevância no balanço de oferta, especialmente em culturas de alto valor agregado.

De acordo com João Edegar Pretto, diretor-presidente da companhia, o monitoramento das lavouras indica que, apesar de desafios fitossanitários pontuais como a ferrugem-asiática em Minas Gerais, o país caminha para consolidar este volume recorde.

Monitoramento e riscos fitossanitários

O documento aponta que o sucesso da safra no Nordeste e no restante do país depende agora da finalização do ciclo das culturas de segunda e terceira safras. No Maranhão e no Piauí, o enchimento de grãos ocorre sob condições satisfatórias, enquanto na Bahia o foco é o manejo de pragas para assegurar a qualidade da fibra do algodão.

A Conab ressalta que o planejamento logístico e a disponibilidade de capital para investimento permanecem como fatores de atenção para os produtores que visam as próximas etapas de comercialização, visto que o volume recorde de 353,4 milhões de toneladas exige uma operação de escoamento eficiente nos portos e terminais ferroviários do país.

Balanço hídrico e variabilidade pluviométrica

O levantamento da Conab ressalta que, em fevereiro de 2026, o cenário climático brasileiro foi marcado por uma distribuição irregular de umidade, com precipitações acima de 150 mm na maior parte do território nacional. No entanto, faixas do Nordeste, Sul e o extremo-norte da Região Norte registraram volumes inferiores a 120 mm, o que resultou em níveis de umidade do solo mais reduzidos nessas áreas estratégicas.

Na região Norte, o aporte hídrico foi consistente, com chuvas superando os 150 mm em estados como Amapá, Amazonas, Tocantins e Pará, garantindo a estabilidade hídrica necessária para as culturas locais. A exceção crítica foi o norte de Roraima, onde o acumulado não atingiu 40 mm, provocando uma queda severa no armazenamento de água no solo.

Já no Nordeste, o quadro apresentou contrastes severos. Enquanto o oeste da Paraíba, o norte do Maranhão e o noroeste da Bahia registraram chuvas abundantes acima de 200 mm, outras áreas enfrentaram dificuldades.

No Piauí, Ceará, Pernambuco, Alagoas e Sergipe as precipitações ficaram abaixo dos 150 mm, volume insuficiente para promover uma recuperação efetiva da umidade do solo no período, destaca o relatório.

Fonte: ME – Movimento Econômico

Data: 13/03/2026



ANTAQ – AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIARIOS

PRIMEIRO MÊS DO ANO COM NÚMEROS POSITIVOS NO ESTATÍSTICO AQUAVIÁRIO DA ANTAQ

Soja está entre as mercadorias de maior destaque, com 4 milhões de toneladas movimentadas - número que representa um aumento de 114% em comparação ao mesmo período de 2025



Brasília 13/03/2026 – A Agência Nacional dos Transportes Aquaviários (ANTAQ) divulgou, hoje (13), os números dos dados estatísticos relativos à movimentação portuária registrados em janeiro de 2026. O primeiro mês do ano traz o total de 104 milhões de toneladas movimentadas, um crescimento de 12,8% se comparado ao mesmo mês de 2025. Ao divulgar esses dados, a Agência reforça seu papel técnico de fornecer informações confiáveis ao setor privado e, desse modo, as empresas podem planejar e tomar as melhores decisões no mercado aquaviário.

Movimentação de mercadorias

Em janeiro deste ano, as mercadorias que se destacaram entre as 20 com maiores movimentações foram a soja (4 milhões de toneladas, um aumento de 114,3%), o óleo bruto de petróleo, com 21,4 milhões de toneladas movimentadas e crescimento de 37,6% e o coque de petróleo, que aumentou 32,7% em relação ao mesmo período, movimentando 0,6 milhão.

Recorde nos portos

Os portos públicos cresceram 10,3% e chegaram a 35,3 milhões de toneladas de cargas. O Porto de Santarém, no Pará (PA), continua se destacando entre as 20 instalações com maior crescimento, apresentando 1,6 milhão de toneladas movimentadas.

Consolidação de contêineres

Foram 13,2 milhões de toneladas movimentadas em janeiro deste ano. Esse dado representa um crescimento de 1,9% quando comparado com o mesmo período de 2025.

Em TEUs, a movimentação chegou a 1,3 milhão, com crescimento de 8,1%. Desse total, 864 mil TEUs foram movimentados em longo curso e 379 mil por cabotagem.

Cargas e Navegação

Em relação aos grãos sólidos, a movimentação atingiu 54,7 milhões de toneladas (aumento de 10,4%) e os grãos líquidos chegaram a 31,2 milhões de toneladas (aumento de 29,7% quando

comparado à 2025). Já para a carga geral solta, a movimentação foi de 4,9 milhões de toneladas, uma queda de 13,2% em comparação com o mesmo mês do ano passado.

A movimentação de cargas de longo curso foi de 70,9 milhões de toneladas em janeiro de 2026 (+11%). A cabotagem alcançou uma movimentação de 27,4 milhões de toneladas (+13,7%), enquanto que a navegação interior chegou a 5,5 milhões de toneladas, um crescimento de 36% no comparativo janeiro de 2025/2026.

Terminais Privados

A movimentação dos terminais privados alcançou 68,7 milhões de toneladas de cargas em janeiro - representando um crescimento de 14,1% no comparativo com 2025.

Nessa categoria, destaque para Terminal de Petróleo TPET/TOIL, em Porto do Açu (RJ), que teve o maior crescimento relativo entre as 20 instalações com maior movimentação em janeiro deste ano: foram 7,7 milhões de toneladas, representando um aumento de 159,8% na comparação com jan/2025.

Painel Estatístico

O Painel Estatístico Aquaviário está disponível no site da Agência para consulta dos indicadores por tipo de operação, perfis de carga, instalações portuárias e muitos outros filtros. O recurso também pode ser acessado por smartphones e tablets.

Fonte: ANTAQ – Agência Nacional de Transportes Aquaviários

Assessoria de Comunicação Social/ANTAQ

Fone: (61) 2029-6520 - **FAX:** (61) 2029-6517 - **E-mail:** asc@antaq.gov.br

Data: 13/03/2026

ANTAQ VALIDA ATUALIZAÇÕES DA AGENDA PLURIANUAL DE ESTUDOS 2025-2028

Decisão do colegiado visa consolidar qualidade das decisões técnicas da Agência, além de adequar as equipes de trabalho à realidade atual



Brasília, 12/03/2026 - A Agência Nacional dos Transportes Aquaviários (ANTAQ) validou alterações e atualizações na Agenda Plurianual de Estudos referente ao período 2025 a 2028. A decisão foi tomada na 605ª Reunião Ordinária da Diretoria Colegiada (ROD), realizada hoje (12), na sede da ANTAQ.

A Agenda Plurianual organiza os estudos prioritários da ANTAQ ao longo de cada quadriênio e tem como objetivo ampliar a base de conhecimento sobre o setor aquaviário. O

instrumento também contribui para reduzir assimetrias de informação entre a Agência e os agentes regulados, fortalecendo a qualidade técnica e a previsibilidade das decisões regulatórias.

A agenda integra as atividades da Gerência Especial de Estudos (GEE) e da Superintendência de Estudos e Projetos Hidroviários (SEPH), responsáveis pela condução dos projetos.

No primeiro ano de execução da agenda, todos os estudos previstos para 2025 foram iniciados. Desse total, 25% já tiveram entregas concluídas e dois projetos originalmente previstos para 2026 foram antecipados.

Segundo o diretor-geral da ANTAQ, Frederico Dias, os estudos são fundamentais para o aprimoramento da regulação do setor: "Conhecimento do mercado e decisão baseada em evidências são o norte de uma boa regulação. Os estudos que integram a Agenda fornecem evidências técnicas e confiáveis para que a Agência possa aperfeiçoar sua atuação", afirmou.



Ajustes no planejamento

Entre os ajustes realizados está a correção da designação de projetos relacionados à atualização das Vias Economicamente Navegadas, com adequação dos anos-base utilizados como referência para os levantamentos técnicos.

Também foi retirado da Agenda Plurianual o projeto “Selo Verde da Navegação”, uma vez que o tema já passou a ser tratado no âmbito da Agenda Ambiental e de Segurança Aquaviária da ANTAQ, evitando duplicidade de iniciativas.

Outra mudança envolve o remanejamento de alguns estudos ao longo do ciclo 2025–2028. Projetos com escopo mais amplo foram reposicionados para anos posteriores, permitindo que estudos preparatórios sejam realizados antes e contribuam com subsídios metodológicos e técnicos para sua execução.

Houve ainda adequações no cronograma de determinados projetos para alinhar os estudos à Agenda Regulatória da ANTAQ, garantindo que os resultados possam apoiar diretamente a elaboração e o aprimoramento de normas do setor.

Por fim, parte dos ajustes também considerou a capacidade operacional da equipe técnica, com redistribuição de estudos entre os anos da agenda para assegurar maior eficiência na condução das análises

Estudos já iniciados

Atualmente, nove estudos da agenda estão em execução. Entre eles estão análises sobre as condições de acessos terrestres e aquaviários aos portos organizados, levantamentos de custos da operação portuária nacional e pesquisas de satisfação dos usuários dos serviços de cabotagem, travessia e portos.

A agenda também inclui estudos voltados ao aperfeiçoamento da regulação econômica, como a metodologia de cálculo do índice de produtividade (fator X) para revisões tarifárias, além da caracterização dos serviços de abastecimento de combustível para navios (bunkering).

Saiba mais sobre o tema clicando **aqui**. <https://www.gov.br/antag/pt-br/noticias/2024/antag-aprova-as-agendas-de-estudos-e-regulatoria-para-os-anos-entre-2025-e-2028>

Fonte: ANTAQ – Agência Nacional de Transportes Aquaviários

Assessoria de Comunicação Social/ANTAG

Fone: (61) 2029-6520 - **FAX:** (61) 2029-6517 - **E-mail:** asc@antag.gov.br

Data: 12/03/2026



Presidência da República



Portos e Aeroportos

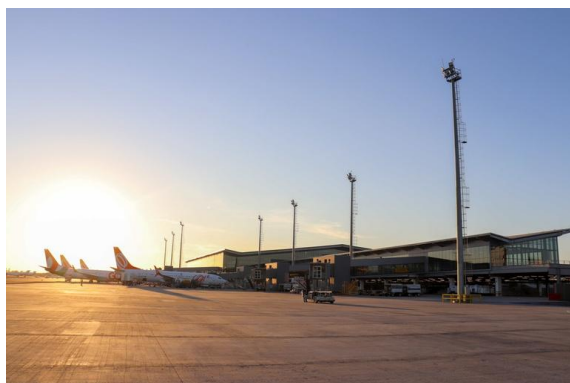
GOV.BR – MINISTÉRIO PORTOS E AEROPORTOS - DF

REGIÃO SUL TEM A MAIOR MOVIMENTAÇÃO DE PASSAGEIROS AÉREOS EM JANEIRO DESDE O ANO 2000

Mais 1,3 milhão de pessoas embarcaram em voos domésticos e internacionais nos aeroportos sulistas no primeiro mês do ano

A aviação civil no Sul do Brasil alcançou um marco histórico em janeiro com 1.315.356 passageiros nos aeroportos da região. O número representa o melhor desempenho para o primeiro mês do ano em toda a série histórica, iniciada em 2000 pela Agência Nacional de Aviação Civil (Anac).

No recorte por terminais, a capital gaúcha lidera o ranking como origem ou destino dos viajantes, reafirmando a importância estratégica do Aeroporto Salgado Filho para a logística regional. Em janeiro, Porto Alegre registrou movimento de 660.510 passageiros aéreos. O desempenho crescente é



seguido pelos terminais de Florianópolis, que recebeu 645.985 viajantes, e Curitiba (São José dos Pinhais), que somou 501.450 passageiros no período.

Aeroportos do Sul movimentam 1,3 milhão de passageiros em janeiro de 2026, maior alta desde 2000

Para o ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, o resultado também reflete o aquecimento da economia. "Alcançar o melhor resultado em embarques, em duas décadas, é significativo. Isso demonstra a confiança das pessoas na retomada econômica e a força do mercado de aviação no Sul. Estamos vendo passageiros voltando a voar, tanto a lazer quanto a negócios, o que valida todo o esforço que temos feito de reconstrução e apoio ao setor", avalia o ministro.



De acordo com o levantamento, os polos regionais mantêm sua força no turismo. Foz do Iguaçu (PR) e Navegantes (SC) aparecem com destaque, registrando 243.629 e 209.899 passageiros, respectivamente. Ao todo, 23 terminais da Região Sul operaram voos comerciais no período, consolidando uma rede estratégica de conexões aéreas que impulsiona o turismo, os negócios e o escoamento da produção regional.

Além do aquecimento da atividade econômica regional, com um agronegócio e uma indústria diversificada, o Sul gera um fluxo intenso de viagens corporativas. Simultaneamente, a recuperação do poder de compra, a confiança do consumidor e a expansão de voos internacionais nos principais aeroportos da região têm impulsionado o turismo e confirmado o transporte aéreo como um item essencial tanto no contexto logístico.

Integração com o Mercosul

Os dados da Anac também evidenciam uma característica única da aviação sulista, a forte integração com a América do Sul. Ao analisar o movimento de voos internacionais na região Sul, observa-se uma dinâmica própria de turismo e negócios que aproveita a proximidade geográfica com os vizinhos do Mercosul.

Em janeiro, a Argentina consolidou-se como o principal destino internacional direto, respondendo por 54% dos passageiros, seguida pelo Chile, com 31%. Juntos, respondem por 138.447 viajantes aéreos do total de 157.195 em voos internacionais da região Sul. Os dados deixam claro que os três estados sulistas funcionam como um hub estratégico de conexão regional, reduzindo a dependência de

conexões em outros grandes centros do país. Completam a lista dos cinco primeiros o Panamá, com 5,15%; Portugal, com 4,5%; e Peru, com 3%.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério Portos e Aeroportos - DF

Data: 13/03/2026

MINISTRO SILVIO COSTA FILHO PARTICIPA DA INAUGURAÇÃO DAS OBRAS DE MODERNIZAÇÃO DO AEROPORTO DE JACAREPAGUÁ (RJ)

Investimentos de cerca de R\$ 120 milhões reforçam segurança de um dos principais polos de aviação geral do país

O ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, participa, na próxima segunda-feira (16), da cerimônia de inauguração das obras de modernização do Aeroporto de Jacarepaguá, na zona oeste do Rio de Janeiro (RJ).

Nesta etapa, de acordo com informações da concessionária, foram investidos cerca de R\$ 120 milhões em melhorias voltadas à segurança operacional e à modernização da infraestrutura do aeroporto.

As intervenções integram a Fase 1B do contrato de concessão administrado pela concessionária PAX Aeroportos, responsável pelo terminal no Bloco Aviação Geral RJ-SP, concedido na 7ª Rodada de Concessões Aeroportuárias.

Credenciamento

Profissionais de imprensa interessados na cobertura do evento deverão solicitar participação por meio do e-mail ascom@mpor.gov.br, informando nome completo, CPF e veículo de imprensa.

Serviço

Evento: Inauguração das obras do Aeroporto de Jacarepaguá (RJ)

Data: 16 de março (segunda-feira)

Local: Aeroporto de Jacarepaguá – Rio de Janeiro (RJ)

Horário: 14 horas

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério Portos e Aeroportos - DF

Data: 13/03/2026

PORTOS BRASILEIROS MOVIMENTARAM 104 MILHÕES DE TONELADAS EM JANEIRO

Crescimento no mês foi recorde com alta de 12,8%; portos públicos movimentaram 35,5 milhões de toneladas



Portos públicos movimentaram 35,5 milhões de toneladas no mês de janeiro. Foto: Divulgação/Porto do Rio de Janeiro

O setor portuário brasileiro iniciou o ano mantendo o ritmo de crescimento. Dados do Estatístico Aquaviário referentes ao mês de janeiro apontam que os portos do país movimentaram 104 milhões de toneladas, um aumento de 12,8% em relação ao mesmo período do ano passado. As informações foram divulgadas nesta sexta-feira (13) pela Agência Nacional de Transportes

Aquaviários (Antaq) e confirmam a continuidade da expansão da atividade portuária no país.

Nos Portos Públicos, a movimentação alcançou 35,3 milhões de toneladas, o que representa um aumento de 10,3% na comparação com janeiro de 2025. O destaque ficou para o Porto de Santarém



(PA), com um aumento de 156,3% (1,6 milhão de toneladas), o maior crescimento no ranking dos 10 maiores portos em fluxo de cargas no primeiro mês de 2026.

Para o ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, mês a mês, os resultados reforçam a importância do setor portuário para a logística nacional e para o escoamento da produção brasileira. "O resultado demonstra que o setor portuário brasileiro vive um momento consistente de expansão e os números evidenciam o avanço da infraestrutura dos nossos terminais e a capacidade operacional dos portos do país", declarou.

O secretário Nacional de Portos, Alex Ávila destacou o crescimento registrado no início do ano como reflexo de políticas públicas e projetos estruturantes que vêm sendo conduzidos pelo MPor. "As políticas de planejamento, os novos arrendamentos e as concessões realizadas pelo Ministério têm ampliado a capacidade dos portos, atraído investimentos e melhorado a eficiência logística do país. Esse conjunto de ações cria um ambiente mais competitivo e contribui diretamente para o crescimento da movimentação de cargas e para o fortalecimento do comércio exterior brasileiro", destacou.

Os Terminais de Uso Privado (TUPs) também apresentaram desempenho expressivo, com crescimento de 14,1% e 68,7 milhões de toneladas movimentadas em relação ao mesmo período do ano passado. Entre os destaques está o Terminal de Petróleo TPET/TOIL, localizado no Porto do Açu (RJ), que registrou movimentação de 7,7 milhões de toneladas, avanço de 159,8%.

Movimentação de cargas

Impulsionada pelo aumento das exportações de produtos brasileiros, a navegação de longo curso, responsável pelo transporte internacional de mercadorias entre o Brasil e outros países, segue em expansão. Em janeiro, esse tipo de navegação movimentou 70,9 milhões de toneladas, um crescimento de 11% em relação ao mesmo período do ano passado, quando foram registradas 64 milhões de toneladas.

Já a cabotagem, que realiza o transporte de cargas entre portos do país, registrou crescimento de 15%, com 20,2 milhões de toneladas movimentadas. Esse tipo de navegação é fundamental para a logística nacional, pois permite transportar grandes volumes de mercadorias entre diferentes regiões do país com menor custo e menor impacto ambiental em comparação ao transporte rodoviário.

Ao analisar os tipos de carga, a carga geral solta, que inclui produtos industrializados, equipamentos, veículos e mercadorias diversas transportadas em contêineres ou unidades específicas, apresentou decréscimo de 13,2%, totalizando 4,9 milhões de toneladas. As cargas containerizadas tiveram um aumento de 1,9%, movimentando cerca de 13,2 milhões de toneladas.

Já os graneis sólidos, que engloba principalmente produtos agrícolas e minerais transportados sem embalagem, como soja, milho, minério de ferro e fertilizantes, registrou movimentação de 54,7 milhões de toneladas, crescimento de 10,4%.

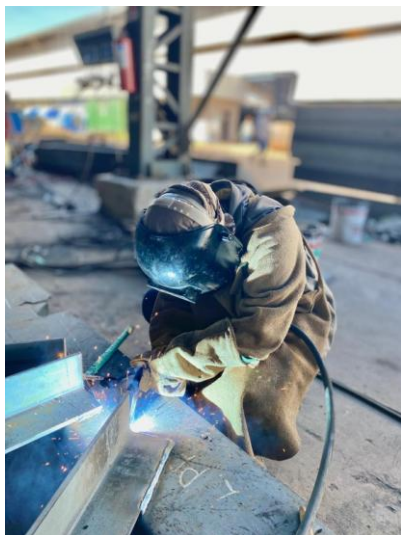
Os graneis líquidos, categoria que reúne combustíveis e outros líquidos transportados em grandes volumes, como petróleo, derivados e produtos químicos, apresentou alta de 29,7%, com 31,2 milhões de toneladas movimentadas.

Entre as 10 mercadorias mais movimentadas no período, o destaque foi para o óleo bruto de petróleo, com 21,4 milhões de toneladas, crescimento de 37,6%. Em seguida aparece a soja, principal produto do agronegócio brasileiro e importante item da pauta de exportações do país, com aumento de 114,3% que corresponde a 4,0 milhões de toneladas, e o açúcar com o registro de 2,2 milhões de toneladas e acréscimo de 31,3%.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério Portos e Aeroportos - DF
Data: 13/03/2026

CURSOS DE CAPACITAÇÃO ABREM CAMINHO PARA MULHERES NA CONSTRUÇÃO NAVAL DO AMAZONAS

Programa do Estaleiro Juruá já formou 287 profissionais em soldagem e amplia oportunidades no setor hidroviário



A iniciativa surgiu para enfrentar um desafio enfrentado por empresas do setor naval na região: a escassez de mão de obra qualificada. A primeira turma exclusiva para mulheres superou as expectativas e incentivou a criação de novas formações. Foto: Divulgação/Estaleiro Juruá

Nos estaleiros amazônicos são construídas balsas e embarcações responsáveis por transportar pessoas, combustíveis, alimentos e mercadorias pelos rios, principais vias de deslocamento na região. Tradicionalmente dominada por homens, a atividade começa a registrar maior participação feminina impulsionada por iniciativas de qualificação profissional.

Criado pelo Estaleiro Juruá, em Iranduba (AM), na região metropolitana de Manaus, o programa de capacitação em soldagem tem ampliado a presença feminina na construção naval na Amazônia.

Desde 2024, a iniciativa já formou 287 mulheres e abriu novas oportunidades de trabalho em um setor estratégico para o transporte hidroviário na região.

O curso oferecido pelo Estaleiro forma soldadoras nas técnicas MIG/MAG e eletrodo revestido. A capacitação tem 70 horas de duração, com aulas teóricas e práticas realizadas ao longo de cerca de 20 dias úteis, e certificação ao final da formação. Atualmente, outras 61 mulheres participam de novas turmas.

Além da formação profissional, o programa também tem impacto direto no mercado de trabalho. Atualmente, 210 participantes foram contratadas pelo estaleiro e hoje representam 27% do quadro de soldadores da empresa.

A iniciativa surgiu para enfrentar um desafio enfrentado por empresas do setor naval na região: a escassez de mão de obra qualificada. A primeira turma exclusiva para mulheres superou as expectativas e incentivou a criação de novas formações.

“O setor naval vive hoje um verdadeiro “apagão” de mão de obra qualificada, e foi diante desse desafio que o programa nasceu. A adesão à primeira turma foi uma grata surpresa. Muitas participantes estavam tendo ali sua primeira experiência de trabalho formal, o que gerou um forte senso de pertencimento e compromisso com o trabalho”, afirma Déborah Camely, diretora de operações do Estaleiro Juruá.



Segundo Déborah, a iniciativa também contribui para ampliar a presença feminina em áreas técnicas da indústria naval e fortalecer a cadeia produtiva ligada ao transporte aquaviário na região. “A ampliação da presença feminina em áreas técnicas mostra que talento não tem gênero e abre novas perspectivas para o futuro do setor. Além de contribuir para a qualificação da mão de obra local, iniciativas como essa ajudam a fortalecer toda a cadeia produtiva da indústria naval e do transporte hidroviário”, acrescenta.

Transformação de trajetórias

Para muitas participantes, a capacitação representa uma oportunidade concreta de mudança de vida. É o caso da soldadora Jacira da Silva

Pacheco, de 45 anos, que encontrou na formação uma nova perspectiva profissional.

“Cheguei ao Estaleiro Juruá como auxiliar de cozinha, em um momento de necessidade. Quando surgiu a oportunidade do curso de solda, agarrei com toda a força. Fui da primeira turma e mostrei que podia ser tão capaz quanto qualquer pessoa”, conta.



Mãe de seis filhos, Jacira afirma que a nova profissão trouxe independência financeira e novas perspectivas para a família. “Hoje, sou independente, construí minha casa e conquistei meus bens graças a essa oportunidade. Ver uma embarcação pronta, sabendo que meu trabalho está ali, unindo cada peça de aço, é uma emoção indescritível”, diz.

A experiência também inspirou outros membros da família. Uma das filhas seguiu o mesmo caminho e hoje também atua como soldadora no estaleiro. “Se você, mulher, sonha em entrar para o estaleiro e tem algum receio, eu digo, acredite em você e tenha coragem. É um grande desafio, mas não é impossível”, completou Jacira.

Mulheres e o setor hidroviário

A presença feminina tem crescido gradualmente em diferentes áreas ligadas ao transporte aquaviário e à indústria naval no Brasil. Iniciativas de qualificação profissional têm ampliado o acesso de mulheres a atividades técnicas e industriais, contribuindo para reduzir desigualdades históricas no mercado de trabalho.

Na Amazônia, onde os rios funcionam como as principais vias de deslocamento de pessoas e mercadorias, a construção e manutenção de embarcações são fundamentais para garantir a mobilidade e o abastecimento das comunidades. Nesse contexto, programas de capacitação como o desenvolvido pelo Estaleiro Juruá contribuem não apenas para ampliar oportunidades de trabalho, mas também para fortalecer a cadeia produtiva do transporte hidroviário e impulsionar o desenvolvimento regional.

Assessoria Especial de Comunicação Social
Ministério de Portos e Aeroportos

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério Portos e Aeroportos - DF
Data: 13/03/2026

AEROPORTO DE MARINGÁ (PR) VAI RECEBER R\$ 129 MILHÕES DE INVESTIMENTOS PARA OBRAS DE MODERNIZAÇÃO

Projeto, que faz parte da carteira do Novo PAC, visa aumentar a capacidade operacional do aeroporto e melhorar o atendimento aos passageiros



Projeção do novo aeroporto de Maringá.

Com recursos dos Fundo Nacional de Aviação Civil (Fnac), o Governo Federal assinou, nesta quinta-feira (12), a licitação de duas obras para o Aeroporto Regional de Maringá (PR): a reforma e ampliação do terminal de passageiros e a modernização da torre de controle. O projeto faz parte do Novo PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) e contará com investimentos de R\$ 129,1 milhões. O anúncio foi feito pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva e pelo Ministro de Portos e Aeroportos, Silvano Costa Filho, em cerimônia no Palácio do Planalto.

Do total de recursos, R\$ 100,4 milhões serão investidos pelo Ministério de Portos e Aeroportos, por meio do FNAC, e R\$ 29,1 milhões serão aportados pelo governo estadual e pela prefeitura. A previsão é que todas as obras sejam concluídas até o final de 2030.

Durante seu discurso, o ministro Silvano Costa Filho afirmou que essa é ação fundamental para fortalecer a logística do estado do Paraná e do país e destacou que é uma iniciativa conjunta com o setor privado. "E, hoje, com essa entrega do Aeroporto de Maringá, nós estamos somando o equivalente a mais de R\$ 1 bilhão de investimentos nos aeroportos do Estado do Paraná. O que é muito importante para a infraestrutura, mas que também fortalece o turismo de negócios, o turismo de lazer e fortalece a economia do estado", afirmou.

As obras vão aumentar a capacidade do aeroporto e melhorar a experiência dos passageiros. A expectativa é de que o terminal possa atender cerca de 1,3 milhão de pessoas nos próximos anos. Em 2025, o aeroporto movimentou aproximadamente 868 mil passageiros.

Projeto de ampliação

Com a ampliação, o terminal de Maringá, que tem cerca de 4 mil metros quadrados, passará a ter 8,5 mil metros quadrados, mais do que o dobro do tamanho atual. O projeto inclui a construção de pontes de embarque, instalação de totens de autoatendimento e implantação do sistema common use, que permite que diferentes companhias aéreas utilizem os mesmos balcões e equipamentos, tornando o atendimento mais rápido.



Aeroporto de Maringá

Estão previstas também a instalação de escadas rolantes e elevadores, novos espaços comerciais, como cafés, e uma sala multissensorial para acolher passageiros com Transtorno do Espectro Autista (TEA). Além disso, todos os sistemas do prédio serão renovados, incluindo redes elétrica, hidráulica, climatização e prevenção contra incêndio. O projeto também prevê melhorias na infraestrutura, como reforma da cisterna, novos

reservatórios de água para combate a incêndio e construção de uma Estação de Tratamento de Efluentes.

As obras serão feitas em quatro etapas para que o aeroporto continue funcionando normalmente: reforma da área de embarque de veículos, ampliação do prédio do terminal, reforma da estrutura atual e modernização da área de desembarque, com novas esteiras de bagagem.

Além do terminal, a torre de controle do aeroporto também será reformada e receberá novos equipamentos de auxílio à navegação aérea. Durante as obras, uma torre provisória será instalada para garantir a continuidade das operações.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério Portos e Aeroportos - DF
Data: 13/03/2026

CONCESSÃO DO CANAL DE ACESSO AO PORTO DE PARANAGUÁ (PR) TERÁ INVESTIMENTO DE R\$ 1,23 BILHÃO

Projeto fortalece logística portuária no Paraná e integra pacote de investimentos federais em infraestrutura de transportes no estado



Novo modelo de gestão para canais de acesso portuários no Brasil - Foto: Jonilton Lima/MPor

O Governo Federal anunciou nesta quinta-feira (12) o valor de R\$ 1,23 bilhão para o contrato de concessão do acesso aquaviário ao Porto de Paranaguá (PR), ao longo de 25 anos. Os investimentos são destinados à dragagem, manutenção e gestão da infraestrutura aquaviária que conecta o porto ao mar aberto. A cerimônia de assinatura ocorreu no Palácio do Planalto e contou com a presença do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e do ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa

filho, entre outras autoridades.

Para o ministro Silvio Costa Filho, hoje é um dia histórico para o setor portuário brasileiro. "Esta é a primeira concessão de canal de acesso do Brasil, uma ação fundamental para o desenvolvimento do setor portuário brasileiro, que fará com que o Porto de Paranaguá tenha um planejamento estratégico, garantindo previsibilidade e segurança ao setor produtivo. Com essa concessão pelos próximos 25 anos, também teremos dragagem de manutenção sendo feita ano a ano", disse.

"Esta é a primeira concessão de canal de acesso do Brasil, uma ação fundamental para o desenvolvimento do setor portuário brasileiro"

Silvio Costa Filho

O ministro também falou sobre o aumento do calado, que vai possibilitar receber navios maiores e, com isso, mais cargas. "O Porto de Paranaguá tem uma característica estratégica nas operações de grãos vegetais. Também é estratégico para o agronegócio, já que movimenta o maior volume de fertilizantes do país. Com esse calado feito, as capacidades das operações e a logística serão ampliadas no Porto, que é uma referência hoje no Brasil", completou.

Porto de Paranaguá (PR)

Inaugurando um novo modelo de gestão para canais de acesso portuários, iniciado em 2023, a assinatura do contrato de concessão do canal de acesso ao Porto de Paranaguá (PR) marca um avanço relevante para a logística portuária brasileira.

Com a iniciativa, o canal terá o calado ampliado para 15,5 metros, permitindo a operação de navios de maior porte e aumentando a capacidade operacional do complexo portuário. A medida tende a reduzir custos logísticos e fortalecer o escoamento da produção agrícola do Sul e do Centro-Oeste do país.



O Porto de Paranaguá (PR) é um dos principais corredores logísticos do país, com forte atuação no escoamento de grãos e outras commodities agrícolas, conectando a produção nacional aos mercados internacionais.

Assinatura do Contrato de Concessão

O complexo portuário também passa por outras intervenções estruturantes, como a obra do Moegão, novo sistema de descarga ferroviária do corredor de

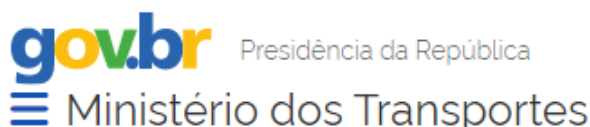
exportação, cujas obras já superaram 95% de execução, sendo o maior projeto público portuário em andamento no Brasil. Com mais de R\$ 500 milhões investidos via Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), o projeto irá aumentar em 60% a capacidade ferroviária do Porto de Paranaguá, passando dos atuais 550 para 900 vagões por dia.

Em seu discurso, Costa Filho também comentou a entrega das obras do Moegão. “Isso vai ampliar em 60% as operações de movimentações de carga no porto, o que é fundamental para fortalecer sua logística”, finalizou.

O empreendimento deve ampliar a eficiência logística do porto, aumentando a capacidade de recepção de grãos e reforçando a integração entre ferrovia e terminal portuário.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério Portos e Aeroportos - DF

Data: 13/03/2026



GOV.BR – MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES - DF

NOVAS PONTES NA BR-158 AMPLIAM SEGURANÇA E REFORÇAM LOGÍSTICA NO SUDESTE DO PARÁ

Investimento de R\$ 28,7 milhões do Governo do Brasil moderniza travessias e impulsiona o desenvolvimento econômico na região Norte



Obras fortalecem a ligação entre regiões produtoras e os principais corredores logísticos do país. Foto: Divulgação/DNIT

A infraestrutura da região sudeste do Pará ganhou um importante reforço logístico. O Ministério dos Transportes, por meio do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT), entregou cinco novas pontes de concreto na BR-158, entre os municípios de Redenção e Santa Maria das Barreiras. As obras receberam investimento do Governo do

Brasil de aproximadamente R\$ 28,7 milhões, com recursos do Novo PAC.

As estruturas substituem antigas pontes de madeira e foram construídas em concreto, garante maior durabilidade, segurança e melhores condições de tráfego para motoristas e transportadores que utilizam a rodovia.

Com quase quatro mil quilômetros de extensão, a BR-158 é um dos principais corredores logísticos da região. A via é fundamental para o escoamento da produção de grãos, especialmente soja e milho, além do transporte de bovinos e minérios como ferro, bauxita e manganês. Ao fortalecer esse trecho, as novas pontes também contribuem para ampliar o fluxo de cargas em direção aos portos paraenses, impulsionando a logística e o desenvolvimento econômico do Norte do país.

Corredor estratégico

As novas Obras de Arte Especiais (OAEs) estão distribuídas ao longo de 108,5 quilômetros da BR-158 e incluem as pontes sobre os igarapés Arraia (km 632,6), Itamarati (km 638,15), Água Preta (km 627,42), Inajazinho (km 676,71) e Inajá (km 688,51), localizadas no Pará. Todas as estruturas já estão funcionando normalmente com sinalizações.

Além de melhorar a segurança viária, as novas pontes fortalecem a integração regional ao facilitar o deslocamento entre áreas produtivas e centros urbanos. A iniciativa também contribui para a

preservação do patrimônio público, amplia a vida útil das estruturas e reduz custos de manutenção ao longo do tempo.

A rodovia conecta o sul do Pará aos estados de Mato Grosso, Goiás, Mato Grosso do Sul, São Paulo, Paraná e Santa Catarina, até chegar ao município de Santana do Livramento (RS).

Com informações do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT)

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério dos Transportes - DF

Data: 13/03/2026

PRESIDENTE LULA E MINISTRO RENAN FILHO ANUNCIAM INVESTIMENTOS DE R\$ 730 MILHÕES EM RODOVIAS NO PARANÁ

Recursos contemplam obras do Contorno Sul Metropolitano de Maringá e da pavimentação do último trecho da Estrada Boiadeira

Dois projetos estratégicos para a infraestrutura e a logística do Paraná avançaram nesta quinta-feira (12). O presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, e o ministro dos Transportes, Renan Filho, autorizaram o início das obras do Contorno Sul Metropolitano de Maringá (PR), na BR-376, e da pavimentação do último trecho da Estrada Boiadeira, na BR-487. Juntos, os investimentos ultrapassam R\$ 730 milhões e vão melhorar o fluxo de veículos na área urbana de Maringá, além de fortalecer o escoamento da produção agrícola do noroeste do estado em direção ao litoral.



Evento no Palácio do Planalto reuniu ministros de Estado e autoridades para o anúncio de novas obras de infraestrutura no sul do Brasil. - Foto: Marcio Ferreira/MT

"O contorno da cidade de Maringá, uma parte será feita com recurso público e a outra será feita com a concessão. Essas duas obras custarão mais de R\$ 1 bilhão. O que estamos anunciando hoje é resultado de um modelo que funciona: Governo do Brasil e iniciativa privada investindo juntos na infraestrutura do país e Paraná é um dos estados que mais se beneficia dessa

estratégia", destacou o ministro.

Contorno Sul Metropolitano de Maringá

O Contorno Sul Metropolitano de Maringá contará com aproximadamente 13 quilômetros em pista dupla na BR-376. A obra inclui serviços de terraplenagem, drenagem, iluminação, sinalização e dispositivos de segurança viária, além da construção de pontes e viadutos. O investimento, previsto no Novo PAC, é de R\$ 409 milhões.

Com o novo traçado, o tráfego pesado deixará de passar pela área urbana de Maringá, o que vai reduzir congestionamentos e aumentar a segurança e a fluidez do trânsito. A intervenção também beneficiará diretamente os municípios de Paçandu, Sarandi e Marialva. Ao todo, mais de 850 mil habitantes serão beneficiados.

Estrada Boiadeira

A outra autorização foi para a pavimentação do quarto e último trecho da BR-487, conhecido como Estrada Boiadeira, entre Serra dos Dourados e Cruzeiro do Oeste. Com aporte de R\$ 321,2 milhões do Novo PAC, o segmento de 37 quilômetros também passará por serviços de terraplenagem, sistemas de drenagem e sinalização. Este é o último trecho necessário para completar o corredor viário que liga Campo Mourão à divisa com Mato Grosso do Sul. Com a conclusão da Estrada Boiadeira, o trajeto entre Naviraí (MS) e Paranaguá (PR) será reduzido em cerca de 80 quilômetros.



Atualmente, cerca de 3,6 mil veículos circulam diariamente pela Estrada Boiadeira, com destaque para o transporte de soja, milho, cana-de-açúcar, carne bovina e insumos agroindustriais. O corredor conecta regiões produtoras aos centros consumidores e aos portos do Sul do país, especialmente o Porto de Paranaguá.

"Nós ampliamos tanto os investimentos públicos quanto a atração de investimentos privados para fortalecer a infraestrutura desse que é um dos estados mais produtivos do país. No fim, o cidadão que está lá na ponta quer estrada boa para o desenvolvimento do seu estado. E é isso que estamos entregando. O Paraná está vivendo o maior ciclo de investimentos em infraestrutura da sua história", completou Renan Filho.

Intermodalidade

O evento também contou com a assinatura, pelo Ministério de Portos e Aeroportos (MPor), do contrato de concessão do canal de acesso ao Porto de Paranaguá. Enquanto o Ministério dos Transportes melhora a infraestrutura rodoviária e facilita o escoamento da produção agrícola até o litoral, o MPor amplia a capacidade do terminal paranaense para receber mais embarcações e aumentar a movimentação de cargas. As duas ações contribuem para reduzir custos logísticos, impulsionar a economia regional e aumentar a competitividade do Brasil.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério dos Transportes - DF

Data: 13/03/2026



BE NEWS – BRASIL EXPORT

EDITORIAL – A NOVA BÚSSOLA DO PROGRESSO: INOVAÇÃO E SUSTENTABILIDADE COMO EIXOS DE ESTADO

DA REDAÇÃO redacao@portalbenews.com.br

O recente fórum Pernambuco Export, realizado no Recife (PE), pelo Grupo Brasil Export, não foi apenas mais um encontro setorial; foi o palco de uma constatação irreversível: para o Brasil, a sustentabilidade e a inovação deixaram de ser itens de uma agenda acessória para se tornarem os pilares de sua sobrevivência estratégica. Ao reunir lideranças da infraestrutura, indústria e regulação, o debate deixou claro que a competitividade nacional no século XXI não será medida apenas por toneladas movimentadas ou quilômetros asfaltados, mas pela pegada de carbono e pela inteligência digital embarcada em nossas cadeias logísticas e energéticas.

A importância desta transição reside na necessidade de alinhamento com as rigorosas exigências do mercado global. Um porto que não oferece soluções de descarbonização ou uma malha de transportes que ignora a eletrificação corre o risco de se tornar um enclave de obsolescência. Como destacado por Sóstenes Alcoforado, executivo do Porto de Suape (PE), os complexos portuários estão se transformando em plataformas de economia verde. Ao atrair projetos de transição energética, esses centros deixam de ser meros pontos de passagem para se tornarem indutores de uma nova industrialização sustentável.

A contundência desta mudança exige, porém, uma arquitetura institucional moderna. É fundamental o papel da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) ao incorporar critérios de inovação e recursos carimbados para o desenvolvimento tecnológico nos novos contratos de concessão. Inovar requer capital e previsibilidade. Sem mecanismos regulatórios que garantam o investimento em P&D e na digitalização das redes — conforme pontuado pela Neoenergia —, o Brasil continuará a importar soluções em vez de criá-las. A inovação deve ser o “cimento” dos novos contratos de infraestrutura.

Entretanto, há um alerta que o setor produtivo não pode ignorar: o gargalo humano. Cristiane Assis, do Grupo Moura, foi cirúrgica ao apontar que a eletrificação e o armazenamento de energia são campos que hoje sofrem com a carência de mão de obra qualificada. De nada servem baterias de lítio de última geração ou redes inteligentes se não houver “massa crítica intelectual” e técnica para operá-las.

O apoio do Governo e da indústria a centros como o Senai Pernambuco é essencial para reduzir os riscos dessas novas cadeias e formar os profissionais que sustentarão a transição.

Defender a inovação e a sustentabilidade no setor de transportes e energia é defender um Brasil soberano e eficiente. O país possui a matriz energética mais limpa do mundo e uma rede de centros de pesquisa pronta para o desafio. O que falta é a consolidação de um ecossistema — a “massa crítica relacional” citada por Oziel Alves — que una o financiamento à ciência e ao mercado.

O tempo da infraestrutura puramente analógica e fóssil acabou. O futuro da logística brasileira corre por redes digitais e combustíveis limpos. Aqueles que não ajustarem sua rota para esses novos eixos de desenvolvimento ficarão ancorados em um passado caro e poluente. Para o Brasil decolar, a sustentabilidade deve ser o motor, e a inovação, o piloto.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 13/03/2026

INSIGHT - ESTRATÉGIA - POR QUE HORMUZ NÃO VAI REABRIR MESMO QUE OS BOMBARDEIOS PAREM



FELIPE GERMINI

Fundador e diretor-executivo da Germini Energy.
Executivo do setor de energia com mais de 25 anos de experiência.

opinioao@portalbenews.com.br

Em 14 de abril de 1988, a fragata de mísseis guiados USS Samuel B. Roberts escoltava petroleiros kuwaitianos re-bandeirados pelo Golfo Pérsico quando um vigia avistou três esferas negras na água. O navio parou. Segundos depois, uma mina de contato iraniana M-08 detonou contra o casco, abrindo um rombo de cerca de 4,5 metros abaixo da linha d'água, rachando a quilha e arrancando os dois motores de turbina a gás de seus suportes. Dez marinheiros foram evacuados com ferimentos. A tripulação lutou contra incêndios e alagamentos durante cinco horas para salvar o navio.

Quatro dias depois, os Estados Unidos lançaram a Operação Praying Mantis — o maior combate naval de superfície americano desde a Segunda Guerra Mundial — e destruíram ou danificaram cerca de metade da frota operacional iraniana em uma única tarde.

Tudo isso por causa de 150 minas. O Irã as lançou usando dhows (veleiros) de madeira.

Nesta semana, a inteligência dos Estados Unidos confirmou que o Irã voltou a colocar minas no Estreito de Hormuz. Algumas dezenas até agora. O Irã ainda mantém 80% a 90% de suas pequenas embarcações e meios de lançamento de minas. Seu estoque estimado varia entre 2.000 e 6.000 dispositivos.

Os canais navegáveis no estreito têm aproximadamente três quilômetros de largura cada, separados por uma zona-tampão de três quilômetros. A matemática não é complicada. Algumas centenas de minas colocadas nos lugares certos — e o estreito não reabre por meses, com cessar-fogo ou sem cessar-fogo.

A Agência Internacional de Energia (IEA) divulgou nesta semana seu relatório de março sobre o mercado de petróleo. A linguagem foi direta: “A guerra no Oriente Médio está criando a maior interrupção de oferta da história do mercado global de petróleo.” A produção do Golfo foi reduzida em pelo menos 10 milhões de barris por dia. O fluxo de petróleo que atravessa Hormuz caiu de 20 milhões de barris por dia para o que a IEA descreveu como “um filete”.

Durante a noite, o Brent voltou a ultrapassar US\$ 101 — menos de 24 horas depois de a IEA anunciar a liberação recorde de 400 milhões de barris de reservas estratégicas.

A liberação das reservas deveria tranquilizar o mercado. As minas foram a resposta. Os relatos sobre o lançamento de minas surgiram na terça-feira pela CNN, citando duas fontes familiarizadas com a



inteligência americana. As forças navais da Guarda Revolucionária Islâmica (IRGC), que compartilham o controle do estreito com a marinha convencional iraniana, teriam enviado pequenas embarcações carregando duas ou três minas cada para os canais de navegação.

Os Estados Unidos reagiram rapidamente. O Comando Central (Centcom) confirmou que destruiu 16 embarcações lançadoras de minas iranianas perto do estreito durante a noite. O secretário de Defesa dos Estados Unidos, Pete Hegseth, afirmou que a operação foi realizada “com precisão implacável”.

Mas há um detalhe crucial — e amplamente ignorado na cobertura. O Centcom disse que destruiu os lançadores de minas. Não disse que destruiu as minas. Se mesmo uma fração desses dispositivos já estiver na água, o cálculo do transporte marítimo comercial muda fundamentalmente. Minas não precisam explodir para fechar uma via marítima. A confirmação de sua presença já é suficiente. Assim que os clubes de seguro marítimo (P&I clubs) e os seguradores de risco de guerra sabem que existem minas ativas em um canal de navegação, a cobertura é retirada. E sem seguro, nenhum navio comercial atravessa. Ponto final.

Isso não é hipotético. Foi exatamente o que ocorreu durante a Guerra dos Petroleiros (1987–1988). Menos de 200 minas iranianas — algumas com projetos da Primeira Guerra Mundial — paralisaram o transporte comercial no Golfo por meses e desencadearam o maior confronto naval americano desde a Segunda Guerra Mundial.

Passei quase duas décadas trabalhando no Golfo Pérsico — primeiro como operador no setor petrolífero e depois como corretor de commodities. O que sei sobre minas vem do lado dos seguros, do transporte marítimo e de observar o que acontece com fretes e prêmios de seguro quando a palavra “mina” aparece na avaliação de risco de uma carga. E posso afirmar com confiança: A ameaça de minas muda o prazo de reabertura de Hormuz de semanas para meses, independentemente do que aconteça diplomaticamente.

Começamos pela realidade operacional. O Estreito de Hormuz tem cerca de 34 quilômetros de largura em seu ponto mais estreito, mas os canais navegáveis cobrem aproximadamente 200 km². Operações de remoção de minas avançam, em média, entre dois e cinco quilômetros quadrados por dia, em condições favoráveis. Na Guerra do Golfo de 1991, limpar cerca de 1.300 minas iraquianas no norte do Golfo Pérsico levou seis meses e envolveu seis países.

Agora considere a capacidade atual dos Estados Unidos. A Marinha desativou seus últimos quatro caça-minas dedicados no Golfo em setembro de 2025. Hoje depende de navios de combate litorâneo (LCS) para operações contra minas — embarcações criticadas por analistas que as apelidaram de “Little Crappy Ships”. Esses navios são plataformas multifunção, não varredores especializados. Seus módulos de caça a minas tiveram desenvolvimento problemático e uso operacional limitado. A diferença entre ameaça de minas e capacidade de limpeza é real — e grande.

Os canais de entrada e saída do estreito têm cerca de três quilômetros de largura cada. Uma mina não precisa atingir um superpetroleiro para fechar o canal. Ela precisa apenas ser encontrada — ou haver a suspeita de sua presença — dentro dele. O efeito psicológico das minas vai muito além de sua destruição física. Uma vez confirmadas, os seguros aumentam, operadores desviam rotas ou recusam travessias e o fechamento torna-se auto-reforçado.

O Irã entende isso perfeitamente. Durante a Guerra dos Petroleiros, a Guarda Revolucionária usou exatamente essa estratégia: lançar minas baratas, forçar o adversário a operações caras e demoradas de remoção e deixar o mercado de seguros fazer o resto. A mina que atingiu o Samuel B. Roberts era uma mina de contato — um projeto do início do século XX — e quase afundou uma fragata moderna. Hoje, o IRGC tem acesso a dispositivos muito mais sofisticados: minas de influência que detectam assinaturas acústicas, magnéticas e de pressão; e minas de fundo que ficam no leito do mar, praticamente invisíveis.

Desde 1950, 77% dos danos sofridos por navios da Marinha dos EUA foram causados por minas navais. Essa estatística, do Centro Strauss da Universidade do Texas, diz tudo sobre por que a



Marinha leva a guerra de minas a sério — e por que o descomissionamento de seus últimos navios de varredura dedicados no Golfo foi, em retrospectiva, terrivelmente mal planejado.

Quase toda análise desta semana menciona “rotas alternativas” como se fossem um simples interruptor. O oleoduto East-West da Arábia Saudita. O oleoduto de Fujairah dos Emirados. Os portos de águas profundas de Omã: Duqm, Salalah e Sohar.

A realidade é menos confortável. A Arábia Saudita já começou a desviar petróleo para o oleoduto East-West até Yanbu, no Mar Vermelho. Mas sua capacidade operacional é de cerca de 7 milhões de barris por dia, e as limitações do terminal reduzem esse volume. O oleoduto de Fujairah movimenta cerca de 1,5 milhão de barris por dia. Juntos, esses desvios cobrem apenas uma fração dos 20 milhões de barris por dia que normalmente passam por Hormuz.

E a alternativa de Omã está se deteriorando rapidamente. Drones atingiram Duqm e Salalah. Sohar entrou na zona de risco de guerra definida pelo London Joint War Committee. E Omã chegou a retirar temporariamente navios de um de seus principais terminais. A ideia de que Omã é um corredor seguro fora de Hormuz está sendo testada — e falhando.

Iraque, Kuwait e Catar não têm rotas de desvio. Cem por cento de suas exportações passa por Hormuz. A produção iraquiana do sul já caiu 70% — de 4,3 milhões para 1,3 milhão de barris por dia — porque as exportações estão bloqueadas e os tanques de armazenamento estão cheios. O GNL do Catar está parado. O Kuwait está fechando poços. Quando os tanques se enchem, os poços precisam ser interrompidos — algo que pode danificar reservatórios e levar meses para recuperar.

Há um fator que quase ninguém fora do setor de transporte discute: o tempo do mercado de seguros. E será esse ponto que determinará quando Ormuz de fato reabrirá para o tráfego comercial. O London Joint War Committee mantém uma lista de áreas marítimas de alto risco. Quando uma região entra nessa lista, os prêmios de risco de guerra disparam - o custo efetivo do petróleo aumenta US\$ 5 a US\$ 15 por barril. Quando os clubes P&I retiram totalmente a cobertura — como fizeram para Hormuz em 5 de março — o trânsito se torna comercialmente impossível. Sem seguro, não há carga, não há conhecimento de embarque, não há carta de crédito e, portanto, não há comércio.

Para que a cobertura volte após uma ameaça de minas, a sequência é: (1) cessar-fogo; (2) início (declaração) das operações de remoção; (3) execução da limpeza; (4) verificação independente de que a via de navegação está liberada; e (5) reavaliação dos seguradores. Cada etapa leva tempo. O prazo total, em um ambiente com minas, é medido em meses — não em dias.

O que observar agora

Primeiro, a densidade de minas. Se o Irã implantar centenas de minas — o que ele tem capacidade e motivação para fazer — o tempo de liberação se estenderá por meses. Se permanecerem algumas dezenas, uma retirada concentrada dos artefatos poderá reduzir esse prazo, mas somente após o cessar das hostilidades.

Segundo reforços na varredura de minas pelos Estados Unidos. A Marinha norte-americana precisará redistribuir ativos dedicados à contramedida de minas de outros teatros de operações ou recrutar marinhas aliadas. Japão, Reino Unido e França possuem capacidade de contramedidas de minas, mas o destacamento emergencial leva semanas. Deve-se monitorar se os navios de contramedidas de minas aliados estão sendo reposicionados em direção ao Golfo.

Terceiro, o corredor de Omã. Se os portos de Omã que ficam fora do estreito permanecerem sob ataque de drones ou dentro da zona de risco de guerra, a única rota de exportação para o petróleo bruto do Golfo se tornará o Oleoduto Leste-Oeste da Arábia Saudita e o desvio de Fujairah — com uma capacidade combinada muito abaixo do que o mercado precisa. Acompanhe as listas do Comitê Conjunto de Guerra de Londres para alterações na designação de Omã.



Quarto, danos por paralisação de poços. A cada semana que a produção permanece paralisada, o risco de danos aos reservatórios aumenta - infiltração de água em campos maduros; desequilíbrios de pressão em reservatórios com selo de gás; incrustações e corrosão em poços. A recuperação após uma paralisação de dois meses não é tão rápida quanto a própria paralisação. É mais lenta, mais cara e, em alguns casos, reduz permanentemente a capacidade de produção. O mercado está precificando uma recuperação da produção em forma de V. A engenharia de reservatórios indica o contrário.

Quinto, o efeito cascata dos produtos. O relatório da AIE divulgado nesta semana apontou o diesel e o querosene de aviação como “particularmente vulneráveis”. O fornecimento de GLP já está forçando paralisações em petroquímicas. O combustível para cozinhar na Índia e no leste da África está em risco. Essas não são abstrações — são as consequências a jusante das paralisações da produção de petróleo bruto, que se propagam por um mercado de produtos que já estava apertado antes mesmo da primeira mina entrar em operação.

Em 1988, uma única mina quase afundou uma fragata americana, desencadeou a maior batalha naval desde a Segunda Guerra e redefiniu os seguros marítimos no Golfo por uma geração. Era uma mina simples, lançada de um dhow de madeira por homens que entendiam algo essencial: para fechar uma via marítima, não é preciso destruir uma marinha; basta tornar o uso daquela rota mais caro do que o valor da carga transportada.

O Irã não esqueceu essa lição. A pergunta é se o mercado aprendeu.

Este texto foi originalmente publicado em inglês na página do autor (Energy Pipeline by Felipe Germini) na plataforma Substack (<https://fgermini.substack.com/>).

MINAS NÃO PRECISAM EXPLODIR PARA FECHAR UMA VIA MARÍTIMA. A CONFIRMAÇÃO DE SUA PRESENÇA JÁ É SUFICIENTE. ASSIM QUE OS CLUBES DE SEGURO MARÍTIMO (P&I CLUBS) E OS SEGURADORES DE RISCO DE GUERRA SABEM QUE EXISTEM MINAS ATIVAS EM UM CANAL DE NAVEGAÇÃO, A COBERTURA É RETIRADA. E SEM SEGURO, NENHUM NAVIO COMERCIAL ATRAVESSA. PONTO FINAL

UMA MINA NÃO PRECISA ATINGIR UM SUPERPETROLEIRO PARA FECHAR O CANAL. ELA PRECISA APENAS SER ENCONTRADA — OU HAVER A SUSPEITA DE SUA PRESENÇA — DENTRO DELE. O EFEITO PSICOLÓGICO DAS MINAS VAI MUITO ALÉM DE SUA DESTRUIÇÃO FÍSICA. UMA VEZ CONFIRMADAS, OS SEGUROS AUMENTAM, OPERADORES DESVIAM ROTAS OU RECUSAM TRAVESSIAS E O FECHAMENTO TORNA-SE AUTO-REFORÇADO

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT
Data: 13/03/2026

POLÍTICA - PROTEÇÃO PARA MULHER: CÂMARA APROVA VENDA DE SPRAY DE PIMENTA

Projeto de Lei aprovado prevê uso do item para defesa pessoal. Produto não pode conter substâncias letais

Da Agência Brasil

A Câmara dos Deputados aprovou na quarta-feira, 11, o projeto de lei (PL) que regulamenta a venda e o uso de aerossóis de extratos vegetais, como o spray de pimenta, por mulheres a partir de 16 anos para defesa pessoal. O texto segue para o Senado.

A proposta é de autoria da deputada Gorete Pereira (MDB-CE) e tem relatoria da deputada Gisela Simona (União-MT). O texto prevê que o produto poderá ser utilizado para “repelir agressão injusta, atual ou iminente” e “mediante uso proporcional e moderado, cessando imediatamente após a neutralização da ameaça”.



A proposta é de autoria da deputada Gorete Pereira (MDB-CE) e prevê que o produto poderá ser utilizado para “repelir agressão injusta, atual ou iminente”

Quem utilizar o spray fora dessas finalidades poderá ser punido com multa de um a 10 salários mínimos, a ser definida conforme a gravidade da ação. Em caso de reincidência, o valor pode chegar a até 20 salários mínimos.

Para ser comercializado, o produto não poderá conter substâncias de efeito letal ou de toxicidade permanente e deverá ter a aprovação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), que será responsável por definir as especificações técnicas, como limites de capacidade e concentração da substância ativa.

Os sprays poderão conter oleoresina capsicum, que causa inflamação imediata nas mucosas, fechamento involuntário dos olhos, dor intensa e tosse, desde que embalados em recipientes de até 50ml.

Para a compra do spray, que será de uso individual e intransferível, será necessário apresentar documento oficial de identificação com foto, comprovante de residência fixa e autodeclaração de inexistência de condenação criminal por crime doloso cometido com violência ou grave ameaça. Adolescentes de 16 a 18 anos precisarão de autorização expressa de um responsável legal para adquirir o item.

Boletim de Ocorrência

Caso o produto seja furtado, roubado ou perdido, a mulher deverá registrar boletim de ocorrência na Polícia Civil em até 72 horas. O texto prevê ainda um programa nacional de capacitação em defesa pessoal para mulheres, que dependerá de regulamentação própria, reserva orçamentária e celebração de convênios com entidades parceiras.

Apesar de o projeto de lei ainda precisar ser aprovado pelo Senado e sancionado pelo presidente da República, a venda de spray de pimenta não é novidade no Brasil. Diferentes tipos, marcas e tamanhos do produto estão disponíveis com facilidade no comércio físico e eletrônico, inclusive em grandes marketplaces.

O Rio de Janeiro foi o primeiro Estado do Brasil a regulamentar a venda e o uso de spray de pimenta por mulheres, em novembro do ano passado. No Estado, a venda só pode ser realizada em estabelecimentos farmacêuticos, com limite de duas unidades por pessoa por mês. Rondônia também aprovou uma lei semelhante, em janeiro deste ano.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 13/03/2026

NACIONAL - HUB – CURTAS

Por LEOPOLDO FIGUEIREDO E COLABORADORES leopoldo.figueiredo@portalbenews.com.br

AÇÃO ARQUIVADA

O ministro Dias Toffoli, do Supremo Tribunal Federal, decidiu arquivar uma ação que questionava a atuação da Transparência Internacional em relação ao acordo de leniência firmado pela J&F. Na decisão, Toffoli considerou que não havia elementos suficientes para dar continuidade ao processo. O acordo da J&F, firmado após investigações da Operação Lava Jato, segue sendo alvo de debates jurídicos e políticos.

BANCO MASTER: PEDIDO NEGADO

O ministro Cristiano Zanin, do Supremo Tribunal Federal, negou nessa quinta-feira, dia 12, um pedido para determinar a instalação de uma CPI sobre o Banco Master na Câmara dos Deputados. Na decisão, Zanin afirmou que cabe ao próprio Legislativo deliberar sobre a criação de comissões parlamentares de inquérito. Com isso, a definição sobre a eventual abertura da CPI permanece sob responsabilidade da Câmara.

CONVOCAÇÃO APROVADA

A CPMI do INSS aprovou a convocação do cunhado e da ex-namorada do empresário Daniel Vorcaro, proprietário do Banco Master, para prestar depoimento ao colegiado. Os parlamentares avaliam que os depoimentos podem ajudar a esclarecer movimentações e possíveis vínculos relacionados às investigações sobre descontos indevidos em benefícios previdenciários. A comissão segue ampliando a lista de convocados no avanço das apurações.

DECISÃO “PEQUENA”

O senador Flávio Bolsonaro criticou o presidente Luiz Inácio Lula da Silva após o cancelamento da viagem para a posse do presidente eleito do Chile, José Antonio Kast. Para o parlamentar, a decisão foi “pequena” e prejudica a relação diplomática entre os países. Flávio argumentou que diferenças ideológicas não deveriam interferir na agenda institucional entre chefes de Estado. O episódio reacendeu o debate sobre alinhamentos políticos e condução da política externa brasileira.

BRASIL, COLÔMBIA E EUA

O presidente Lula conversou por telefone com o presidente da Colômbia, Gustavo Petro, em meio à pressão dos Estados Unidos para ações mais duras contra facções criminosas na região. Segundo o governo brasileiro, os líderes discutiram cooperação regional em segurança e combate ao crime organizado. O diálogo ocorre em um momento de intensificação das discussões internacionais sobre narcotráfico e atuação de organizações criminosas na América Latina

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 13/03/2026

POLÍTICA - CPMI DO INSS VAI CONVOCAR O CUNHADO E A EX DE VORCARO

Comissão aprova convocações de Fabiano Zettel e Martha Graeff. Já Leila Pereira, que tinha depoimento marcado para esta quinta, não compareceu

Da Agência Brasil



Pastor afastado da Igreja Batista da Lagoinha, Zettel foi apontado pela Polícia Federal como operador financeiro do Mastercom “indignação republicana”

A Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) que investiga os descontos de mensalidades associativas não autorizadas dos benefícios de milhões de aposentados e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) aprovou, nesta quinta-feira (12), a convocação do empresário Fabiano Zettel.

Cunhado do banqueiro Daniel Vorcaro, do Banco Master, e pastor afastado da Igreja Batista da Lagoinha, Zettel foi apontado pela Polícia Federal (PF) como operador financeiro do Master.

Segundo um dos autores do requerimento aprovado, o deputado federal Duarte Jr. (PSB-MA), a instituição “supostamente” firmou contratos de créditos consignados irregulares com beneficiários do INSS.

Zettel foi preso em meados de janeiro, durante a segunda fase da Operação Compliance Zero, que apura um suposto esquema de fraudes financeiras envolvendo o Banco Master.



“Há indícios relevantes de que fraudes em operações de crédito consignado, ofertadas a aposentados e pensionistas do INSS, tenham ocorrido por meio de acordo de cooperação firmado entre o Banco Master e o INSS, com possível participação de dirigentes, intermediadores e correspondentes bancários”.

No requerimento, Duarte Jr. especificou que a convocação de Zettel busca “esclarecer possível envolvimento dos negócios familiares, do Master, de igrejas e outros empreendimentos” e também as suspeitas de fraude na concessão de empréstimos consignados e descontos ilegais em aposentadorias e pensões pagas pelo INSS.

Os integrantes da CPMI do INSS também aprovaram a convocação de outras pessoas, entre elas a da ex-namorada de Vorcaro, Martha Graeff. Segundo o deputado federal Kim Kataguirí (União-SP), a empresária e influenciadora digital conhece a rede de contatos do banqueiro e teria testemunhado ou ouvido relatos de Vorcaro sobre supostas conversas dele com várias autoridades públicas, como o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes.

Requerimentos rejeitados

Por maioria dos votos dos integrantes do colegiado, foram rejeitados os requerimentos de convocação da publicitária Danielle Miranda Fonteles e da empresária Roberta Moreira Luchsinger.

De acordo com o relator da CPMI, o deputado Alfredo Gaspar (União-AL), o depoimento de Danielle poderia auxiliar “na elucidação de movimentações financeiras de vulto envolvendo o empresário Antônio Carlos Camilo Antunes, vulgo ‘Careca do INSS’, apontado como o principal articulador do esquema de fraudes no INSS”.

Já Roberta é apontada por Gaspar como um “elemento vinculado ao núcleo político da organização criminosa liderada por Antunes”, alguém “essencial para a movimentação de valores e a gestão de contas empresariais que serviam como instrumentos de lavagem de capitais”.

Retiradas da pauta por acordo, não foram votadas as propostas de convocação do ex-presidente do Banco Central Roberto Campos Neto e do ex-policial civil Rogério Giglio Gomes. A expectativa é que os requerimentos sejam analisados na próxima semana.

Nenhuma das quatro pessoas convocadas a depor nesta quinta-feira compareceu - entre elas, a empresária Leila Mejdalani Pereira, presidente do Palmeiras e do Banco Crefisa.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 13/03/2026

POLÍTICA - IBANEIS ROCHA SE RECUSA A IR AO SENADO PARA FALAR SOBRE CASO MASTER

Governador do DF foi convidado para dar explicações à CAE, mas avisou que não vai

Do Estadão Conteúdo

O governador do Distrito Federal, Ibaneis Rocha (MDB), se recusou a comparecer na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado para prestar esclarecimentos sobre o caso Master.

Em resposta a um convite aprovado pelo colegiado, Ibaneis afirmou que não possui conhecimento do mercado financeiro nem participou das operações envolvendo o Banco de Brasília (BRB), controlado pelo governo distrital, e o Banco Master.

“Agradeço o convite, contudo, informo que não comparecerei à audiência pública, pois não possui conhecimento técnico sobre o sistema financeiro e não participei das operações que envolvem o BRB e o Banco Master, de modo que não será possível contribuir com o tema”, diz a resposta.

Ibaneis sugeriu que o convite fosse repassado ao presidente do BRB, Nelson Antônio de Souza. Ao aprovar o convite para o governador, senadores ameaçaram transformar o requerimento em convocação caso houvesse recusa.

A CAE criou um grupo de senadores para investigar o caso Master. Um dos focos é apurar as fraudes envolvendo as negociações entre o BRB e o banco de Daniel Vorcaro.

A Polícia Federal investiga a venda de R\$ 12,2 bilhões de créditos podres do Master para o banco estatal. Ibaneis deu aval e apoiou publicamente a oferta de compra do Master pelo BRB, anunciada em março do ano passado e barrada em setembro pelo Banco Central.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 13/03/2026

POLÍTICA - ERIKA HILTON SE TORNA A 1ª PRESIDENTE TRANS DE COMISSÃO

A eleição da deputada para a Comissão de Defesa da Mulher da Câmara já gerou ataques de quem defende no cargo uma mulher cisgênero

Do Estadão Conteúdo



A deputada Erika Hilton (PSOL-SP) avalia acionar o Conselho de Ética contra parlamentares por transfobia

A deputada federal Erika Hilton (PSOL-SP) foi eleita como presidente da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher da Câmara dos Deputados. Com 11 votos a favor e dez em branco, ela se tornou a primeira mulher transexual a presidir a Comissão.

“Hoje dei mais um passo na reparação da minha própria história e também na reparação da história de tantas mulheres que tiveram suas dignidades negadas”, escreveu Erika em publicação no X após

a eleição.

“Porque não é apenas a questão trans que determina como uma mulher será tratada ou destrutada. A raça, a classe, o CEP e tantas outras condições ainda definem, quem tem direitos garantidos e quem precisa lutar todos os dias para existir com dignidade”, acrescentou a parlamentar.

A eleição, no entanto, se tornou alvo de críticas da oposição, que defende que a comissão deveria ser presidida por uma mulher cisgênero.

“A eleição de Érika Hilton para a presidência da Comissão da Mulher é de uma incoerência sem precedentes. Estamos perdendo cada vez mais espaços para pessoas que não têm legitimidade para nos representar. Não fazem ideia dos desafios de uma mulher biológica”, escreveu a deputada federal Clarissa Tércio (PP-PE) em postagem no X.

“E não adianta o politicamente correto tentar calar as nossas vozes. Quem quiser acreditar que ser uma mulher é uma construção social, que acredite. Mas até o momento, a biologia não foi revogada”, acrescentou Clarissa.

O deputado federal Eder Mauro (PL-PA) disse que a prioridade de Erika será “travar guerra ideológica contra o que ela chama de ‘onda redpill’ nas redes sociais”.

“Isso é um desrespeito com as mulheres do Brasil. A comissão deveria estar focada em proteger e garantir direitos, não em servir de laboratório para pautas ideológicas da esquerda”, escreveu Mauro em publicação no Instagram.

“Podem latir”



Sem citar nomes, Erika disse em postagem no X que não estava “nem um pouco preocupada se o esgoto da sociedade não gostou”. “A opinião de transfóbicos e imbecis é a última coisa que me importa”, afirmou a deputada. “Podem espremer. Podem latir”, acrescentou.

Após o episódio, Erika disse à Coluna do Estadão que avalia entrar com representação no Conselho de Ética contra parlamentares por transfobia, por ter se sentido ofendida. “Não é uma questão de interpretação, é uma questão de legislação. Quando o limite da lei é extrapolado é preciso acionar. Estamos estudando quais medidas tomaremos”, disse a parlamentar.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 13/03/2026

POLÍTICA - DEPUTADA DIZ QUE VAI PROCESSAR APRESENTADOR RATINHO, DO SBT, POR TRANSFOBIA

Do Estadão Conteúdo

A deputada Erika Hilton (PSOL-SP) também afirmou nesta quinta-feira que processará o apresentador Carlos Roberto Massa, conhecido como “Ratinho”, por transfobia.

Na edição de quarta-feira do “Programa do Ratinho”, exibido no SBT, ele afirmou que era contrário à eleição da parlamentar como presidente da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher porque “ela não é mulher, ela é trans”.

“Mulher, para ser mulher, tem que útero, tem que menstruar, tem que ficar chata três, quatro dias”, disse o apresentador. “A deputada Erika Hilton é trans, mas será que ela entende dos problemas e desafios de uma pessoa que nasceu mulher? Porque não é fácil ser mulher.”

“Vamos nos modernizar, vamos ter inclusão, mas não precisa exagerar, estão exagerando”, acrescentou Ratinho.

Procurado, o SBT afirmou, em nota enviada ao Estadão, que repudia “qualquer tipo de discriminação e preconceito, que são o oposto dos princípios e valores da empresa”.

Erika disse que Ratinho cometeu “uma violência” e “um ataque”. “Este ataque de Ratinho foi contra todas as mulheres trans e contra todas as mulheres cis que não menstruam mais ou nunca menstruaram”, escreveu a parlamentar em publicação no X.

“O discurso de Ratinho foi, sim, para me atacar e atacar as pessoas trans. Mas demonstrou a misoginia, o ódio primal que essa figura nojenta tem de toda e qualquer mulher que não siga o roteiro que ele considera certo”, acrescentou.

A deputada citou ainda um caso de 2016, quando o apresentador foi condenado por danos morais coletivos devido ao não fornecimento de condições adequadas para o trabalho de seus funcionários na Fazenda Esplanada, situada em Limeira do Oeste, em Minas Gerais.

Erika afirmou ter acionado o Ministério Público Federal (MPF) sobre o caso. “Por fim, vale lembrar: eu sou e sempre serei uma mulher. Este apresentador é, e sempre será, um rato”, concluiu.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 13/03/2026

POLÍTICA - SIMONE TEBET VAI DISPUTAR O SENADO POR SÃO PAULO

Ministra do Planejamento e Orçamento atendeu ao pedido do presidente Lula. Por enquanto, ela não sabe por qual partido vai se candidatar

Do Estadão Conteúdo

A ministra do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet (MDB), anunciou nesta quinta-feira, 12, que concorrerá ao Senado por São Paulo nas eleições de 2026. Ela confirmou a intenção de concorrer ao

cargo em entrevista a jornalistas em Campo Grande, capital do Mato Grosso do Sul. Tebet disse que ainda não definiu o partido pelo qual disputará o cargo.



Nas eleições para presidente de 2022, os paulistas responderam por um terço dos votos que Tebet recebeu

Na declaração à imprensa, a ministra afirmou ter “eterna gratidão” ao Mato Grosso do Sul, seu Estado natal, pelo qual foi senadora e prefeita de Três Lagoas. Segundo Simone, a candidatura ao

Senado por São Paulo foi sugerida a ela pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), com o apoio do vice-presidente Geraldo Alckmin (PSB).

Ainda de acordo com a ministra, a escolha de São Paulo como local da disputa também partiu da “grata surpresa” de constatar que, em 2022, os paulistas responderam por um terço dos votos que recebeu como candidata a presidente.

Segundo levantamento do Real Time Big Data divulgado nesta segunda-feira, 9, Tebet está empatada tecnicamente com o deputado federal Guilherme Derrite (PP) e com a ministra do Meio Ambiente, Marina Silva (Rede), na disputa pelo Senado por São Paulo. No pleito deste ano, haverá a renovação de dois terços da Casa. Cada Estado elegerá dois representantes.

Tebet foi cotada para disputar o governo de São Paulo e já havia declarado que concorreria pelo cargo sugerido pelo presidente. “Coloquei meu destino político na mão do presidente”, disse a ministra em 30 de janeiro.

Enquanto Tebet será candidata ao Senado, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, a pedido de Lula, concorrerá ao Palácio dos Bandeirantes como oposição ao governador Tarcísio de Freitas (Republicanos), que tentará a reeleição.

Bênção da mãe

Segundo Tebet, o convite foi feito pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) na última semana, em viagem à capital paulista, com a bênção do vice-presidente Geraldo Alckmin. “O presidente pediu claramente que eu pudesse ser candidata ao Senado por São Paulo, eu fiquei de dar uma resposta apenas por uma razão, eu precisava das bênçãos da minha mãe e isso aconteceu ontem (quarta-feira, 11), eu decidi cumprir a missão”, afirmou à imprensa local.

“São Paulo é atravessar um rio, é atravessar uma ponte, é onde eu fiz meu mestrado, é onde eu tive uma projeção política, é onde eu vou sempre visitar as minhas filhas que moram em São Paulo, eu tenho uma relação muito próxima de São Paulo”, completou.

A ministra disse que já havia conversado com Alckmin antes de Lula e que ele também fez esse pedido, mas que ainda não há conversas para uma mudança de partido rumo ao PSB, por exemplo.

“Muito feliz, nesse caso muito específico de sair pelas mãos do vice-presidente Geraldo Alckmin, o que não significa que estarei indo para o PSB, agora é outra etapa, nós temos uma janela aí e temos, pelo menos, até o dia 2 de abril, talvez um pouco antes disso, para tomar todas as outras decisões”, disse.

Tebet afirmou que não sabe quem será seu ou sua sucessora no MPO apesar de ter conversas com Lula sobre o assunto. Ela afirmou que fica só até o fim do mês e que não fará movimentos bruscos na gestão até lá, lembrando que tem que apresentar o relatório bimestral de receitas e despesas e a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2027.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT
Data: 13/03/2026

POLÍTICA - HADDAD DEIXARÁ MINISTÉRIO NA PRÓXIMA SEMANA DE OLHO EM SÃO PAULO

Embora não confirme oficialmente, o ministro da Fazenda deve disputar o governo paulista
Por Estadão Conteúdo

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou que deixará a pasta na próxima semana, mas não confirmou se será candidato ao governo de São Paulo. Segundo ele, ainda há conversas a serem feitas com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o vice Geraldo Alckmin e a ministra Simone Tebet.

“Devo deixar o governo na semana que vem. Nós estamos conversando (sobre candidatura). Não está batido o martelo ainda”, afirmou. “Eu tenho conversado com o presidente, a gente tá alinhando também a questão de (...) não é só a candidatura. Tem que ver o bloco de pessoas, o grupo de pessoas que vão compor a chapa. Então eu estou vendo tudo isso com os cuidados devidos”, completou.

Haddad é o nome que Lula quer na disputa pelo governo de São Paulo. Só falta o anúncio oficial, já que Geraldo Alckmin deve seguir na chapa como candidato a vice-presidente.

Haddad confirmou que o atual secretário-executivo da Fazenda, Dario Durigan, deve assumir o comando do ministério, mesmo citando que a indicação final é decisão do presidente da República.

“Eu acredito que sim. O Dario, eu acho que tem uma relação muito boa com o presidente, muita confiança. E tem o domínio aqui do ministério há muitos anos. Um grande gestor público”, disse.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 13/03/2026

TRANSPORTES - GOVERNO CONCEDE CANAL DE ACESSO AO PORTO DE PARANAGUÁ POR R\$ 1,23 BI

Contrato de 25 anos prevê dragagem, manutenção e gestão do acesso aquaviário, com aprofundamento do canal para 15,5 metros

Da Redação redacao.jornal@redebeneews.com.br



A cerimônia de assinatura ocorreu no Palácio do Planalto, com a presença do presidente Lula e do ministro de Portos e Aeroportos, Silvano Costa Filho, além de outras autoridades

O governo federal anunciou na quinta-feira (12) a concessão do canal de acesso aquaviário ao Porto de Paranaguá (PR), em contrato estimado em R\$ 1,23 bilhão ao longo de 25 anos. O projeto prevê investimentos em dragagem, manutenção e gestão da infraestrutura que conecta o complexo portuário ao mar aberto. A cerimônia de assinatura ocorreu no Palácio do Planalto, com a presença do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e do ministro de Portos e

Aeroportos, Silvano Costa Filho, além de outras autoridades.

Segundo o Ministério de Portos e Aeroportos, o modelo inaugura um formato de concessão voltado especificamente à gestão de canais de acesso portuários no país. A iniciativa prevê que a concessionária seja responsável pela dragagem de aprofundamento, pelas dragagens periódicas de manutenção e por serviços operacionais ligados à navegação e à segurança do canal.

Durante o evento, Silvano Costa Filho afirmou que o projeto representa a primeira concessão desse tipo no Brasil. “Esta é a primeira concessão de canal de acesso do Brasil, uma ação fundamental para o

desenvolvimento do setor portuário brasileiro, que fará com que o Porto de Paranaguá tenha um planejamento estratégico, garantindo previsibilidade e segurança ao setor produtivo. Com essa concessão pelos próximos 25 anos, também teremos dragagem de manutenção sendo feita ano a ano”, disse.

De acordo com o ministério, a concessão permitirá o aprofundamento do canal para 15,5 metros de calado, o que deve viabilizar a operação de embarcações de maior porte. A ampliação da profundidade tende a aumentar a capacidade operacional do porto e a reduzir custos logísticos associados às operações de carga e descarga.

“O Porto de Paranaguá tem uma característica estratégica nas operações de granéis vegetais. Também é estratégico para o agronegócio, já que movimenta o maior volume de fertilizantes do país. Com esse calado feito, as capacidades das operações e a logística serão ampliadas no Porto, que é uma referência hoje no Brasil”, afirmou o ministro.

O Porto de Paranaguá é um dos principais corredores logísticos do país para o escoamento de grãos e fertilizantes. O complexo atende especialmente a produção agrícola das regiões Sul e Centro-Oeste e mantém conexões com mercados internacionais por meio de rotas marítimas de exportação.

O contrato de concessão abrange o canal de acesso, a bacia de evolução e áreas de fundeio utilizadas por navios que aguardam autorização para atracação. Entre as responsabilidades da futura concessionária estão também a manutenção da sinalização náutica, o monitoramento das condições de navegação e a gestão do tráfego de embarcações na área de acesso ao porto.

Moegão

Além da concessão do canal, o complexo portuário passa por outras obras de infraestrutura. Uma delas é o Moegão, sistema integrado de descarga ferroviária do corredor de exportação, que reúne em uma única estrutura as operações atualmente distribuídas por diferentes terminais ferroviários do porto.



De acordo com o ministério, a concessão permitirá o aprofundamento do canal para 15,5 metros de calado, o que deve viabilizar a operação de embarcações de maior porte

As obras do Moegão já superaram 95% de execução. O projeto conta com mais de R\$ 500 milhões em investimentos financiados pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e, segundo o governo, deve elevar em cerca de 60% a capacidade de recepção ferroviária do Porto de Paranaguá, passando dos atuais 550 para aproximadamente 900 vagões por dia.

Durante a cerimônia, Costa Filho também mencionou o projeto. “Isso vai ampliar em 60% as operações de movimentações de carga no porto, o que é fundamental para fortalecer sua logística”, afirmou.

O sistema foi projetado para centralizar a descarga ferroviária de grãos destinados ao corredor de exportação do porto, integrando as operações logísticas entre ferrovia, armazéns e terminais portuários.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 13/03/2026

TRANSPORTES - AEROPORTO DE MARINGÁ PASSARÁ POR OBRAS DE AMPLIAÇÃO E MODERNIZAÇÃO

Da Redação redacao.jornal@redebeneews.com.br



Com a ampliação, o Aeroporto Regional de Maringá, que possui cerca de 4 mil metros quadrados, passará a ter 8,5 mil metros quadrados, mais do que o dobro do tamanho atual

Com recursos do Fundo Nacional de Aviação Civil (Fnac), o Governo Federal assinou, na quinta-feira (12), a licitação de duas obras para o Aeroporto

Regional de Maringá (PR): a reforma e ampliação do terminal de passageiros e a modernização da torre de controle. O projeto faz parte do Novo PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) e contará com investimentos de R\$129,1 milhões. O anúncio foi feito pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva e pelo Ministro de Portos e Aeroportos, Silvano Costa Filho, em cerimônia no Palácio do Planalto.

Do total de recursos, R\$ 100,4 milhões serão investidos pelo Ministério de Portos e Aeroportos, por meio do FNAC, e R\$ 29,1 milhões serão aportados pelo governo estadual e pela prefeitura. A previsão é que todas as obras sejam concluídas até o final de 2030.

Durante seu discurso, o ministro Silvano Costa Filho afirmou que essa é ação fundamental para fortalecer a logística do estado do Paraná e do país e destacou que é uma iniciativa conjunta com o setor privado. “E, hoje, com essa entrega do Aeroporto de Maringá, nós estamos somando o equivalente a mais de R\$ 1 bilhão de investimentos nos aeroportos do Estado do Paraná. O que é muito importante para a infraestrutura, mas que também fortalece o turismo de negócios, o turismo de lazer e fortalece a economia do estado”, afirmou.

As obras vão aumentar a capacidade do aeroporto e melhorar a experiência dos passageiros. A expectativa é de que o terminal possa atender cerca de 1,3 milhão de pessoas nos próximos anos. Em 2025, o aeroporto movimentou aproximadamente 868 mil passageiros.

Projeto de ampliação

Com a ampliação, o terminal de Maringá, que tem cerca de 4 mil metros quadrados, passará a ter 8,5 mil metros quadrados, mais do que o dobro do tamanho atual. O projeto inclui a construção de pontes de embarque, instalação de totens de autoatendimento e implantação do sistema common use, que permite que diferentes companhias aéreas utilizem os mesmos balcões e equipamentos, tornando o atendimento mais rápido.

Estão previstas também a instalação de escadas rolantes e elevadores, novos espaços comerciais, como cafés, e uma sala multissensorial para acolher passageiros com Transtorno do Espectro Autista (TEA). Além disso, todos os sistemas do prédio serão renovados, incluindo redes elétrica, hidráulica, climatização e prevenção contra incêndio. O projeto também prevê melhorias na infraestrutura, como reforma da cisterna, novos reservatórios de água para combate a incêndio e construção de uma Estação de Tratamento de Efluentes.

As obras serão feitas em quatro etapas para que o aeroporto continue funcionando normalmente: reforma da área de embarque de veículos, ampliação do prédio do terminal, reforma da estrutura atual e modernização da área de desembarque, com novas esteiras de bagagem.

Além do terminal, a torre de controle do aeroporto também será reformada e receberá novos equipamentos de auxílio à navegação aérea. Durante as obras, uma torre provisória será instalada para garantir a continuidade das operações.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT
Data: 13/03/2026

TRANSPORTES - OBRAS DE CONTORNO EM MARINGÁ E DA ESTRADA BOIADEIRA AVANÇAM NO PR

Projetos na BR-376 e na BR-487 somam mais de R\$ 730 milhões e tiveram início autorizado pelo presidente Lula e pelo ministro dos Transportes, Renan Filho

Por **PATRÍCIA FAHLBUSCH** redacao.jornal@redenenews.com.br



Lula e Renan Filho, autorizaram o início das obras do Contorno Sul Metropolitano de Maringá, na BR-376, e da pavimentação do último trecho da Estrada Boiadeira, na BR-487

Dois projetos estratégicos para a infraestrutura e a logística do Paraná avançaram na quinta-feira (12). O presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, e o ministro dos Transportes, Renan Filho, autorizaram o início das obras do Contorno Sul Metropolitano de

Maringá (PR), na BR-376, e da pavimentação do último trecho da Estrada Boiadeira, na BR-487. Juntos, os investimentos ultrapassam R\$ 730 milhões e prometem melhorar o fluxo de veículos na área urbana de Maringá, além de fortalecer o escoamento da produção agrícola do noroeste do estado em direção ao litoral.

“O contorno da cidade de Maringá, uma parte será feita com recurso público e a outra será feita com a concessão. Essas duas obras custarão mais de R\$ 1 bilhão. O que estamos anunciando hoje é resultado de um modelo que funciona: Governo do Brasil e iniciativa privada investindo juntos na infraestrutura do país e Paraná é um dos estados que mais se beneficia dessa estratégia”, destacou o ministro.

O Contorno Sul Metropolitano de Maringá contará com aproximadamente 13 quilômetros em pista dupla na BR-376. A obra inclui serviços de terraplenagem, drenagem, iluminação, sinalização e dispositivos de segurança viária, além da construção de pontes e viadutos. O investimento, previsto no Novo PAC, é de R\$ 409 milhões.

Com o novo traçado, o tráfego pesado deixará de passar pela área urbana de Maringá, visando reduzir congestionamentos e aumentar a segurança e a fluidez do trânsito. A intervenção também beneficiará diretamente os municípios de Paçandu, Sarandi e Marialva. Ao todo, mais de 850 mil habitantes serão beneficiados, segundo o governo.

Estrada Boiadeira

A outra autorização foi para a pavimentação do quarto e último trecho da BR-487, conhecido como Estrada Boiadeira, entre Serra dos Dourados e Cruzeiro do Oeste. Com aporte de R\$ 321,2 milhões do Novo PAC, o segmento de 37 quilômetros também passará por serviços de terraplenagem, sistemas de drenagem e sinalização. Este é o último trecho necessário para completar o corredor viário que liga Campo Mourão à divisa com Mato Grosso do Sul. Com a conclusão da Estrada Boiadeira, o trajeto entre Naviraí (MS) e Paranaguá (PR) será reduzido em cerca de 80 quilômetros.

Atualmente, cerca de 3,6 mil veículos circulam diariamente pela Estrada Boiadeira, com destaque para o transporte de soja, milho, cana-de-açúcar, carne bovina e insumos agroindustriais. O corredor conecta regiões produtoras aos centros consumidores e aos portos do Sul do país, especialmente o Porto de Paranaguá.

“Nós ampliamos tanto os investimentos públicos quanto a atração de investimentos privados para fortalecer a infraestrutura desse que é um dos estados mais produtivos do país. No fim, o cidadão que está lá na ponta quer estrada boa para o desenvolvimento do seu estado. E é isso que estamos

entregando. O Paraná está vivendo o maior ciclo de investimentos em infraestrutura da sua história”, completou Renan Filho.

Fonte: **BE NEWS – BRASIL EXPORT**

Data: 13/03/2026

TRANSPORTES - RODOVIAS - OGMO SANTOS DIPLOMA 23 TRABALHADORES PORTUÁRIOS

Cerimônia marca entrada de grupo formado por 22 homens e uma mulher após processo seletivo que atraiu mais de 2 mil candidatos

Por **MARIANA NEROME** redacao.jornal@redebeneews.com.br



O processo seletivo dos trabalhadores portuários, conduzido pelo IDCAP, atraiu mais de 2.000 candidatos e finalizou em julho de 2025 com curso de ministrado pelo Cenep

O Órgão de Gestão da Mão de Obra do Trabalho Portuário do Porto Organizado de Santos (Ogmo) diplomou 23 trabalhadores portuários avulsos na

quinta-feira (12), em cerimônia realizada no auditório do Ogmo Santos. O grupo tem uma mulher e passa a atuar na categoria Capatazia, representada pelo Sindicato dos Operadores de Guindastes, Empilhadeiras e Equipamentos de Carga (Sindogeesp).

A diplomação representou a conclusão do quarto processo seletivo da atual administração e o primeiro específico para a categoria Capatazia/Sindogeesp. O órgão já havia diplomado outros 177 trabalhadores em agosto de 2025 para a mesma função.

O diretor executivo do Ogmo Santos, Evandro Schmidt Pause, relacionou a entrada dos novos profissionais à necessidade de renovação da mão de obra. “Eles somam àqueles que iniciaram a carreira recentemente, promovendo ainda mais oxigenação à categoria”, afirmou.

A abertura das vagas resultou de convenção coletiva entre o Sindicato dos Operadores Portuários (Sopesp) e o Sindogeesp. O processo seletivo, conduzido pelo Instituto de Desenvolvimento e Capacitação (IDCAP), atraiu mais de 2.000 candidatos e finalizou em julho de 2025 com curso de formação ministrado pelo Centro de Excelência Portuária de Santos (Cenep).

Renovação

Segundo Evandro, a movimentação de carga no Porto de Santos segue crescendo significativamente nos últimos anos, porém, em paralelo, há muito tempo o setor não recebia a entrada de novos trabalhadores.

“De certa forma, o grupo estava envelhecendo. Com este novo processo seletivo, o sistema traz mais juventude e renova a categoria”, afirma o diretor.

O interesse nos processos seletivos cresce a cada edição. O Ogmo realiza divulgação ampla e demonstra que a condução pelo IDCAP garante isenção e transparência. O órgão conta hoje com mais de 6 mil trabalhadores portuários avulsos nos seus quadros, força de trabalho que caracteriza a atividade portuária na Baixada Santista.

Participação feminina

Pamela Aradi Orsoni, a única mulher entre os 23 diplomados, migrou da área administrativa para o trabalho portuário. Questionada sobre o sentimento de ser a única mulher do grupo, ela respondeu: “É um sentimento muito bom, estou preparada para isso. É um novo caminho”, explica.

A entrada de Pamela ocorre em contexto de ampliação da participação feminina no trabalho portuário avulso. De acordo com o diretor, quatro anos antes do início do novo ciclo de processos seletivos, o Ogmo contava apenas com duas trabalhadoras portuárias avulsas. Hoje, o número alcança quase 30.

Pause celebrou a mudança. “O número ainda, obviamente, é pequeno, mas é crescente o interesse da mulher em participar do processo seletivo. Todos os relatos que nós temos, tanto dos operadores portuários que contratam e recebem elas, como das próprias trabalhadoras, é de que elas, por um lado, na visão dos operadores, desempenham muito bem o seu trabalho e são bem recebidas no ambiente”, afirmou.

O diretor destacou a transformação na cultura do setor. “Aquela imagem antiga mudou. Hoje a mulher é bem recebida, é respeitada, é importante desempenhar a sua atividade de forma igual ou até melhor do que o homem”, concluiu Pause.

Fonte: **BE NEWS – BRASIL EXPORT**

Data: 13/03/2026

TRANSPORTES – PORTOS - NORTE EXPORT DISCUTE DESAFIOS LOGÍSTICOS E INFRAESTRUTURA NA REGIÃO

Evento do Grupo Brasil Export, fórum será realizado em Manaus nos próximos dias 19 e 20 com painéis, debates e visitas técnicas

Da Redação redacao.jornal@redebeneews.com.br



Com sede em Manaus, o Norte Export contará em sua abertura com o painel “Amazonas em Foco”, dedicado a apresentar um panorama do ambiente de negócios no estado

A agenda de infraestrutura e logística da região Norte estará no centro das discussões do Norte Export, que será realizado nos dias 19 e 20 deste mês, em Manaus (AM). Promovido pelo Grupo Brasil Export, o fórum reúne autoridades públicas, representantes da indústria, executivos e especialistas para debater projetos, gargalos e oportunidades de desenvolvimento na Amazônia.

A programação se estende por dois dias e inclui painéis temáticos, palestras e visitas técnicas a operações logísticas da região. Entre as autoridades confirmadas está o governador do

Amazonas, Wilson Lima.

A abertura contará com o painel “Amazonas em Foco”, dedicado a apresentar um panorama do ambiente de negócios no estado. Participam do debate João Bosco Gomes Saraiva, superintendente da Zona Franca de Manaus; Lúcio Flávio Moraes de Oliveira, presidente do Centro das Indústrias do Estado do Amazonas; e Marcello Di Gregório, diretor-geral da Super Terminais.

Ao longo do primeiro dia, os debates abordarão temas ligados à infraestrutura de transportes, gargalos logísticos, geração de energia, mineração e o futuro da Margem Equatorial. Entre os participantes estão Cristiano Della Giustina, da Infra S.A.; a deputada federal Daniela Reinehr; o secretário nacional de Hidrovias do Ministério de Portos e Aeroportos, Otto Burlier; e Mariana Pescatori, da Hidrovias do Brasil.

A programação inclui ainda discussões sobre a agenda ambiental e jurídica da infraestrutura na região. O painel “InfraESG” tratará de temas como resiliência climática e perenidade das vias navegáveis, enquanto o painel “InfraJur” abordará aspectos relacionados à segurança jurídica e operacional das hidrovias da região Norte. O evento será encerrado com uma sessão solene com autoridades e participação do secretário-executivo do Ministério de Portos e Aeroportos, Tomé Franca.



No segundo dia, os participantes farão visitas técnicas a operações logísticas da região. A agenda inclui paradas na Prates Navegação, onde será apresentada uma plataforma de lançamento de fibra óptica, e no terminal da Super Terminais. Durante o trajeto, também está prevista a visualização do encontro das águas dos rios da região.

O Norte Export integra a série de fóruns regionais promovidos pelo Grupo Brasil Export, que discutem políticas públicas, investimentos e soluções para ampliar a competitividade logística do país, com foco nas características e desafios da região amazônica.

PROGRAMAÇÃO NORTE EXPORT 2026

PROGRAMAÇÃO NORTE EXPORT 2026

19 | MARÇO | QUINTA-FEIRA
OBS.: Wilson Lima, Governador do Amazonas, tem participação confirmada com horário ainda a definir

08h30 (horário de Manaus) / 09h30 (horário de Brasília) - Credenciamento e boas-vindas
09h00 (Manaus) / 10h00 (Brasília) - Amazonas em Foco | Panorama sobre o ambiente de negócios no estado
Participação: João Bosco Gomes Saraiva, Superintendente da Zona Franca de Manaus; Lúcio Flávio Moraes de Oliveira, Presidente do Centro das Indústrias do Estado do Amazonas (CIEAM); Marcello Di Gregorio, Diretor-Geral do Super Terminais
10h30 (Manaus) / 11h30 (Brasília) - Intervalo
11h00 (Manaus) / 12h00 (Brasília) - Painel 1: Infraestrutura de transportes e gargalos de acesso
Moderação: Bruno Merlin, Diretor de Comunicação do Grupo Brasil Export
Debate: Cristiano Della Giustina, Diretor de Planejamento da Infra S.A.; Daniela Reinehr, Deputada Federal e Presidente da Câmara Temática de Portos e Hidrovias da FRENLOG; Mariana Pescatori, Diretora de Institucional e Regulatório da Hidrovias do Brasil; Otto Burlier, Secretário Nacional de Hidrovias do Ministério de Portos e Aeroportos; Sérgio Aquino, Presidente da Federação Nacional das Operações Portuárias (FENOP)
12h30 (Manaus) / 13h30 (Brasília) - Almoço
14h00 (Manaus) / 15h00 (Brasília) - Painel 2: Os potenciais de geração de energia e mineração na região Norte e o futuro da Margem Equatorial
Moderação: Nádia Bianco, Diretora de Inteligência de Mercado do Grupo Brasil Export
Debate: Adriana Queiroz Ramos, Analista de Pesquisa Energética da Diretoria de Estudos do Petróleo, Gás e Biocombustíveis na Empresa de Pesquisa Energética (EPE); Angelo Maranhão, Diretor Institucional para Navegação do Grupo ATEM; Eduardo Patzuello, Deputado Federal e Presidente da FREPPGEZ; Leonardo Carquino, Diretor de Desenvolvimento de Negócios do Grupo Dinah Equador; Ronney Pinotto, Secretário de Energia, Mineração e Gás do Estado do Amazonas; Thiago Lemgruber, Diretor da Hidroclean
15h30 (Manaus) / 16h30 (Brasília) - Painel 3 | InfraESG: Resiliência climática e perenidade das vias navegáveis
Moderação: Leopoldo Figueiredo, Diretor-Geral da Rede BE News

Debate: Adalberto Tokarski, Consultor e ex-Diretor-Geral da Antaq; Dedé Carvalho, Vice-Presidente da ABAN; Fabiano Lorenzi, CEO da Norcoast; João Gilberto Pires Coelho, Praticagem do Amazonas
16h15 (Manaus) / 17h15 (Brasília) - Palestra especial do ex-mor, sr. Wilson Lima, Governador do Estado do Amazonas
16h45 (Manaus) / 17h45 (Brasília) - Painel 4 | InfraLur: Segurança jurídica e operacional nas águas da região Norte
Moderação: Celso Pires, Coordenador Científico do Conselho Jurídico do Grupo Brasil Export
Debate: Alalide Mendes, Sócio da Mendes & Brack Sociedade de Advogados; Benjamim Gullotti, Sócio da Gullotti Advogados; Otto Burlier, Secretário Nacional de Hidrovias do Ministério de Portos e Aeroportos; Thiago Miller, Sócio da RNM Advocacia
17h30 (Manaus) / 18h30 (Brasília) - Painel 5 | FRENLOG/IBL: Hidrovias
Moderação: Rebeca Albuquerque, Diretora-Executiva do Instituto Brasil Logística (IBL)
Debate: Daniela Reinehr, Deputada Federal e Presidente da Câmara Temática de Portos e Hidrovias da FRENLOG; Mariana Pescatori, Diretora de Institucional e Regulatório da Hidrovias do Brasil; Thairnyne Oliveira, Secretária-Executiva Adjunta do Ministério de Portos e Aeroportos; Demais convidados a confirmar
18h30 (Manaus) / 19h30 (Brasília) - Sessão solene com autoridades
Encerramento por Tonel Franca, Secretário-Executivo do Ministério de Portos e Aeroportos
20h00 (Manaus) / 21h00 (Brasília) - Jantar oferecido pela Super Terminais - 30 Anos

20 | MARÇO | SEXTA-FEIRA
08h45 (Manaus) / 09h45 (Brasília) - Embarque no pier do Uluá Amazon para visitas técnicas
09h30 (Manaus) / 10h30 (Brasília) - Chegada na Prates Navegação | Visita à plataforma de lançamento de fibra óptica
11h00 (Manaus) / 12h00 (Brasília) - Saída da Prates Navegação (partida dos que estiverem nos vãos das 14h/15h30 para o aeroporto)
12h00 (Manaus) / 13h00 (Brasília) - Almoço a bordo oferecido pela Prates Navegação e visualização do encontro das águas
12h30 (Manaus) / 13h30 (Brasília) - Chegada ao Super Terminais e visita às instalações
13h30 (Manaus) / 14h30 (Brasília) - Fim das visitas (partida dos que estiverem nos vãos das 18h/19h30 para o aeroporto)

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 13/03/2026

TRANSPORTES – PORTOS - APS FECHA 2025 COM LUCRO RECORRENTE DE R\$ 938,9 MILHÕES

Resultado representa alta de 22,3% sobre 2024, enquanto geração de caixa da estatal alcança R\$ 1 bilhão com avanço das operações no Porto de Santos

Da Redação redacao.jornal@redenenews.com.br

A Autoridade Portuária de Santos (APS), companhia que administra o Porto de Santos (SP), anunciou que encerrou o ano de 2025 com um recorrente de R\$ 938,9 milhões. Os números representam um crescimento de 22,3% em relação ao mesmo período de 2024. A estatal também alcançou R\$ 1 bilhão em geração de caixa (EBITDA).

“O crescimento constante do lucro recorrente demonstra a solidez estrutural do Porto de Santos. São resultados que fortalecem nossa capacidade de investimento e garantem a manutenção do papel estratégico do Porto para a economia do Brasil”, comentou Anderson Pomini, diretor- -presidente da APS.

Desde 2023, a APS acumula um crescimento de 74,6% nas suas finanças. “O desempenho confirma que os resultados do Porto de Santos são estruturais, consistentes e sustentáveis no tempo, e não fruto de eventos pontuais”, complementou Pomini.

O desempenho operacional do período também impulsionou fortemente a geração de caixa da Companhia. O EBITDA recorrente, que mede o potencial de geração de recursos a partir das atividades principais da empresa, alcançou R\$ 1 bilhão, com uma margem de 59,1%.

A margem líquida recorrente, por sua vez, registrou 54,5%. Já o lucro líquido do exercício, que engloba todos os eventos contábeis do período, encerrou o ano em R\$ 724,6 milhões.

A APS destacou que a empresa inicia o ciclo de 2026 com recursos para investimentos estratégicos nas áreas de infraestrutura e logística, citando as obras do túnel Santos-Guarujá, projetos das avenidas perimetrais das duas margens, o aprofundamento do canal para 16 metros e do VTMS, entre outros.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 13/03/2026

BRASIL EXPORT - LULA ZERA IMPOSTO SOBRE O DIESEL PARA CONTROLAR O PREÇO

Medida foi a saída encontrada para evitar que a alta do petróleo, provocada pela guerra no Oriente Médio, chegue ao bolso do brasileiro

Da Agência Brasil



As medidas anunciadas por Lula devem reduzir o preço em R\$ 0,64 por litro do diesel, segundo cálculos do Ministério da Fazenda

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva assinou um decreto presidencial nesta quinta-feira (12) zerando as alíquotas do PIS e do Confins sobre a importação e comercialização do diesel. Além disso, assinou medida provisória (MP) com subvenção ao diesel para produtores e importadores.

“As medidas são para que a gente garanta que essa guerra não chegue ao bolso do motorista, ao bolso do caminhoneiro e, sobretudo, não chegando ao bolso do caminhoneiro não vai chegar ao prato de feijão, à salada de alface, da cebola e a comida que o povo mais come”, afirmou Lula em coletiva de imprensa no Palácio do Planalto, em Brasília.

As medidas foram anunciadas em caráter temporário – até dia 31 de dezembro deste ano – e justificadas por causa da alta do petróleo causada pela guerra no Irã, que vem obrigando países a liberarem estoques de emergência.

O corte dos impostos deve reduzir o valor do litro em R\$ 0,32 na refinaria. Já a subvenção aos produtores e importadores deve ter impacto de mais R\$ 0,32 por litro. Ao todo, as duas medidas devem reduzir o preço em R\$ 0,64 por litro do diesel, segundo cálculos do Ministério da Fazenda.

A subvenção aos produtores e importadores será condicionada a uma comprovação de que o valor foi transferido para os consumidores finais.

Para compensar a perda na arrecadação e incentivar o refino de petróleo no Brasil, o governo passará a cobrar uma alíquota de 12% sobre a exportação de petróleo.

Foi publicado ainda um segundo decreto, esse em caráter permanente, com medidas de fiscalização e transparência para combater o aumento abusivo dos preços dos combustíveis para fins de especulação.

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, explicou que a abusividade deve ser definida por critérios objetivos a serem desenhados pela Agência Nacional de Petróleo (ANP):

“Nós criamos dois novos tipos para caracterizar a abusividade do distribuidor, tanto no caso de um armazenamento de combustível injustificado, quanto do aumento abusivo do preço que passa a ser fiscalizado pela ANP a partir de critérios objetivos que serão produto de uma resolução da agência.”

Impacto econômico



Com o imposto do PIS e Cofins zerado para o diesel, o governo espera perder R\$ 20 bilhões em arrecadação. Já a subvenção ao diesel deve ter um impacto de R\$ 10 bilhões na caixa da União.

O governo espera que esse valor seja compensado pelo imposto de exportação sob o petróleo, com previsão de arrecadar R\$ 30 bilhões até o final do ano.

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, comentou na coletiva que as mudanças não alteram a política de preço da Petrobras, mantendo a previsibilidade e o retorno aos acionistas privados minoritários da estatal.

“Não estamos falando de nada que altera estruturalmente o país, nem do ponto de vista fiscal, nem do ponto de vista tarifário”, disse Haddad, acrescentando que a preocupação do governo é com o preço do diesel.

“A maior pressão que o mercado de combustível sofre hoje vem exatamente do diesel, não vem da gasolina. É com o diesel que nós estamos mais preocupados pelo fato do diesel afetar as cadeias produtivas de maneira muito enfática. Toda a colheita que está sendo feita agora da safra brasileira depende do diesel”, completou Haddad.

Fiscalização e Transparência

O governo ainda definiu referências objetivas para que a ANP e agências de defesa do consumidor possam atuar de forma mais eficiente no combate aos preços abusivos dos combustíveis.

O ministro da Casa Civil, Rui Costa, enfatizou que faltam hoje referências técnicas para impedir a manipulação dos preços para fins especulativos, “visto que esses abusos se tornaram recorrentes”.

“Quando a Petrobras, que tem a produção majoritária do Brasil – mais de 70% do mercado – reduz o preço, essa redução demora muito para chegar na bomba. Quando chega, ou chega só parcialmente, ou mesmo quando chega integralmente, chega semanas ou meses depois”, explicou o ministro.

Alíquota de exportação

A alíquota de exportação de 12% sobre o barril de petróleo, além de compensar a perda na arrecadação causada pelo subsídio ao Diesel, deve servir para incentivar os exportadores a deixarem parte da produção no mercado interno, em vez de buscarem exportar mais motivados pelo aumento do preço no mercado mundial.

“Como o preço do óleo bruto está disparando, se você não der uma medida compensatória que estimule quem produz óleo bruto a deixar nas refinarias brasileiras, ele vai colocar uma parcela ainda maior no mercado internacional, desabastecendo nossas refinarias”, comentou o ministro da Casa Civil, Rui Costa.

Os ministros criticaram ainda a privatização da BR Distribuidora, empresa que controla milhares de postos de combustíveis no país e que poderia se somar aos esforços para reduzir os impactos da alta do petróleo. “Foi um crime de lesa pátria se desfazer da nossa BR Distribuidora”, comentou o ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 13/03/2026

PETRÓLEO E GÁS - GOVERNO PEDE ÀS DISTRIBUIDORAS REPASSE IMEDIATO DO ‘ALÍVIO’

Ministros e secretários-executivos se reuniram com representantes das maiores distribuidoras de combustíveis do país

Do Estadão Conteúdo



A intenção do governo é que todo o impacto oferecido pelo governo com a desoneração e a subvenção chegue logo à ponta final

O secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Dario Durigan, disse nesta quinta-feira, 12, que o governo pediu às distribuidoras de combustível que o alívio no preço do diesel proporcione pelas medidas anunciadas seja “imediatamente” repassado aos consumidores.

Durigan representou o ministro Fernando Haddad em reunião com representantes das maiores distribuidoras privadas de combustíveis - responsáveis por cerca de 70% do mercado privado no Brasil.

“Nós pedimos às distribuidoras que todo o ganho oferecido pelo governo, todo o impacto oferecido pelo governo com as duas medidas - a desoneração e a subvenção - seja imediatamente considerado e repassado, considerado no repasse para a ponta final”, afirmou Durigan a jornalistas após a reunião, que ocorreu na sede do Ministério de Minas e Energia.

Além de Durigan e do ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, participaram da reunião o vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin, e a secretária-executiva da Casa Civil, Miriam Belchior, representando o ministro Rui Costa.

O secretário-executivo da Fazenda argumentou que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva tem pedido a seus auxiliares para que a população brasileira não arque com o custo da guerra no Oriente Médio. “A gente trabalhou muito tempo para fazer um mecanismo que seja fisicamente neutro e leve esse benefício de maneira efetiva para a ponta, para que a gente não sinta o custo da guerra no nosso País”, ponderou.

Durigan frisou que as medidas anunciadas são fundamentais para garantir a soberania brasileira e frisou que, além da questão do preço, foi tratada a questão do abastecimento. “Como o valor do Brent subiu muito, o que causa todo esse descompasso, nos parece razoável que o ganho que vá para além do previsto anteriormente receba essa tributação que nos ajuda a estimular a produção interna, o direcionamento para o mercado interno e ao mesmo tempo nos dá as condições de fazer a neutralidade fiscal, a compensação para essas duas medidas”, completou.

Por fim, ele disse que os órgãos de Estado estão fortalecendo a fiscalização e pediu “a parceria das distribuidoras para que a gente tenha de maneira muito fluida esse controle do que é o dinheiro público, seja do benefício fiscal, seja da subvenção e o rigor da verificação de quanto esse recurso público está chegando na ponta”.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 13/03/2026

PETRÓLEO E GÁS - PARA ABICOM, MEDIDA É POSITIVA DIANTE DO RISCO DE PETRÓLEO SUBIR MAIS

O presidente da Associação Brasileira dos Importadores de Combustíveis (Abicom), Sergio Araújo, considerou positiva a decisão anunciada nesta quinta-feira, 12, pelo governo federal para reduzir o impacto da alta internacional do petróleo nos combustíveis. Ele ressaltou, no entanto, que ainda é cedo para uma avaliação final.

“Foi uma boa medida, necessária, considerando que o preço do petróleo está muito alto e com possibilidade até de aumentar mais, e o governo tomar alguma medida para aliviar o bolso do consumidor, principalmente no óleo diesel, acho interessante”, disse ele ao Broadcast, sistema de notícias em tempo real do Grupo Estado.

“Mas tenho que analisar com mais cuidado. A gente tem algumas informações, situações diferentes da última subvenção, que foi naquela época da greve dos caminhoneiros em maio de 2018”, explicou.

Araújo também recomendou cautela, já que apesar da medida ser “positiva, necessária e oportuna”, ainda é preciso ver como será a regulamentação a ser feita pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP).

“Me preocupa um pouco essa questão da isenção, porque isso pode dar um diferencial de competitividade para agentes que não queiram repassar toda a variação de preços, mas temos que estudar melhor”, afirmou.

A Abicom vem alertando para o risco da suspensão das importações de diesel em um momento em que os preços internos dos combustíveis estão mais baixos do que no mercado internacional. Como o Brasil importa cerca de 30% do derivado, sem as compras externas o mercado interno poderia ficar desabastecido.

Fiemg

As medidas lançadas pelo governo são “necessárias” diante da disparada do petróleo por causa da guerra no Irã, afirma a Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg), por meio de nota.

“A previsibilidade no custo de combustíveis é fundamental para preservar a competitividade da indústria e evitar pressões adicionais sobre a inflação”, afirma o presidente da entidade, Flávio Roscoe.

O Executivo anunciou uma série de medidas para impedir uma disparada nos preços do diesel nesta quinta-feira, incluindo isenção de PIS e Cofins sobre o combustível e uma subvenção a produtores. O custo dessas ações, estimado em R\$ 30 bilhões em 12 meses, deve ser compensado por um imposto de 12% sobre exportações de petróleo.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 13/03/2026

PETRÓLEO E GÁS - REAJUSTE ESCOLAR PESA E INFLAÇÃO VAI A 0,70% EM FEVEREIRO

O resultado para este mês, no entanto, é o melhor desde 2020. No acumulado dos últimos 12 meses, o IPCA ficou em 3,81%

Do Estadão Conteúdo



O grupo Educação avançou 5,21% em fevereiro e foi o que teve maior impacto (0,31 p.p.) no IPCA

Com os reajustes anuais das mensalidades de escolas e cursos, o grupo Educação avançou 5,21% em fevereiro e foi o que teve maior impacto (0,31 p.p.) no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) do período, de 0,70%. Embora mais alto que em meses anteriores, o resultado é o menor para um mês de fevereiro desde 2020.

Os dados foram divulgados na manhã desta quinta-feira, 12, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Junto com a alta no grupo Transportes (0,74% e 0,15 p.p.), os dois grupos representaram aproximadamente 66% do resultado do mês.

No ano, o IPCA acumula alta de 1,03% e, nos últimos 12 meses, o índice ficou em 3,81%, abaixo dos 4,44% dos 12 meses imediatamente anteriores.



O gerente da pesquisa, Fernando Gonçalves, ressalta que embora mais alto que em meses anteriores o resultado é o menor para um mês de fevereiro desde 2020 (0,25%).

“Em fevereiro do ano passado, no IPCA de 1,31% houve uma pressão do grupo Habitação, em especial na energia elétrica, em função do fim do Bônus de Itaipu, o que não ocorreu no ano de 2026”, explicou Fernando Gonçalves. “Ainda na comparação com o ano anterior, Educação acelerou ao registrar 5,21% em fevereiro de 2026 contra 4,70% de fevereiro de 2025”, acrescentou.

Sozinho, o grupo Educação respondeu por cerca de 44% do índice do mês de fevereiro. A maior contribuição veio dos cursos regulares (6,20%), por conta dos reajustes habitualmente praticados no início do ano letivo. As maiores variações foram nos subitens ensino médio (8,19%), ensino fundamental (8,11%) e pré-escola (7,48%).

Energia elétrica

O IBGE informou que a energia elétrica variou 0,33% em fevereiro resultado de alguns reajustes regionais, em um período marcado pela permanência da bandeira tarifária verde. Em janeiro, o item havia registrado queda de 2,73%. O instituto anunciou que o IPCA acelerou de janeiro (0,33%) para fevereiro, marcando 0,70%.

O grupo Habitação apresentou variação de 0,3% em fevereiro, após a queda de 0,11% registrada em janeiro.

“Com a permanência da bandeira tarifária verde, a energia elétrica subiu 0,33% (...) A gente teve reajustes de mudança na forma de cálculo da CIP (Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública)”, disse Gonçalves, em entrevista coletiva para comentar os resultados. “Em março, será mantida a bandeira tarifária. Mas já foram anunciados reajustes no Rio de Janeiro, que já teve variação de 2,17% em fevereiro.”

A alta no grupo Habitação teve contribuição da taxa de água e esgoto (0,84%), com a apropriação dos reajustes regionais em Porto Alegre, Belo Horizonte, Campo Grande e São Paulo.

Por outro lado, o gás encanado apresentou recuo de 1,6% devido à incorporação de reduções nas tarifas no Rio de Janeiro e em Curitiba.

Variações

Regionalmente, a maior variação do IPCA de fevereiro ocorreu em Fortaleza (0,98%), influenciada pela alta dos cursos regulares (6,83%) e da gasolina (2,95%).

A menor variação ocorreu em Rio Branco (0,07%), por conta do recuo da energia elétrica residencial (-1,27%) e do automóvel novo (-0,85%).

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 13/03/2026

FINANÇAS - SAQUES DE DINHEIRO ‘ESQUECIDO’ SOMAM R\$ 403,29 MILHÕES EM JANEIRO

Quase 50 milhões de pessoas ainda têm dinheiro a sacar; R\$ 10,5 bilhões estão disponíveis

Do Estadão Conteúdo

Os brasileiros sacaram, em janeiro deste ano, R\$403,29 milhões em valores esquecidos no sistema financeiro, de acordo com dados divulgados pelo Banco Central (BC). No total, o Sistema de Valores a Receber (SVR) já devolveu R\$ 13,76 bilhões a clientes bancários, mas ainda há R\$ 10,5 bilhões disponíveis.

O SRV é um serviço do BC por meio do qual o cidadão pode consultar se ele próprio, sua empresa ou pessoa falecida tem dinheiro esquecido em algum banco, consórcio ou outra instituição, como financeiras e corretoras.

Para a consulta, não é preciso fazer login, basta informar o Cadastro de Pessoa Física (CPF) e data de nascimento ou o Cadastro de Pessoa Jurídica (CNPJ) e a data de abertura da empresa, inclusive para empresas já fechadas.

Caso haja algum valor, é preciso acessar o sistema e verificar quanto há para receber, a origem desse valor, a instituição que deve fazer a devolução; além de informações de contato e outras adicionais. Para isso, é necessário fazer login com a conta Gov.br, nos níveis prata ou ouro e verificação em duas etapas.

Resgate

O dinheiro pode ser resgatado de três formas: a primeira é entrar em contato diretamente com a instituição responsável pelo valor e solicitar o recebimento; a segunda é fazer a solicitação pelo próprio Sistema de Valores a Receber; e a terceira é a função de solicitação automática de resgate de valores.

Fonte: **BE NEWS – BRASIL EXPORT**

Data: 13/03/2026

FINANÇAS - DÓLAR DISPARA E ATINGE R\$ 5,24 COM AVERSÃO AO RISCO

Moeda americana subiu 1,61% nesta quinta-feira. Foi a primeira vez nesta semana que a divisa fechou acima de R\$ 5,20

Do Estadão Conteúdo



Com o repique desta quinta, o dólar praticamente zerou a baixa na semana (-0,03%). No mês, os ganhos são de 2,11%

O aumento da aversão ao risco no exterior com o acirramento da guerra no Oriente Médio desencadeou uma busca global pela moeda americana nesta quinta-feira, 12. No mercado doméstico, o dólar à vista subiu

1,61%, a R\$ 5,2423 - acima de R\$ 5,20 no fechamento pela primeira vez nesta semana. O real e seus principais pares, em especial o peso chileno, amargaram as piores perdas entre as divisas emergentes.

“A sessão foi marcada por uma forte alta do petróleo, o que levou a um risk-off nos mercados globais. Declarações do presidente Trump e do novo líder do Irã sugerem que o conflito pode se estender, provocando choques nos preços de energia”, afirma o economista-chefe da corretora Monte Bravo, Luciano Costa.

Pela manhã, Trump disse que impedir o “império maligno” do Irã de ter armas nucleares é mais importante que as mudanças no preço do petróleo. Já o aiatolá Motjaba Khamenei ameaçou a abrir novas frentes da guerra e manter o bloqueio do Estreito de Ormuz por onde é escoado cerca de 20% da oferta mundial da commodity.

Principal termômetro das apostas sobre o desenrolar do conflito, os preços do petróleo dispararam. O contrato do tipo Brent para maio fechou em alta de 9,21%, a US\$ 100,46 o barril. Já o contrato do WTI para abril avançou 9,74%, a US\$ 95,73 o barril. A commodity já sobe cerca de 40% em março e quase 70% no ano.



A formação da taxa de câmbio esteve estreitamente ligada ao vaivém do petróleo. Na máxima, já perto do fechamento, o dólar atingiu R\$ 5,2493. Com o repique desta quinta, a divisa praticamente zerou a baixa na semana (-0,03%). No mês, os ganhos são de 2,11%, após queda de 2,16% em fevereiro.

Costa, da Monte Bravo, lembra que o real tem se comportado bem mesmo em episódios mais agudos de aversão ao risco. Além da taxa Selic ainda bastante elevada, o que torna muito custoso o carregamento de posições em dólar, a moeda brasileira é favorecida pelo fato de o país ser um grande exportador de petróleo.

“A leitura era que a alta do petróleo protegia de certa forma o real, porque levava a uma melhora da balança comercial e do fluxo cambial. Isso pode mudar um pouco com a taxação das exportações de petróleo para compensar as medidas de alívio no preço do diesel”, afirma Costa, acrescentando que o imposto leva ao incentivo de aumento da oferta no mercado interno.

Alíquotas zeradas

O governo Lula anunciou no início da tarde que vai zerar as alíquotas de PIS e Cofins sobre o diesel, o que representa queda de R\$ 0,32 por litro na refinaria. Haverá ainda subvenção para produtores, somando outros R\$ 0,32. Ou seja, a baixa no preço será de R\$ 0,64 por litro. Para compensar a perda de receita, haverá imposto de 12% sobre as exportações de petróleo.

Segundo analistas ouvidos pela Broadcast, sistema de notícias em tempo real do Grupo Estado, as medidas são praticamente neutras do ponto de vista fiscal e têm impacto bem limitado na inflação, que é mais suscetível aos preços da gasolina. Pela manhã, o IBGE informou que o IPCA acelerou de 0,33% em janeiro para 0,70% em fevereiro, acima da mediana de Projeções Broadcast (0,63%). A inflação acumulada em 12 meses desacelerou de 4,44% para 3,81%.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 13/03/2026

FINANÇAS - IBOVESPA INTERROMPE SÉRIE DE RECUPERAÇÃO E CAI 2,55%

Essa foi a maior perda diária desde o dia 5. O índice recua 0,04% na semana e 5,03% no mês

Do Estadão Conteúdo

Após três sessões de recuperação parcial, o Ibovespa voltou a mergulhar em correção, neutralizando a retomada que havia sustentado desde a última segunda-feira. Nesta quinta-feira, 12, o índice da B3 oscilou dos 178.494,99 até os 183.991,88 pontos, na máxima do dia que, praticamente, correspondeu ao nível de abertura (183.968,48).

Ao fim, marcava 179.284,49 pontos, em queda de 2,55%, no que foi a sua maior perda diária desde 5 de março, há uma semana. O giro financeiro foi de R\$ 35,6 bilhões. Na semana, o Ibovespa cede agora 0,04%, colocando o recuo do mês a 5,03%. No ano, sobe 11,27%.

Entre as ações de primeira linha, apenas as de Petrobras (ON +1 45%, PN +0,45%) conseguiram escapar do tom negativo que prevaleceu desde a manhã.

Principal ação do Ibovespa, Vale ON fechou em baixa de 0,76%. As perdas entre os grandes bancos, setor de maior peso no índice, chegaram a 4,44%, em Santander Unit, no fechamento. Na ponta ganhadora do Ibovespa, além de Petrobras, destaque também para SLC Agrícola (+4,34%), MBRF (+3,16%) e Braskem (+1,33%) - apenas sete dos 85 papéis que compõem a carteira teórica fecharam o dia em alta. No campo oposto, CSN (-14,45%) após o balanço do quarto trimestre, ao lado na sessão de Yduqs (-14,83%), Embraer (-11 01%) e Vibra (-7,48%).

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 13/03/2026

JUSTIÇA - MORAES VETA VISITA DE ASSESSOR DE TRUMP A BOLSONARO

Ministro do STF revogou sua decisão após comprovar que encontro não estava no contexto diplomático que permitiu a concessão de visto ao americano

Do Estadão Conteúdo



Alexandre de Moraes também resolveu vetar a visita ela não foi comunicada previamente

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), revogou nesta quarta-feira, 12, a autorização que ele próprio havia concedido para a visita de Darren Beattie, assessor sênior do Departamento de Estado dos Estados Unidos para política do Brasil, ao ex-presidente Jair Bolsonaro (PL).

Na decisão, o ministro concluiu que “a realização da visita de Darren Beattie, requerida nestes autos pela Defesa de Jair Messias Bolsonaro, não está inserida no contexto diplomático que autorizou a concessão do

visto e seu ingresso no território brasileiro, além de não ter sido comunicada, previamente, às autoridades diplomáticas brasileiras”.

A reviravolta ocorreu após o Itamaraty informar a Moraes que o visto de Beattie foi concedido exclusivamente para participação no Fórum Brasil-EUA de Minerais Críticos, evento marcado para 18 de março em São Paulo, e que a visita ao ex-presidente nunca constou dos objetivos comunicados pelo governo norte-americano.

Bolsonaro cumpre pena de 27 anos e 3 meses no regime fechado, na Sala de Estado Maior do 19º Batalhão da Polícia Militar, no Complexo Penitenciário da Papuda, em Brasília.

A defesa de Bolsonaro havia solicitado a visita em 10 de março e pediu que ela ocorresse “no dia 16 de março, no período da tarde ou no dia 17 de março, no período da manhã ou início da tarde”, fora do calendário regular de visitação do presídio.

Moraes deferiu o encontro, mas negou a alteração de data. Segundo o ministro, “não há previsão legal ou excepcionalidade para realizar alteração específica de dia de visitação”, uma vez que “os visitantes devem se adequar ao regime legal do estabelecimento prisional e não o contrário, no sentido de resguardar a organização administrativa e a segurança”. A visita ficou marcada para quarta-feira, 18 de março, das 8h às 10h.

Reconsideração

No dia seguinte, a defesa apresentou pedido de reconsideração sobre a data, alegando compromissos na agenda diplomática de Beattie. Moraes então solicitou esclarecimentos ao ministro das Relações Exteriores.

Em resposta por ofício, o Itamaraty informou que “não havia, até 11 de março, qualquer agenda diplomática previamente registrada no âmbito do Ministério das Relações Exteriores envolvendo o Sr. Darren Beattie”.

O ministério afirmou ainda que “o pedido de visita ao ex-Presidente não se enquadra nos objetivos oficialmente comunicados pelo Departamento de Estado”.

Segundo o Itamaraty, o visto foi concedido com base em pedido encaminhado em 6 de março pelo Departamento de Estado ao Consulado-Geral do Brasil em Washington.

Na comunicação, o governo norte-americano informou que Beattie viajaria ao País “para uma conferência sobre minerais críticos e para reuniões oficiais com representantes do governo brasileiro”.

O chanceler destacou que “à época do referido pedido ao Consulado-Geral, não constava qualquer menção a eventual interesse do visitante em realizar encontros ou visitas não relacionadas aos objetivos oficialmente comunicados”.

O pedido de visita a Bolsonaro, segundo o ofício, “foi solicitado por intermédio dos advogados do ex- - presidente, de modo que jamais tramitou pelo Ministério das Relações Exteriores ou foi sequer objeto de comunicação destinada a este Ministério”.

Tratava-se, conforme o Itamaraty, “de solicitação realizada em momento posterior ao encaminhamento do pedido de visto ao Consulado-Geral e que, ressalte-se, não guarda relação com os propósitos da viagem originalmente informados pelo governo norte-americano”.

Pedido em Brasília

A Embaixada dos Estados Unidos em Brasília só solicitou reuniões para Beattie na capital federal após Moraes pedir informações ao Itamaraty. Em 11 de março, a embaixada pediu “o agendamento de reunião entre o Sr. Darren Beattie e o Coordenador-Geral da COCIT no dia 17/3, às 16:30”, além de encontro com o secretário de Europa e América do Norte. Nenhum dos compromissos estava confirmado até a publicação da decisão.

O ministro citou trecho do ofício em que o chanceler afirmou que “a visita de um funcionário de Estado estrangeiro a um ex-presidente da República em ano eleitoral pode configurar indevida ingerência nos assuntos internos do Estado brasileiro”.

O Itamaraty invocou o princípio da não intervenção, previsto no artigo 4º, inciso IV, da Constituição, na Carta da Organização dos Estados Americanos e em jurisprudência da Corte Internacional de Justiça.

Moraes determinou que a decisão fosse comunicada ao 19º Batalhão da PM, ao Itamaraty e à Procuradoria-Geral da República.

Em Brasília, Beattie também tinha planos de se reunir com o senador e pré-candidato presidencial Flávio Bolsonaro (PL-RJ). Não está confirmado se esse encontro vai acontecer e muito menos onde poderia acontecer.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 13/03/2026

JUSTIÇA - PGR PEDE CONDENAÇÃO DE RAMAGEM POR CRIMES DO 8/1

Já condenado por participar da trama golpista, o ex-deputado responde por outras ações que voltaram a tramitar após seu mandato ser cassado

Da Agência Brasil



As mensagens de Daniel Vercaro foram direcionadas à sua namorada, mas ele não revelou o autor da extorsão

A Procuradoria-Geral da República (PGR) pediu nesta quinta-feira (12) ao Supremo Tribunal Federal (STF) a condenação do ex- -deputado federal Alexandre Ramagem, que está foragido nos Estados Unidos. O ex-deputado federal será julgado pelos crimes relacionados ao 8 de janeiro de 2023, pelos quais não respondeu antes devido ao mandato parlamentar, cassado no ano passado.

A procuradoria defendeu que Ramagem seja condenado pelos crimes de dano qualificado pela violência e grave ameaça, contra o patrimônio da União e com considerável prejuízo para a vítima, e



de deterioração de patrimônio tombado, ambos relacionados aos atos golpistas contra as sedes dos poderes da República.

O caso é relatado pelo ministro Alexandre de Moraes e será julgado pela Primeira Turma da Corte. A data do julgamento ainda será definida.

Ex-diretor da Abin, Ramagem já foi condenado a 21 anos de prisão na ação penal da trama golpista, pelos crimes de organização criminosa armada, tentativa de abolição violenta do Estado Democrático de Direito e golpe de Estado.

O processo julgou a tentativa de reverter o resultado das eleições de 2022, mantendo o ex-presidente Jair Bolsonaro no poder e impedindo a posse do então presidente eleito, Luiz Inácio Lula da Silva.

As investigações indicaram planos que incluíam tentativas de assassinato do presidente eleito e do ministro do STF, Alexandre de Moraes, e também relacionaram a trama aos atentados contra as sedes dos poderes em 8 de janeiro.

Em função do mandato parlamentar, Ramagem teve as acusações relacionadas ao 8 de janeiro suspensas. No final do ano passado, a Mesa Diretora da Câmara dos Deputados declarou a cassação do mandato de Ramagem após a primeira condenação, e as acusações pelos crimes do 8 de janeiro voltaram a tramitar.

Em setembro do ano passado, Alexandre Ramagem fugiu do país para evitar o cumprimento da pena.

Durante a investigação sobre a trama golpista, ele foi proibido pelo STF de sair do país. Segundo a Polícia Federal, Ramagem fugiu pela fronteira com a Guiana e embarcou para os Estados Unidos com passaporte diplomático, que não estava apreendido.

Joias sauditas

O procurador-geral da República, Paulo Gonet, também enviou ao STF, na quarta-feira, 11, uma manifestação pedindo que a Receita Federal assuma a custódia das joias sauditas dadas ao ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) e a ex- -primeira-dama, Michelle Bolsonaro, para iniciar o procedimento fiscal de perdimento dos bens. As joias foram apreendidas pela Polícia Federal e atualmente estão armazenadas na Caixa Econômica Federal.

Em 2023, o governo de Bolsonaro tentou trazer ilegalmente para o Brasil presentes do regime da Arábia Saudita para o então presidente e a ex-primeira-dama Michelle Bolsonaro. Os itens foram apreendidos no Aeroporto de Guarulhos, em São Paulo.

Reportagens mostraram que o governo Bolsonaro fez reiteradas tentativas para obter as peças sem pagar o imposto e a multa estipulados por lei para esses casos. A última ocorreu dois dias antes do fim do mandato de Bolsonaro, em dezembro de 2022.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 13/03/2026

JUSTIÇA - MORAES AUTORIZA BUSCAS DA PF CONTRA ACUSADO DE PERSEGUIR FLÁVIO DINO

Blogueiro Luís Pablo teria monitorado o ministro do STF e seus familiares no Maranhão

Da Agência Brasil

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), determinou medida de busca e apreensão da Polícia Federal (PF) contra o blogueiro maranhense Luís Pablo, acusado do crime de perseguição contra o ministro Flávio Dino.

As buscas foram cumpridas na terça-feira (10) pelos agentes na casa do blogueiro em São Luís. Foram apreendidos computadores e aparelhos celulares.

De acordo com a investigação, o blogueiro teria monitorado os deslocamentos do carro oficial utilizado por Dino e seus familiares no Maranhão para publicar reportagens sobre o suposto uso irregular do veículo, que pertence ao Tribunal de Justiça e foi cedido para a equipe de segurança do ministro.

O pedido de abertura de investigação foi feito pela PF e também contou com parecer favorável da Procuradoria-Geral da República (PGR).

Ao chegar ao Supremo, o caso foi enviado para o ministro Cristiano Zanin. No mês passado, Zanin pediu a redistribuição do caso, que foi enviado para Alexandre de Moraes.

Defesa

Em nota, o acusado disse que ainda aguarda acesso ao processo para entender os fundamentos da decisão que fundamentou as buscas.

“Luís Pablo reafirma seu compromisso com o exercício responsável do jornalismo, com a apuração de fatos de interesse público e com o respeito aos princípios constitucionais e convencionais que garantem a liberdade de imprensa e o direito à informação”, declarou.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 13/03/2026

JUSTIÇA - LÍDER DO PCC QUER O MESMO TRATAMENTO DADO A VORCARO

Defesa de Marcola cita decisão do STF sobre o dono do Banco Master e também pede que visitas em penitenciária não sejam gravadas

Do Estadão Conteúdo



O ministro André Mendonça proibiu a gravação das conversas entre o banqueiro Daniel Vercaro e seus advogados na mesma penitenciária onde está Marcola

A defesa de Marco Williams Herbas Camacho, o Marcola, apontado pela polícia como liderança máxima do Primeiro Comando da Capital (PCC), pediu à Justiça o direito de visitar o preso sem monitoramento na penitenciária federal onde Marcola cumpre pena.

Os advogados querem para o líder do PCC o mesmo tratamento dado ao empresário Daniel Vercaro, que obteve decisão favorável do Supremo Tribunal Federal (STF) nesse sentido. A reportagem pediu

manifestação ao STF e ao ministro André Mendonça e aguarda retorno.

No caso de Vercaro, preso na Penitenciária Federal de Brasília em decorrência do escândalo do Banco Master, o ministro André Mendonça determinou que os atendimentos entre ele e advogados ocorram sem monitoramento ou gravação de áudio e vídeo, além de dispensar agendamento prévio para as visitas. Na mesma penitenciária de Brasília, Marcola cumpre pena por crimes que vão de homicídios a tráfico de drogas e organização criminosa.

O advogado de Marcola, Rodrigo Ferullo, disse ao Estadão que o entendimento do STF deve ser estendido a outros casos. “Os direitos são iguais e o tratamento também deve ser. Esse é o entendimento do Supremo, por isso já protocolei uma petição neste sentido. A expectativa é de que o pedido seja deferido com base nesse entendimento firmado pelo STF de que, por se tratar de garantia essencial ao exercício da advocacia, o contato do cliente com o advogado não deve ser monitorado.”

Na decisão envolvendo Vercaro, o Supremo Tribunal Federal reconheceu que o atendimento entre advogado e cliente custodiado em estabelecimento penal federal deve ocorrer sem monitoramento ou



gravação de áudio e vídeo, assegurando-se a plena inviolabilidade da comunicação profissional, conforme previsto no Estatuto da Advocacia e na Lei de Execução Penal.

Ferullo fez o pedido ao juiz corregedor do sistema penitenciário federal. “Caso o pleito não seja acolhido na instância competente, a defesa não hesitará em recorrer ao próprio Supremo Tribunal Federal, a fim de assegurar o respeito às prerrogativas da advocacia e às garantias fundamentais do exercício da defesa técnica”, diz a nota do advogado.

Rigor

O monitoramento das visitas a presos em presídios federais é feito de forma rigorosa para evitar que, do interior da penitenciária, os integrantes de organizações criminosas continuem enviando ordens para membros das facções que estão em liberdade, inclusive para a prática de crimes. As conversas, através do parlatório (sem contato físico), são gravadas em vídeo e monitoradas em tempo real pela administração do presídio. Os contatos com advogados são gravados com autorização judicial.

Na segunda-feira, 9, o ministro André Mendonça proibiu a gravação das conversas entre o banqueiro Daniel Vercaro e seus advogados na penitenciária onde ele está detido. A decisão foi tomada em pedido à Corte formulado pela defesa do empresário. Além de vetar a gravação de áudio e vídeo durante os contatos, o ministro autorizou visitas dos advogados sem agendamento prévio e liberou a tomada de notas durante a conversa.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 13/03/2026

JUSTIÇA - ZANIN NEGA PEDIDO PARA DETERMINAR CRIAÇÃO DA CPI DO BANCO MASTER

Solicitação foi do deputado Rodrigo Rollemberg, que alega omissão do presidente da Casa, Hugo Motta

Da Agência Brasil

O ministro Cristiano Zanin, do Supremo Tribunal Federal (STF), negou nesta quinta-feira (12) pedido para obrigar a Câmara dos Deputados a instalar uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar as fraudes no Banco Master.

O mandado de segurança para garantir a abertura da CPI foi protocolado pelo deputado federal Rodrigo Rollemberg (PSB-DF). O parlamentar alegou que o requerimento para a criação da comissão já foi protocolado e cumpriu os requisitos legais, como o registro das assinaturas de um terço dos deputados.

Segundo o parlamentar, há omissão do presidente da Casa, Hugo Motta (Republicanos-PB), ao deixar de instalar a CPI.

Na decisão, Zanin citou “deficiências processuais” no pedido de parlamentar e afirmou que provas de que Motta demonstra resistência pessoal para instalar a comissão.

“No presente caso, porém, como demonstrado acima, há deficiências relevantes na instrução do mandado de segurança que sequer permitem aferir, neste momento e de plano, omissão ou resistência pessoal da autoridade, como narrado na inicial”, decidiu o ministro.

Antes da decisão de Zanin, o ministro Dias Toffoli foi escolhido relator original do pedido de instauração da CPI. Contudo, se declarou suspeito para analisar o caso. Ele é um dos sócios de um resort comprado por um fundo de investimentos que é ligado ao Master.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 13/03/2026

INTERNACIONAL - “NÃO ABANDONAREMOS A BUSCA POR VINGANÇA”, DIZ LÍDER DO IRÃ

Aiatolá Mojtaba Khamenei fala pela primeira vez após eleito e diz que vai manter ataques a bases militares dos EUA no Oriente Médio

Da Agência Brasil

Mojtaba Khamenei assumiu o posto que era de seu pai, Ali Khamenei, assassinado em bombardeio no primeiro dia da guerra



No primeiro pronunciamento público desde que foi eleito Líder Supremo do Irã, o aiatolá Mojtaba Khamenei prometeu, nesta quinta-feira (12), vingança “pelo sangue de seus mártires” assassinados por Israel e Estados Unidos (EUA), além de manter os ataques às bases militares do inimigo nos países do Oriente Médio.

“Não abandonaremos a busca por vingança. A vingança que temos em mente não se relaciona apenas ao martírio do grande Líder da Revolução. Pelo contrário, cada membro da nação que é martirizado pelo inimigo é um sujeito independente no dossiê de retribuição”,

afirmou o aiatolá em mensagem lida pela mídia iraniana.

O novo chefe de Estado em Teerã, que substituiu o pai Ali Khamenei, assassinado em bombardeio no primeiro dia da guerra, ainda prometeu manter o Estreito de Ormuz fechado.

“Caros irmãos de armas! A vontade das massas populares é continuar a defesa eficaz e que cause pesar. Além disso, a alavanca do bloqueio do Estreito de Ormuz deve certamente continuar a ser utilizada”, afirmou.

Apesar dessa declaração, o vice-ministro das Relações Exteriores do Irã, Majid Takht-Ravanchi, disse em entrevista à AFP que Teerã tem cooperado com determinados países que solicitaram passagem. “Alguns países já falaram conosco sobre atravessar o Estreito e nós cooperamos com eles”, afirmou. Segundo ele, “os países que se juntaram à agressão não devem se beneficiar de passagem segura pelo Estreito de Ormuz”.

O fechamento do Estreito de Ormuz pelo Irã, por onde transitam cerca de 25% do petróleo mundial, tem abalado os mercados, obrigando países a decidirem liberar estoques de emergência.

Mojtaba Khamenei ainda prometeu cobrar os adversários pelos prejuízos econômicos causados pela guerra e manter o apoio do Irã ao Eixo da Resistência, formado por grupos paramilitares como Hamas e Hezbollah.

“Exigiremos indenização do inimigo e, se eles se recusarem, confiscaremos o máximo de seus bens que considerarmos apropriado e, se isso não for possível, destruiremos a mesma quantidade de seus bens”, completou o novo Líder Supremo iraniano.

Em relação ao Eixo da Resistência, que o Irã apoia e foi apontado como um dos motivos para Israel e EUA atacarem a República Islâmica, o aiatolá Mojtaba explicou que esse apoio “é parte inseparável dos valores da Revolução Islâmica”.

Vizinhos do Irã

O novo Líder Supremo acrescentou que está disposto a manter relações “cordiais e construtivas” com todos os 15 países que o Irã tem fronteira, terrestre ou marítima.

Mojtaba ponderou, contudo, que algumas bases militares desses países foram usadas pelo agressor para atacar o Irã. “Sem atacar esses países, alvejamos exclusivamente essas mesmas bases. De agora em diante, inevitavelmente continuaremos com isso”, prometeu.

Nessa quarta-feira (11), com abstenções da China e da Rússia, o Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU) aprovou resolução apresentada pelo Bahrein para que Teerã pare as retaliações contra países árabes da região.

Em seu primeiro comunicado, o Líder Supremo cobrou que os países que hospedam bases dos EUA para que esclareçam sua posição em relação aos agressores do Irã.

“Aconselho-os a fechar essas bases o mais rápido possível, pois já devem ter percebido que a alegação dos Estados Unidos de estabelecer segurança e paz não passava de uma mentira”, sugeriu o aiatolá.

O filho de Ali Khamenei, o novo Líder Supremo do Irã, Mojtaba Khamenei, ainda apelou para a necessidade de unidade entre “todos os estratos” da sociedade iraniana frente ao inimigo, deixando de lado as “divergências” internas e agradeceu aos combatentes iranianos.

“Meus sinceros agradecimentos aos nossos bravos combatentes que, com seus golpes esmagadores, bloquearam o caminho do inimigo e o fizeram abandonar a ilusão de poder dominar nossa querida pátria e possivelmente dividi-la”, completou.

Mojtaba Khamenei disse ainda que soube da sua nomeação pela imprensa iraniana e lembrou dos familiares mortos nos ataques israelenses e estadunidenses. Além do pai, Mojtaba perdeu a esposa, uma irmã e seu sobrinho pequeno, além de um cunhado casado com outra irmã.

Eleição

No Irã, o Líder Supremo é eleito pela Assembleia dos Especialistas (ou dos Peritos), formada por 88 clérigos religiosos escolhidos por voto popular. Apesar do cargo ser vitalício, a Constituição do Irã permite que a Assembleia destitua o Líder Supremo.

No cargo de líder supremo há 36 anos, Ali Khamenei estava no topo da estrutura de Poder da República Islâmica do Irã que, além do Executivo, do Parlamento e do Judiciário, conta com o Conselho dos Guardiões, formado por seis indicados pelo Líder Supremo e seis indicados pelo Parlamento.

O Líder Supremo funciona como uma espécie de Poder Moderador no Irã. As Forças Armadas são diretamente ligadas a ele, e não ao Executivo.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 13/03/2026

INTERNACIONAL - IRÃ MOSTRA TRUMP CONTROLADO POR ‘DIVERTIDA MENTE’ DO MAL

Animação com referências a ataque que matou crianças em escola foi publicada pela embaixada iraniana em Haia, na Holanda, e logo viralizou

Do Estadão Conteúdo



O vídeo traz referências ao ataque a uma escola iraniana que deixou pelo menos 175 mortos

A conta da Embaixada do Irã em Haia, na Holanda, publicou nas redes sociais nesta quinta-feira, 12, um vídeo produzido com inteligência artificial que mostra o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, em um estilo de animação inspirado no filme “Divertida Mente”.



O vídeo traz referências ao ataque a uma escola iraniana que deixou pelo menos 175 mortos, a maioria crianças, e também ao caso do financista condenado por crimes sexuais Jeffrey Epstein.

A publicação de vídeos sobre o conflito no Oriente Médio nas redes sociais é uma estratégia que também já foi usada pelo governo Trump. O perfil da Casa Branca nas redes sociais divulgou na semana passada um vídeo que transforma os ataques dos EUA contra o Irã em um jogo de videogame, com uma pontuação para cada bombardeio.

A animação divulgada pelo Irã nesta quinta tem início com uma coletiva de imprensa onde Trump diz que os EUA não miram em civis, afirmação que já foi dita anteriormente pelo próprio Trump e também pelo secretário de Guerra do país, Pete Hegseth.

Uma repórter questiona o presidente sobre o ataque com míssil Tomahawk à escola em Minab e o vídeo, então, mostra dentro da cabeça de Trump, como no filme “Divertida Mente” - mas os personagens que deveriam ser as emoções dele se assemelham a monstros e apertam o botão “mentir”. Podem ser vistos também na mesa de controle da mente de Trump um botão “matar” e um globo em que está escrito “Epstein”.

O vídeo termina com o presidente falando aos repórteres presentes na coletiva que os Estados Unidos não atingiram a escola iraniana, que o país não tem mísseis Tomahawk e que os americanos se importam muito com o povo iraniano. Ao final, aparece escrito na tela “Divertida Mente - Cliente de Epstein”.

Uma investigação militar, ainda em andamento, determinou que os Estados Unidos são responsáveis pelo ataque contra a escola, de acordo com autoridades americanas e outras pessoas familiarizadas com as conclusões preliminares ouvidas pelo jornal The New York Times.

Erro no ataque

O ataque de 28 de fevereiro ao prédio da escola primária Shajarah Tayyebbeh teria sido resultado de um erro: o Comando Central dos EUA teria criado as coordenadas do alvo para o ataque usando dados desatualizados fornecidos pela Agência de Inteligência de Defesa.

O ataque tinha como foco uma base iraniana adjacente, da qual o prédio da escola fazia parte anteriormente. Procurada pelo jornal, a Casa Branca reforçou a informação de que “a investigação ainda está em andamento” em um comunicado.

Já o vínculo entre Donald Trump e Jeffrey Epstein se tornou foco com a divulgação pelo governo dos EUA de documentos relacionados ao financista. Trump e Epstein foram amigos próximos durante os anos 1990 e o início dos anos 2000.

Epstein foi preso em 2008 por facilitação à prostituição de menores e ficou 13 meses detido devido a um acordo judicial. Em 2019, ele voltou a ser preso e cometeu suicídio antes de ir a julgamento. Desde o início da divulgação de documentos relacionados à investigação do caso Epstein, Trump nega qualquer envolvimento com os crimes do financista.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 13/03/2026

INTERNACIONAL - “ELES SÃO REALMENTE UMA NAÇÃO DE TERROR E ÓDIO”, DIZ PRESIDENTE DOS EUA

O presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, afirmou nesta quinta-feira, 12, que a situação com o Irã está evoluindo muito rapidamente, e que “está indo muito bem”.

Em um evento em homenagem às mulheres, o republicano afirmou: “nossas forças armadas são incomparáveis, nunca houve nada igual, ninguém jamais viu nada parecido”. Em referência ao Irã, Trump disse: “eles são realmente uma nação de terror e ódio, e estão pagando um preço muito alto agora”.

“Reconstruímos nosso exército, é uma das razões para estarmos indo tão bem no Irã”, disse o presidente. “Neutralizamos a Marinha do Irã e 31 embarcações usadas para lançar minas navais”, disse o presidente americano após afirmar que Teerã estaria instalando minas marítimas na região. “Teríamos que atualizar de hora em hora o que estamos destruindo deles”, acrescentou.

Trump também afirmou que, para ele, impedir o “império maligno” do Irã de possuir armas nucleares e “destruir o Oriente Médio” é de maior interesse e importância do que as mudanças nos preços do petróleo. “Os Estados Unidos são, de longe, o maior produtor de petróleo do mundo, então, quando os preços do petróleo sobem, ganhamos muito dinheiro”, escreveu.

Trump sugeriu que Teerã poderia “destruir o mundo” se tivesse armas nucleares, mas não permitirá que isso aconteça. Na quarta-feira, 11, ele já havia dito que seu governo precisa terminar o trabalho no Irã antes de suspender as ações militares, para que não seja necessário retomar os ataques ao país persa “a cada dois anos”.

Fonte: **BE NEWS – BRASIL EXPORT**

Data: 13/03/2026

ESPECIAL - PERNAMBUCO EXPORT - MINISTRO DESTACA INVESTIMENTOS EM INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA EM PE

Durante o Pernambuco Export, Silvio Costa Filho citou aportes em Suape, avanço da Transnordestina e projetos em aviação

Por **JÚNIOR BATISTA** redacao.jornal@redebeneews.com.br



Silvio Costa Filho reafirmou que pretende concorrer ao Senado, decisão que, segundo ele, será construída em conjunto com lideranças políticas e partidárias de Pernambuco

O ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, destacou os investimentos em infraestrutura e logística em Pernambuco, durante participação no Pernambuco Export,

realizado na Federação das Indústrias do Estado, no Recife, na última semana. O encontro reuniu autoridades, empresários e especialistas para discutir projetos estratégicos para o desenvolvimento do estado e da região Nordeste.

Durante o evento, o ministro ressaltou que o governo federal tem ampliado os investimentos em infraestrutura no estado, especialmente na área portuária. Entre os projetos citados estão aportes superiores a R\$ 2 bilhões no Complexo Industrial Portuário de Suape, incluindo novos investimentos anunciados pela empresa APM Terminals, estimados em cerca de R\$ 1,7 bilhão.

Segundo Costa Filho, os recursos estão sendo direcionados para ampliar a capacidade operacional do porto, com obras de dragagem, requalificação da infraestrutura portuária e expansão das operações logísticas.

O ministro também destacou o avanço de projetos estruturantes no estado, como a Ferrovia Transnordestina, considerada estratégica para fortalecer a logística regional e ampliar o escoamento da produção.

De acordo com ele, Pernambuco também recebeu cerca de R\$ 2,5 bilhões em investimentos nas áreas de aviação e esportes ao longo da atual gestão federal.

“O maior programa social do Brasil é emprego e renda. É isso que gera dignidade para a população”, afirmou o ministro ao defender a ampliação de investimentos em infraestrutura como motor de desenvolvimento econômico.

Ainda durante a entrevista, Costa Filho comentou a agenda de concessões do governo federal e afirmou que o leilão do Aeroporto Internacional do Galeão, no Rio de Janeiro, deve ocorrer no próximo dia 26 de março. Segundo ele, cinco grandes empresas internacionais já demonstraram interesse na disputa.

O ministro ressaltou que o terminal registrou crescimento superior a 15% no último ano, impulsionado principalmente pelo aumento dos voos internacionais, e deve se consolidar como um dos principais hubs de turismo do país.

Disputa ao Senado

Costa Filho também confirmou que deixará o comando do ministério no início de abril para disputar uma vaga no Senado nas próximas eleições.

Segundo ele, após deixar o governo federal, pretende percorrer o estado para dialogar com lideranças políticas e apresentar propostas para o futuro de Pernambuco.

“Vamos deixar o ministério no dia 2 e, a partir do dia 3, andar Pernambuco do litoral ao sertão, dialogando e apresentando o que defendemos para o estado”, afirmou.

O ministro disse ainda que tem mantido diálogo com a governadora de Pernambuco, Raquel Lyra, e destacou a parceria com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva na viabilização de projetos para o estado.

Ele também descartou a possibilidade de disputar outro cargo nas eleições e reafirmou que pretende concorrer ao Senado, decisão que, segundo ele, será construída em conjunto com lideranças políticas e partidárias de Pernambuco.

Fonte: **BE NEWS – BRASIL EXPORT**

Data: 13/03/2026

ESPECIAL - PERNAMBUCO EXPORT - REFINARIA ABREU E LIMA TERÁ USINA SOLAR PARA REDUZIR CONSUMO DE ENERGIA

Projeto da Petrobras deve suprir cerca de 10% da demanda elétrica da unidade e integra plano da empresa de neutralizar emissões até 2050

Por **CÁSSIO LYRA** redacao.jornal@redebeneews.com.br



Os planos para a Refinaria Abreu e Lima foram debatidos entre os especialistas durante o painel sobre combustíveis promovido pelo Pernambuco Export, realizado no último dia

Um dos principais projetos voltados para a auto suficiência energética em todo o Brasil é a instalação de uma usina de geração fotovoltaica dentro da Refinaria Abreu e Lima, em

Pernambuco. Para a Petrobras, o empreendimento está alinhado com as práticas sustentáveis da empresa, que prevê a neutralização das emissões nos próximos 25 anos.



Conforme anunciado pela estatal, o projeto vai suprir cerca de 10% do consumo elétrico da unidade. Durante painel sobre combustíveis do Pernambuco Export, realizado no último dia 5, no Recife, Daniel Canabrava, gerente de Otimização da refinaria, disse que a previsão é de conclusão da instalação até o final do ano.

“Já tivemos uma primeira usina, implantada na nossa refinaria em Minas Gerais, e essa será a nossa segunda. Ela está em desenvolvimento, estamos com contrato assinado e está em plena obra, com expectativa de concluir até o final do ano”, comentou.

O processo de atualização da refinaria conta com cerca de 6 mil trabalhadores, com os números podendo chegar até 15 mil. Quando estiver concluída, a refinaria, que hoje emprega 3 mil pessoas na sua operação, vai aumentar o número de postos de trabalho para até 4 mil.

Canabrava destacou os importantes investimentos realizados pela Petrobras no estado. “Vamos ser a segunda maior refinaria da Petrobras no país, atendendo todo o mercado local, e sendo um grande hub de produtos do estado para outros estados e até para exportação”.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT
Data: 13/03/2026

ESPECIAL - PERNAMBUCO EXPORT - PAINEL DEBATE SUSTENTABILIDADE E INOVAÇÃO EM TRANSPORTE E ENERGIA

Fórum Pernambuco Export reúne representantes de governo, indústria e pesquisa para discutir descarbonização, eletrificação e modernização da infraestrutura

Por PATRÍCIA FAHLBUSCH redacao.jornal@redebenews.com.br

A transição para modelos mais sustentáveis e inovadores nos setores de transporte e energia pautou o debate do Painel 1 do Fórum Pernambuco Export, realizado em 5 de março, pelo Grupo Brasil Export, no Recife. Com o tema “Sustentabilidade e inovação nos setores de transporte e energia”, representantes do setor público, indústria, sistema de inovação e infraestrutura portuária discutiram caminhos para tornar a logística brasileira mais eficiente, competitiva e alinhada às agendas ambiental e tecnológica.

O painel foi moderado por Leopoldo Figueiredo, diretor-geral da Rede BE News, e contou com a participação de Claude Soares Ribeiro de Araújo, gerente de Sustentabilidade e Inovação da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT); Cristiane Assis, gerente-geral de Desenvolvimento de Negócios do Grupo Moura; Oziel Alves, diretor de Inovação e Tecnologia do Senai Pernambuco; Rafael Motta, gerente de Relações Institucionais da Neoenergia Pernambuco; e Sóstenes Alcoforado, diretor de Sustentabilidade e Inovação do Complexo Industrial Portuário de Suape. Durante o debate, os participantes destacaram que a agenda de sustentabilidade deixou de ser uma tendência para se tornar um fator estratégico para a competitividade e atendimento a exigências mundiais. A integração entre inovação tecnológica, regulação eficiente e investimentos em infraestrutura foi apontada como fundamental para viabilizar, por exemplo, a descarbonização das cadeias logísticas e energéticas.

Para Claude Soares, a incorporação de critérios ambientais e de inovação nas concessões é um dos caminhos para acelerar a modernização do setor. “Os modelos de contratos foram modernizados, e garantem recursos para preencher os requisitos voltados à inovação.

Sóstenes Alcoforado abordou o papel dos complexos portuários na agenda de sustentabilidade. Ele destacou que portos industriais, como o de Suape, têm se tornado plataformas estratégicas para a atração de novos projetos ligados à transição energética, à economia verde e à inovação logística.

Cristiane Assis explicou que o avanço das tecnologias voltadas ao armazenamento de energia, ressaltando a inovação em baterias e sistemas de gestão energética que tem papel crescente na transição energética. A capacitação de mão-de-obra foi citada por ela como um gargalo a ser resolvido.



Os especialistas discutiram durante o painel do Pernambuco Export caminhos para tornar a logística mais eficiente, competitiva e alinhada às agendas ambiental e tecnológica

“A eletrificação é um ‘assunto novo’, e por isso nós sentimos a questão da mão-de-obra. Tem que haver a capacitação alinhada com um plano de desenvolvimento tecnológico. Há demanda de todos os níveis, há oportunidades, mas falta qualificação”, disse.

Segundo Oziel Alves, a colaboração entre centros de pesquisa, indústria e setor público é essencial para transformar conhecimento em soluções nos setores abordados pelo painel. “O grande desafio das cadeias industriais sustentáveis envolve desenvolver competência de massa crítica intelectual, infraestrutura tecnológica, e massa crítica relacional. Cadeias industriais estão desassistidas e precisam reduzir riscos, para isso, é necessário dar suporte a elas”, afirmou.

Rafael Motta destacou os desafios e oportunidades da transformação do setor elétrico. Ele disse que a digitalização das redes, a expansão das fontes renováveis e a integração com novos modelos de consumo energético exigem planejamento, investimento e diálogo. nacionais.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 13/03/2026

ESPECIAL - PERNAMBUCO EXPORT - PERNAMBUCO EXPORTA MAIS AUTOMÓVEIS DO QUE AÇÚCAR PELA PRIMEIRA VEZ NA HISTÓRIA

PIB do Estado cresceu 4,9% em 2024, acima da média nacional, o maior índice dos últimos 15 anos

Por MARIANA NEROME redacao.jornal@redebeneews.com.br



A secretária executiva de Atração de Investimentos e Estudos Econômicos de Pernambuco, Amanda Aires, e o gerente de Políticas Industriais da Fiepe, Mauricio Laranjeira, no painel

Em 2010, o açúcar e seus derivados lideravam a pauta de exportações de Pernambuco. Em 2025, o primeiro lugar pertence aos automóveis e partes de automóveis. A comparação entre as duas balanças comerciais foi um dos dados centrais do painel “Pernambuco em Foco | Panorama sobre o

Ambiente de Negócios no Estado”, realizado na última quinta-feira (5) no Recife, durante o Pernambuco Export, evento promovido pelo Grupo Brasil Export.

Os palestrantes foram a secretária executiva de Atração de Investimentos e Estudos Econômicos do Estado de Pernambuco, Amanda Aires, e o gerente de Políticas Industriais da Federação das Indústrias do Estado de Pernambuco (Fiepe), Mauricio Laranjeira.

“O volume de valor agregado que é alcançado quando um estado deixa de exportar açúcar e passa a exportar produtos de maior valor agregado é muito importante. Outras empresas vendo essa orientação vêm para cá, outras empresas se interessam em vir para cá”, disse Amanda.

A mudança na pauta exportadora ocorre dentro de um ciclo mais amplo de reorganização fiscal e de investimentos. Entre 2023 e 2026, o governo de Pernambuco destinou 25 bilhões de reais a obras de infraestrutura; rodovias, portos e aeroportos. Em paralelo, o investimento privado anunciado no



período soma 35 bilhões de reais. Para Amanda Aires, a equação é direta: “O privado só investe quando existe uma perspectiva de crescimento econômico real dentro daquele estado”.

A secretária também detalhou o movimento de reorganização das contas públicas que antecedeu a expansão dos investimentos. Segundo ela, o governo reduziu os gastos de custeio para liberar recursos destinados a infraestrutura, saúde, educação, segurança pública e programas sociais. “Nós estamos falando de um estado que inicialmente organizou a casa, reduziu os gastos profundamente nos termos de gastos do dia a dia, e agora expande os investimentos”, afirmou.

Dentro dessa lógica, a concessão da Compesa, concluída no ano passado, tornou-se um exemplo citado por Aires. A operação gerou um compromisso de 3,5 bilhões de reais a serem pagos pela concessionária ao governo de Pernambuco, com o valor integralmente destinado à produção de saneamento.

O estado, que já investe 25 bilhões em infraestrutura geral, precisaria de outros 30 bilhões apenas para universalizar o saneamento básico, valor inviável sem a participação privada. “Quando eu tenho acesso ao saneamento básico, eu preciso menos da minha rede de saúde, porque as pessoas adoecem menos. É todo um planejamento organizado para que o estado seja alvo de investimentos de empresas privadas”, disse a secretária.

Indústria

Mauricio Laranjeira, da Fiepe, apresentou o peso do setor industrial no comércio exterior do estado. Em 2024, Pernambuco exportou 2,5 bilhões de dólares. A indústria de transformação respondeu por 2,2 bilhões desse total, 90% do volume exportado. No lado das importações, o estado movimentou 7,2 bilhões de dólares, dos quais 7 bilhões partiram da indústria de transformação.

“Pernambuco tem um tecido industrial muito interessante e uma mão de obra já muito acostumada a trabalhar com a indústria”, disse Laranjeira.

O polo automotivo produziu 250 mil veículos em 2024, com novos investimentos em andamento. O sistema Fiepe, por meio do Senai, capacitou trabalhadores para o setor, em parte, egressos da cadeia da cana-de-açúcar. Laranjeira destacou o alcance social dessa transição: “Isso é uma mudança muito grande na vida das pessoas, e nós somos uma indústria importante para a transformação da vida das pessoas”.

As exportações pernambucanas cresceram 16% entre 2024 e 2025, puxadas pelos veículos destinados principalmente à América Latina. O acordo Mercosul-União Europeia, na avaliação de Laranjeira, abre caminho para ampliar essa participação no mercado europeu. A Fiepe ainda mantém um Centro Internacional de Negócios voltado a auxiliar empresas pernambucanas a exportar e importar.

O panorama industrial do estado envolve 21.395 estabelecimentos, 345 mil vínculos (empregatícios diretos e uma composição setorial que inclui alimentos e bebidas responsáveis por cerca de um terço da indústria de transformação), polo petroquímico, vinícolas no Vale do São Francisco, cervejarias na Mata Norte, além de tecnologia da informação concentrada no Porto Digital, com mais de 475 empresas e 20 mil profissionais. O PIB de Pernambuco cresceu 4,9% em 2024, acima da média nacional, o maior índice dos últimos 15 anos, com uma economia que supera 289 bilhões de reais e uma população de 9,5 milhões de habitantes.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 13/03/2026

ESPECIAL - PERNAMBUCO EXPORT - MULHERES DEBATEM PROTAGONISMO EM INFRAESTRUTURA E INSTITUIÇÕES

Painel do Pernambuco Export reuniu lideranças do setor jurídico e do governo para discutir presença feminina nos espaços de decisão

Por **PATRÍCIA FAHLBUSCH** redacao.jornal@redebene.com.br



Gilmara Temóteo foi a mediadora do painel que teve participação da presidente da OAB Pernambuco, Ingrid Zanella, e a secretária-executiva adjunta do MPor, Thairyne Oliveira

O protagonismo feminino no desenvolvimento econômico e institucional de Pernambuco foi o tema do último painel do Fórum Pernambuco Export, realizado pelo Grupo Brasil Export, no Recife, em 5 de março. A

mediação foi da diretora-executiva da Associação Brasileira das Entidades Portuárias e Hidroviárias (Abeph), Thairyne Oliveira.

Gilmara destacou que a presença feminina em posições estratégicas ainda é um desafio, especialmente em áreas tradicionalmente dominadas por homens, como infraestrutura e logística. “Quando a gente fala de infraestrutura, portos, logística, muitas vezes as pessoas não associam imediatamente à presença feminina. Mas as mulheres estão ocupando esses espaços e mostrando competência para liderar projetos e transformar realidades”, afirmou.

Ingrid disse que o avanço das mulheres em cargos de liderança representa uma mudança estrutural na sociedade e fortalece as instituições. “A gente percebe cada vez mais mulheres assumindo cargos de liderança e participando das decisões que impactam a sociedade”.

Thairyne destacou que a presença feminina em cargos técnicos e estratégicos contribui para decisões mais equilibradas na gestão pública. “Isso mostra que a capacidade e a qualificação estão cada vez mais sendo reconhecidas”, disse.



JORNAL O GLOBO – RJ

EUA ABREM INVESTIGAÇÃO COMERCIAL SOBRE TRABALHO FORÇADO CONTRA 60 PAÍSES, INCLUSIVE BRASIL

Prática abre caminho para a aplicação de novas tarifas comerciais. Medida vem após tarifaço global do governo Trump ter sido derrubado pela Suprema Corte

Por O GLOBO — Washington



O presidente dos EUA, Donald Trump — Foto: Doug Mills/The New York Times

O governo americano iniciou investigações sobre práticas comerciais desleais contra 60 parceiros comerciais, inclusive o Brasil, relacionadas ao que classificou como falhas em tomar medidas contra o trabalho forçado. A decisão foi publicada pelo Escritório de Comércio da Casa Branca na noite de quinta-feira.

As investigações são sob uma legislação conhecida como Seção 301, e ocorrem depois do governo Donald



Trump ter sido derrotado na Suprema Corte, que considerou ilegais, em 20 de fevereiro, suas tarifas globais.

A lista de países que se tornaram alvo da nova investida americana inclui tanto economias em desenvolvimento, que supostamente usariam trabalho forçado na produção de itens exportados, como também nações ricas, que, alega a investigação, poderiam estar importando esses produtos. Está no grupo aliados tradicionais dos Estados Unidos, como Israel, Canadá, Reino Unido e Japão.

Segundo o comunicado do Escritório de Comércio da Casa Branca (USTR, na sigla em inglês), a lista inclui os 60 maiores parceiros comerciais dos EUA.

“Apesar do consenso internacional contra o trabalho forçado, os governos têm falhado em impor e aplicar de forma eficaz medidas que proíbam a entrada, em seus mercados, de bens produzidos com trabalho forçado. Por tempo demais, trabalhadores e empresas americanas foram obrigados a competir com produtores estrangeiros que podem ter uma vantagem artificial de custos obtida por meio dessa chaga do trabalho forçado”, afirmou Jamieson Greer, chefe do USTR, em comunicado.

“Essas investigações irão determinar se governos estrangeiros adotaram medidas suficientes para proibir a importação de bens produzidos com trabalho forçado e de que forma a falha em erradicar essas práticas abomináveis afeta trabalhadores e empresas dos Estados Unidos”, acrescentou.

Ainda esta semana, o governo americano abriu outras investigações sob a Seção 301, dessa vez contra 16 países, alegando que eles estariam adotando práticas desleais de comércio por ter um excesso de capacidade produtiva. Neste caso, o alvo foi China, União Europeia, Cingapura, Suíça, Noruega, Indonésia, Malásia, Camboja, Tailândia, Coreia do Sul, Vietnã, Taiwan, Bangladesh, México, Japão e Índia.

Antes disso, logo após a derrota na Suprema Corte, os EUA impuseram uma tarifa universal de 10% sobre todos seus parceiros comerciais sob um outro instrumento legal, a Seção 122. Essa tarifa só poderá vigorar por 150 dias, seguindo as regras desta legislação.

O Brasil já é alvo de uma investigação sob o arcabouço legal da Seção 301, aberta em julho do ano passado, no auge da crise bilateral entre os dois países, quando o governo Trump acusava a Justiça brasileira de perseguição contra o ex-presidente Jair Bolsonaro, preso por tentativa de golpe de Estado.

Essa investigação ainda está em curso e tem um amplo escopo, mirando desde o uso do Pix até a venda de falsificados no comércio popular da Rua 25 de Março, em São Paulo, além de um suposto cerceamento a redes sociais americanas, descontrole de desmatamento ilegal, falta de combate à corrupção e acesso ao mercado de etanol.

Sob a Seção 301, os países que são investigados precisam se manifestar apresentando defesas por escrito. Tanto os governos, como empresas e sociedade civil podem enviar documentos. Na investigação atual, as audiências serão realizadas em 28 de abril. E as partes poderão se manifestar até dia 15 de abril.

Lista de países

Veja a lista de países que são alvo da investigação atual do governo americano por supostamente adotarem trabalho forçado ou comprarem bens produzidos sob essa prática:

- África do Sul
- Algéria
- Angola
- Arábia Saudita
- Argentina
- Austrália



INFORMS

INFORMATIVO - MERCOS SHIPPING

Edição: 046/2026
Página 68 de 77
Data: 13/03/2026
www.mercosshipping.com.br
merco@mercoshipping.com.br

- Bahamas
- Bahrain
- Bangladesh
- Brasil
- Cambodia
- Canadá
- Chile
- China
- Cingapura
- Colômbia
- Coreia do Sul
- Costa Rica
- Emirados Árabes Unidos
- Equador
- Egito
- El Salvador
- Filipinas
- Guatemala
- Guiana
- Honduras
- Hong Kong
- Índia
- Indonésia
- Iraque
- Israel
- Japão
- Jordânia
- Casaquistão
- Kuwait
- Líbia
- Malásia
- México
- Marrocos
- Nova Zelândia
- Nicarágua
- Nigéria
- Noruega
- Omã
- Paquistão
- Peru
- Qatar
- Reino Unido
- República Dominicana
- Rússia
- Sri Lanka
- Suíça
- Tailândia
- Taiwan
- Trinidad e Tobago
- Turquia
- União Europeia
- Uruguai
- Venezuela
- Vietnã

Como funciona a Seção 301
Criada pela Lei de Comércio de 1974,

O que permite

Autoriza o Escritório de Comércio da Casa Branca (USTR), sob direção presidencial, a impor tarifas em resposta a práticas comerciais estrangeiras consideradas discriminatórias ou que violem direitos dos EUA em acordos internacionais. Não há limite para a alíquota comercial a ser aplicada neste caso. Para o Brasil, a sobretaxa criada em agosto de 2025 foi de 40%, mas depois foram abertas várias exceções.

Limitações

Exige investigação prévia pelo USTR, consultas com o governo estrangeiro envolvido e coleta de comentários públicos, podendo haver audiências. As tarifas expiram automaticamente após quatro anos, salvo pedido de renovação.

Já foi usada antes?

No primeiro mandato, Trump utilizou a Seção 301 para impor tarifas sobre centenas de bilhões de dólares em importações da China em 2018, após investigação sobre transferência de tecnologia e propriedade intelectual. O governo Joe Biden elevou algumas dessas tarifas, incluindo sobre veículos elétricos.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 13/03/2026



PETROBRAS ELEVA PREÇO DO DIESEL EM 11,6% PARA AS DISTRIBUIDORAS A PARTIR DESTE SÁBADO

É a primeira mudança no preço desde maio de 2025. Aumento acontece um dia após governo zerar o PIS/Cofins do combustível, o que abriu caminho para a estatal fazer o reajuste

Por Bruno Rosa — Rio de Janeiro

Caminhões estão consumindo menos diesel no mundo — Foto: Lucas Tavares/Agência O Globo

A Petrobras informou nesta sexta-feira que, a partir deste sábado (14/3), vai elevar o preço do diesel para as distribuidoras em R\$ 0,38 por litro. A alta será de 11,6%. O reajuste, já esperado pelo mercado, ocorre um dia depois de o governo anunciar um pacote para conter a alta de preço justamente do diesel, zerando o PIS/Cofins do combustível.

Ao zerar esses tributos, o governo, na verdade, abriu caminho para a estatal fazer o reajuste anunciado hoje, pois a menor incidência de impostos ameniza o impacto da alta para o consumidor. O preço final do diesel é composto pelo diesel em si produzido pela Petrobras, a mistura de 15% de biodiesel, tributos e o lucro das distribuidoras.

Em coletiva de imprensa no início da tarde desta sexta-feira, a presidente da Petrobras, Magda Chambriard, disse que o aumento do diesel às distribuidoras seria de R\$ 0,70 se não fosse o pacote anunciado pelo governo, com a subvenção aos produtores de diesel. A executiva lembrou, por outro lado, que a estatal vai manter o valor da gasolina no patamar atual.

A cotação do petróleo passou de US\$ 100 nos últimos dias, elevando a pressão sobre as petrolíferas por reajustes.



O diesel vendido pela Petrobras nas refinarias é chamado de diesel A. Com o reajuste, ele passará a custar R\$ 3,65 o litro a partir de sábado. É a primeira mudança desde o dia 6 de maio de 2025, quando a estatal reduziu o preço. O último aumento foi em fevereiro do mesmo ano.

Reajuste de mais de 70%

Esse combustível é comprado pelas distribuidoras e misturado ao biodiesel, o chamado diesel B. Considerando a mistura, a alta será um pouco menor que na refinaria, de R\$ 0,32 por litro. É esse diesel que é vendido aos postos e que vai passar a custar R\$ 3,10.

A Petrobras frisou que, mesmo com o reajuste, o preço do diesel acumula queda de queda de 29,6% desde dezembro de 2022, já considerando a inflação do período.

Segundo dados da Abicom, que reúne os importadores de combustíveis, a defasagem no preço do diesel hoje é de 72%. Ou seja, a Petrobras está vendendo o diesel R\$ 2,34 mais barato que no exterior.

O mesmo ocorre na gasolina, cujos preços praticados pela estatal estão 43% menores (- R\$ 1,10) em relação ao cenário internacional.

Os últimos movimentos de preço do diesel

- 01/02/2025 - R\$ 3,72 (alta de R\$ 0,22 por litro)
- 01/04/2025 - R\$ 3,55 (queda de R\$ 0,17 por litro)
- 18/04/2025 - R\$ 3,43 (queda de R\$ 0,12 por litro)
- 06/05/2025 - R\$ 3,27 (queda de R\$ 0,16 por litro)

Além de zerar o PIS/Cofins do diesel, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva anunciou ontem subvenção a importadores e produtores do combustível e a criação de um imposto temporário sobre a exportação de óleo bruto e diesel, além de multas para quem não repassar os benefícios ao preço final na bomba.

A Petrobras já afirmou que vai aderir à Medida Provisória que prevê o pagamento de subsídio. A ideia da MP é que essa subvenção proporcione um desconto para os consumidores. Isso compensaria, ao menos em parte, o reajuste do combustível.

Segundo a Petrobras, a efetiva assinatura do termo de adesão à MP ficará condicionada à publicação e análise dos instrumentos regulatórios pela Agência Nacional do Petróleo, (ANP) relacionados ao preço de referência, necessários para a operacionalização da subvenção econômica.

Ontem, a Refinaria de Mataripe, na Bahia, que é concorrente da Petrobras, anunciou reajuste de até 20% no diesel para as distribuidoras. Segundo comunicado da refinaria, o valor por litro do diesel S10 passou de R\$ 4,18 para R\$ 5, uma alta de 19,5%. O diesel S500 subiu de R\$ 4,08 para R\$ 4,90, avanço de 20%. A gasolina aumentou 7,4%, de R\$ 3,05 para R\$ 3,28. Em geral, os reajustes ocorrem toda quinta-feira.

A refinaria pertencia à Petrobras, mas foi privatizada no governo de Jair Bolsonaro. Hoje, a empresa faz parte da Acelen, empresa de energia criada pelo fundo Mubadala Capital, dos Emirados Árabes Unidos.

Nesta semana, a Associação Nacional do Transporte de Cargas e Logística (NTC&Logística) disse que a guerra no Irã já elevou o preço do diesel S10 em cerca de 10%. A variação corresponde a uma alta de aproximadamente R\$ 0,60 por litro nas distribuidoras, que vendem o combustível para as redes de postos. Para a entidade, há indicação de possível continuidade e intensificação dessa pressão sobre os preços.

Defasagem alta

Segundo dados da Abicom, que reúne os importadores, a defasagem no preço do diesel é de 72%, antes do anúncio da Petrobras. Ouseja, a Petrobras está vendendo o diesel a R\$2,34 mais barato que no exterior. O mesmo ocorre na gasolina, cujos preços praticados pela estatal estão 43% menores (- R\$ 1,10) em relação ao cenário internacional.

--- Foi pequeno o reajuste. O governo abriu mão dos impostos federais, que é R\$ 0,32 por litro. E agora a Petrobras está dando reajuste de R\$ 0,38. Esse aumento não vai ser muito percebido pela distribuidora. Será um aumento de seis centavos para a distribuidora -- disse Sérgio Araújo, da Abicom.

Para ele, a gasolina também está defasada:

-- A gasolina também está muito desfasada e vai continuar. E com isso pressiona não só os importadores, mas as refinarias privadas e o setor de etanol.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 13/03/2026

MAIOR PARTE DE IMPOSTO DE EXPORTAÇÃO DO PETRÓLEO SERÁ PAGO POR EMPRESAS PRIVADAS. ENTENDA

Por Luciana Casemiro



Plataformas de petróleo fundeadas na Baía de Guanabara
— Foto: Arquivo

O maior volume do imposto de exportação sobre o petróleo, de 12%, que será instituído pelo governo para conter os impactos da crise provocada pelo Oriente Médio, será pago por petroleiras privadas e não pela Petrobras. Apesar de ser a maior produtora de óleo do país, tendo alcançado a marca de 2,3 milhões de barris por dia (bpd), em 2025, a Petrobras responde por um pouco menos de 40% do total de petróleo exportado a partir do Brasil. Dos 709,96 milhões de barris que saíram do Brasil para o mercado internacional no ano

passado, 279,22 milhões de barris foram extraídos pela Petrobras, o que representa 39,78%, segundo dados da ANP e da empresa. Ou seja, 60% das exportações foram feitas por empresas privadas como Shell e Prio.

- A Petrobras tem a maior produção entre todas, mas precisamos lembrar que ela é monopolista no refino, precisa atender ao mercado interno. Já a Prio, por exemplo, exporta 100% do petróleo que produz. A Shell também vende para o mercado internacional um volume bastante - explica Pedro Rodrigues, diretor do Centro Brasileiro de Infraestrutura (CBIE).

Mais cedo, em entrevista coletiva, a presidente da Petrobras, Magda Chambriard, ponderou que até o início do conflito no Golfo Pérsico se trabalha com a redução de combustível. E lembrou que o cenário da empresa era de um barril na faixa dos US\$ 60, patamar que se elevou para a casa próxima dos US\$ 100, o que daria uma lucratividade muito acima da projetada e a possibilidade de absorver o custo do novo imposto e ainda ter ganhos. Mas o fato é que o novo imposto reduz a lucratividade das empresas.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 13/03/2026

IMO CONVOCA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA PARA DISCUTIR SITUAÇÃO NO ORIENTE MÉDIO

Por Danilo Oliveira Navegação 13/03/2026 - 20:04



A Organização Marítima Internacional (IMO) convocou uma sessão extraordinária do seu conselho para discutir os impactos da guerra no Oriente Médio para a navegação e para os marítimos que trafegam na região do Mar da Arábia, Mar do Omã e na região do golfo, em especial nos arredores do Estreito de Ormuz, por onde passam cerca de 20% do petróleo e gás comercializados no mundo.

A sessão extraordinária (C/ES.36), convocada após pedido de estados-membros, está prevista para ocorrer na semana que vem, nos dias 18 e 19 de março, na sede

da IMO em Londres, Reino Unido. O encontro será chefiado por Victor Jiménez, da Espanha. De acordo com a IMO, o conselho é um organismo executivo da agência das Nações Unidas que conta com 40 estados-membros eleitos pela assembleia da organização.

O secretário-geral da IMO, Arsenio Dominguez, participou de encontros com organizações da indústria na última quarta-feira (11) e com representantes de estados-membros na quinta-feira (12), a fim de trocar informações e discutir os fatos mais recentes.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 13/03/2026

PROPOSTA DA ECOVIX PARA NAVIOS MR1 DA TRANSPETRO FOI DE US\$ 267 MILHÕES, APÓS EQUALIZAÇÃO DE CUSTOS

Por Danilo Oliveira Indústria naval 13/03/2026 - 19:39



Valor consta como mais vantajoso em classificação preliminar das 4 empresas proponentes, já com aplicação de critérios para equalizar preços e condições pela comissão de licitação. Na sequência, aparece valor atualizado de US\$ 309 milhões associado à oferta do estaleiro indiano SDHI

A Ecovix, proprietária do Estaleiro Rio Grande (RS), ofereceu a mais vantajosa das quatro propostas comerciais da licitação internacional da Transpetro para construção de quatro navios de médio porte, classe MR1 (medium range 1). A informação foi atualizada nesta

sexta-feira (13), após a subsidiária da Petrobras divulgar novo ordenamento dos valores apresentados na etapa anterior, agora com base na aplicação da fórmula de equalização entre as propostas de estaleiros estrangeiros e nacionais.

A proposta da Ecovix que consta na plataforma Petronect é de US\$ 267 milhões para o pacote de quatro navios, ante US\$ 309,4 milhões do Swan Defence and Heavy Industries (SDHI), da Índia, US\$ 369 milhões do Dalian Shipbuilding Offshore, da China, e US\$ 403,1 milhões da Green Port Logística Portuária (Mac Laren). A concorrência segue agora para as próximas etapas por meio da comissão de licitação, que irá avaliar as propostas recebidas e dar continuidade ao processo até a homologação do resultado final.

A Transpetro tem adotado a equalização de preços e condições como estratégia em suas licitações, especialmente para a construção de novas embarcações. A estratégia visa viabilizar a construção de navios no Brasil, tornando o custo nacional competitivo em relação ao internacional. A aplicação da

fórmula de equalização entre as propostas de estaleiros estrangeiros e nacionais considera a aplicação do imposto de importação e a política de depreciação acelerada.

Esse mecanismo faz uma espécie de 'equalização tributária', passando a considerar nas propostas internacionais o custo futuro com os tributos de importação para nacionalizar os navios, como taxas de importação, ICMS, PIS e Cofins. Considera ainda, por exemplo, a possibilidade de acesso de benefícios como da depreciação acelerada e do acesso ao financiamento com as condições do Fundo da Marinha Mercante (FMM).

A classificação preliminar das empresas proponentes havia sido divulgada pela Transpetro na última segunda-feira (9). Na plataforma Petronect, constava que o estaleiro indiano SDHI bidou inicialmente U\$ 227,92 milhões (U\$ 56,98 milhões por unidade), enquanto a Dalian, da China, ofertou U\$ 271,53 milhões (U\$ 67,88 milhões/unidade). Entre as empresas brasileiras, a Ecovix apresentou o valor de U\$ 427,46 milhões pelas quatro unidades (U\$ 106,86 milhões/cada), enquanto a Green Port Logística/Mac Laren ofereceu o valor de U\$ 678 milhões (U\$ 169,5 milhões/cada). Outros 10 fornecedores cadastrados declinaram de apresentar proposta no certame.

Ecovix

Caso venha a ser confirmada como vencedora nas próximas etapas e firme contrato, a Ecovix alcançará a marca de US\$ 1 bilhão em carteira de negócios. A empresa tem ainda contratos do programa Mar Aberto para construção de outros cinco gaseiros, firmado em fevereiro, além dos quatro petroleiros da classe Handy, em consórcio com o grupo Mac Laren.

A licitação em curso, do programa Mar Aberto de renovação da frota do Sistema Petrobras, é destinada à aquisição de quatro novos navios de médio porte da classe MR1, com 40.000 toneladas de porte bruto (TPB), destinados ao transporte de petróleo e derivados pela costa brasileira. As propostas, com os preços equalizados, são as seguintes:

1. **Ecovix Construções Oceânicas (Brasil): US\$ 266.978.965,17**
2. Swan Defence and Heavy Industries (Índia): US\$ 309.400.957,42
3. Dalian Shipbuilding Offshore (China): US\$ 369.032.010,40
4. Green Port Logística Portuária/Mac Laren (Brasil): US\$ 403.087.357,78

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 13/03/2026

PANAMÁ INICIA PROCESSO DE 2 TERMINAIS DE TRANSBORDO E GASODUTO

Da Redação Portos e logística 13/03/2026 - 18:47



O diretor de desenvolvimento de atividades correlatas da Autoridade do Canal do Panamá (ACP), Rafael Pirro, confirmou, em um fórum na Câmara Marítima panamenha, que a entidade planeja conceder, em junho de 2027 e em junho de 2028, dois novos terminais portuários de transbordo e um gasoduto interoceânico. Segundo Pirro, o cronograma prevê a concessão dos terminais portuários em 2027, com entrada em operação em 2029 e 2030, e a para a construção do gasoduto no ano seguinte, com entrada em funcionamento em 2031.

O diretor explicou que os dois processos estão atualmente na fase de pré-qualificação, que foi iniciada em 30 de janeiro e tem previsão de conclusão até maio. Após essa fase, será iniciado o período de interação e de diálogo com as empresas pré-qualificadas. O objetivo será adequar os documentos de licitação e os contratos de concessão às condições de mercado.

Pirro indicou que o desenvolvimento dessa infraestrutura responde à necessidade de expandir a capacidade logística do Panamá para evitar que a carga seja desviada para outros portos da região.

“Se não fornecermos a capacidade necessária, o mercado buscará outras opções. Estamos em momento em que ainda podemos aproveitar essas oportunidades”, observou.

O plano inclui dois novos terminais portuários especializados em transbordo de contêineres: Corozal, na costa do Pacífico, e Isla Telfers, na costa do Atlântico. O investimento estimado em ambos os terminais seria de cerca de 2,6 bilhões de dólares. Cada terminal teria capacidade entre 2 e 3 milhões de TEUs por ano, o que permitiria que a capacidade total do sistema portuário panamenho aumentasse de cerca de 9 a 10 milhões para cerca de 15 milhões de TEUs anualmente.

O representante da ACP afirma que os projetos respondem a uma crescente demanda global, especialmente no comércio de gás do Golfo do México para o nordeste da Ásia. Atualmente, o Canal é responsável por cerca de 95% do transporte desses produtos pela rota panamenha, mas a concorrência de rotas mais longas, como o Cabo da Boa Esperança, pode aumentar se a capacidade logística não for ampliada.

O projeto do gasoduto prevê 76 quilômetros de extensão entre o Atlântico e o Pacífico, com capacidade nominal para transportar até 2,5 milhões de barris por dia de produtos energéticos, principalmente propano, butano e etano. A infraestrutura incluirá terminais marítimos em ambas as costas, tanques de armazenamento para quase 12 milhões de barris e três sistemas independentes para lidar com os diferentes produtos.

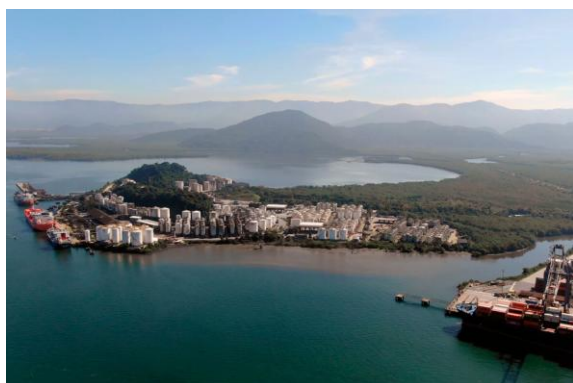
O objetivo é transportar parte desses combustíveis por via terrestre, liberando capacidade no Canal para outros tipos de carga marítima. O investimento estimado varia de quatro bilhões a oito bilhões de dólares, dependendo do escopo final das concessões.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 13/03/2026

CONSULTA SOBRE CONCESSÃO DO CANAL DO PORTO DE SANTOS VAI ATÉ 2 DE MAIO

Da Redação Portos e logística 13/03/2026 - 18:15



A Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) anunciou que abrirá na próxima terça-feira (17), até 2 de maio, a consulta e audiência públicas para receber sugestões visando o aprimoramento dos documentos técnicos e jurídicos relativos ao processo de licitação para a concessão do canal de acesso do Porto de Santos (SP). Segundo a agência reguladora, o objetivo é incentivar a discussão sobre as condições para a concessão e esclarecer dúvidas sobre os documentos referentes a ela para embasar a audiência que será marcada para discutir o tema.

A Antaq explicou que só vai considerar as contribuições, subsídios e sugestões que envolvam questões relativas às minutas colocadas em consulta e audiência públicas. Elas devem ser enviadas até as 23h59 de 2 de maio, exclusivamente pelo formulário eletrônico disponível no site da autarquia. Informou ainda que imagens digitais, como mapas, plantas e fotos, poderão ser anexadas e enviadas pelo e-mail anexo_audiencia022026@antag.gov.br.

As contribuições em texto deverão ser preenchidas nos campos apropriados do formulário eletrônico, mediante identificação do proponente e no prazo estipulado. A Antaq explicou que o interessado que não dispõe dos recursos necessários para enviar as contribuições pelo formulário eletrônico poderá usar o computador de sua Secretaria-Geral (SGE) em Brasília ou de suas unidades regionais, cujos endereços encontram-se disponíveis no seu site.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 13/03/2026

PORTO DO AÇU MOVIMENTOU 89 MILHÕES DE TONELADAS EM 2025

Da Redação Portos e logística 13/03/2026 - 18:51



A administração do Porto do Açu, em São João da Barra, no norte do estado do Rio de Janeiro, informou nesta sexta-feira (13) que o complexo portuário e industrial encerrou 2025 com 89 milhões de toneladas movimentadas e alta de 14% em relação ao ano anterior. Segundo a administração portuária, o volume foi o maior registrado em um ano no complexo, que teve crescimento médio anual de 26% em 10 anos.

O desempenho, puxado principalmente pelos segmentos de petróleo, minério de ferro e cargas gerais, manteve o Porto do Açu como o segundo maior do país em movimentação de cargas, segundo os administradores. De acordo com eles, o complexo respondeu em 2025 por 3% do fluxo brasileiro no comércio exterior. Os destaques no ano passado em cargas de exportação foram o petróleo, com montante de 14,5 bilhões de dólares, e minério de ferro, com dois bilhões de dólares.

O Terminal de Transbordo de Petróleo (T-Oil), operado pela Vast Infraestrutura, registrou recorde de embarques de óleo cru com destino ao exterior, movimentando o equivalente a 220 milhões de barris. Já no Terminal de Minério de Ferro, da Ferroport, foram movimentadas 24 milhões de toneladas no ano.

Além disso, segundo a administração do Porto do Açu, o Terminal Multicargas (T-Mult) também registrou sua maior movimentação em um ano, com 2,1 milhões de toneladas, o que elevou a 32% o índice de crescimento de cargas movimentadas de 2016 a 2025. O terminal encerrou o ano com 77 clientes ativos e 25 tipos diferentes de cargas operadas, entre elas tarugo, trigo, soja, locomotivas e milho.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 13/03/2026

MOVIMENTAÇÃO PORTUÁRIA CRESCE 12,8% E CHEGA A 104 MILHÕES/T EM JANEIRO

Da Redação Portos e logística 13/03/2026 - 15:09



Terminais portuários brasileiros movimentaram, em janeiro de 2026, 104 milhões de toneladas, volume 12,79% superior ao registrado no mesmo mês do ano passado, informou nesta sexta-feira (13) o Ministério dos Portos e Aeroportos (MPor), com base em dados do Estatístico Aquaviário da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq). Nos portos públicos, o total movimentado alcançou 35,5 milhões de toneladas, com alta de 10,3%, enquanto nos Terminais de Uso Privado (TUPs) foram 68,7 milhões de toneladas, com crescimento de 14,1%.

Entre os portos públicos, o destaque, com aumento relativo mais alto entre as 20 instalações portuárias com maiores movimentações, foi o Porto de Santarém, no Pará, com 1,6 milhão de toneladas e alta de 156,3%. No segmento de TUPs, destacou-se o Terminal de Petróleo TPET/T-Oil, localizado no Porto do Açu, no estado do Rio de Janeiro, com 7,7 milhões de toneladas movimentadas e avanço de 159,8%.

De acordo com o dados divulgados pelo MPor, nas operações de longo curso, a movimentação em janeiro de 2026 foi de 70,9 milhões de toneladas, 11% a mais que em no mesmo de 2025, quando foram movimentadas 65 milhões de toneladas. Na cabotagem, o volume foi de 27,4 milhões de toneladas movimentadas, com alta de 13,7%.

Segundo o ministério, a carga geral solta, que inclui produtos industrializados, equipamentos, veículos e mercadorias diversas transportadas em contêineres ou unidades específicas, cresceu 13,2% em relação a janeiro de 2025 e chegou a 4,9 milhões de toneladas. No segmento de cargas containerizadas, o total movimentado foi de 13,2 milhões de toneladas, com elevação de 1,9%.

Já no de graneis sólidos, que engloba principalmente produtos agrícolas e minerais transportados sem embalagem, como soja, milho, minério de ferro e fertilizantes, a movimentação atingiu 54,7 milhões de toneladas, com crescimento de 10,4%. No de graneis líquidos, que inclui combustíveis e outros líquidos transportados em grandes volumes, como petróleo, derivados e produtos químicos, a alta foi de 29,7%, com 31,2 milhões de toneladas movimentadas.

De acordo com o estatístico da Antaq, os produtos com maior volume movimentado no período foram o óleo bruto de petróleo, com 21,4 milhões de toneladas e crescimento de 37,6%, e a soja, com quatro milhões de toneladas e alta de 114,3%, enquanto o coque de petróleo, usado principalmente na indústria siderúrgica e na produção de energia, registrou 0,6 milhão de toneladas e aumento de 32,7%.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 13/03/2026

LOG-IN ANUNCIA RECEITA LÍQUIDA DE R\$ 3,08 BILHÕES EM 2025

Da Redação Portos e logística 12/03/2026 - 19:56



A Log-In Logística Integrada, que opera o Terminal Portuário de Vila Velha (TVV), anunciou que fechou 2025 com receita líquida de R\$ 3,08 bilhões, com alta de 10,2% frente em relação aos R\$ 2,79 bilhões registrados em 2024. O Ebitda totalizou R\$ 687,2 milhões, com aumento de 16,7%. A empresa informou ainda que a movimentação de contêineres atingiu 776,9 mil TEUs, 6% a mais que no ano anterior.

Segundo a companhia, a movimentação geral de cargas no TVV no ano passado chegou a 929,7 mil toneladas, com alta de 30% em comparação a 2024. A Log-In citou

entre os destaques de 2025 o crescimento dos volumes de granel e de veículos, além da realização da primeira operação de 15 mil toneladas de briquete, que integrou transporte rodoviário, armazenagem e operação portuária

O diretor executivo de navegação da Log-In, Felipe Gurgel, creditou os resultados à estratégia operacional da empresa e às melhoras nas condições portuárias e de transporte na Região Norte. Segundo ele, em 2024, as operações de cabotagem haviam sido prejudicadas pelo congestionamento nos portos, por omissões de escala e a seca no Rio Amazonas. “Em 2025, o cenário portuário e de restrição à navegação apresentou melhoras”, disse.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 12/03/2026

ASSINADO CONTRATO DE CONCESSÃO DA DRAGAGEM DO ACESSO DO PORTO DE PARANAGUÁ

Da Redação Portos e logística 12/03/2026 - 19:53



INFORMS

INFORMATIVO - MERCOS SHIPPING

Edição: 046/2026
Página 77 de 77
Data: 13/03/2026
www.mercoshipping.com.br
merco@mercoshipping.com.br



Foi assinado nesta quinta-feira (12), no Palácio do Palácio do Planalto, em Brasília, pelos governos federal e o do Paraná, o contrato de concessão do canal de acesso dos portos paranaenses de Paranaguá e Antonina. A concessão, a primeira do tipo no Brasil, resultou em pagamento de outorga de R\$ 276 milhões, pelo Consórcio Canal Galheta Dragagem (CCGG), formado pelas empresas FTS Participações Societárias, Deme Concessions e Deme Dredging, que ficará responsável pela operação do canal pelos próximos 25 anos e vai investir R\$ 1,2 bilhão nos cinco primeiros anos do contrato.

Os recursos serão aplicados inicialmente em obras de dragagem e aprofundamento para ampliar o calado operacional do canal, de 13,3 para 15,5 metros, o que vai permitir a passagem de embarcações de porte maior do que as que atracam hoje e aumentar a capacidade de movimentação de cargas pelo terminal. Além disso, o consórcio será responsável pela manutenção permanente e pela modernização da sinalização.

O Porto de Paranaguá é um dos principais corredores logísticos do país, com forte atuação no escoamento de grãos e outras commodities agrícolas, conectando a produção nacional aos mercados internacionais. A expectativa é de que, com o aumento do calado e a atracação de navios de maior porte, além do crescimento na capacidade de movimentação de cargas, principalmente da produção agrícola do Sul e do Centro-Oeste, sejam reduzidos custos logísticos.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 12/03/2026



MERCO SHIPPING MARÍTIMA LTDA

ESTE INFORMS TAMBÉM ESTÁ DISPONÍVEL NA MERCOSHIPPING.COM E NO LINKEDIN.COM

Este conteúdo também está disponível na www.mercoshipping.com e no www.linkedin.com/company/merco-shipping-maritima-ltda

Fonte : InforMS

Data: 13/03/2026